

Organizadores:
Rosane Balsan | Laíres Ribeiro | César Bressanin

Roteiro Geo-Turístico em Porto Nacional reflexões de ensino, pesquisa e extensão

ORGANIZADORES

Rosane Balsan
Laíres Ribeiro
César Bressanin

**Roteiro Geo-Turístico
em Porto Nacional
reflexões de ensino,
pesquisa e extensão**



**PALMAS - TO
2020**

Universidade Federal do Tocantins

Reitor

Luis Eduardo Bovolato

Vice-reitora

Ana Lúcia de Medeiros

Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD)

Jaasiel Nascimento Lima

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (PROEST)

Kherley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX)

Maria Santana Ferreira Milhomem

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP)

Vânia Maria de Araújo Passos

Pró-Reitor de Graduação (PROGRAD)

Eduardo José Cezari

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ)

Raphael Sanzio Pimenta

Conselho Editorial EDUFT

Presidente

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

Membros por área:

Liliam Deisy Ghizoni

Eder Ahmad Charaf Eddine
(Ciências Biológicas e da Saúde)

João Nunes da Silva

Ana Roseli Paes dos Santos

Lidianne Salvatierra

Wilson Rogério dos Santos
(Interdisciplinar)

Alexandre Tadeu Rossini da Silva

Maxwell Diógenes Bandeira de Melo
(Engenharias, Ciências Exatas e da Terra)

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

Thays Assunção Reis

Vinicius Pinheiro Marques
(Ciências Sociais Aplicadas)

Marcos Alexandre de Melo Santiago

Tiago Groh de Mello Cesar

William Douglas Guilherme

Gustavo Cunha Araújo
(Ciências Humanas, Letras e Artes)

Diagramação e capa: Gráfica Movimento

Arte de capa: Gráfica Movimento

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

B196

Balsan, Rosane (Org.)

Roteiro Geo-Turístico em Porto Nacional: reflexões de ensino, pesquisa e extensão / organizadoras: Rosane Balsan, Laíres Ribeiro, César Bressanin. – Palmas: EDUFT, 2021.

146p. : il. fots.; 21 x 29,7 cm.

ISBN 978-65-89119-68-5

1. Turismo. 2. Brasil, geo-turismo. 3. Patrimônio, Porto Nacional. 4. Porto Nacional, Tocantins. I. Rosane Balsan. II. Laíres Ribeiro. III. César Bressanin. V. Subtítulo.

CDD – 380.812

SUMÁRIO

Apresentação.....	8
Prefácio.....	12
Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional: memória socioespacial e educação patrimonial	14
<i>Rosane Balsan, Pablo A. P. Lima, Laíres J. G. da S. Ribeiro, Gabriela Otaviani Barbosa e Juliana Ricarte Ferraro</i>	
Tecnologias digitais aplicadas à educação patrimonial em Porto Nacional-TO: um panorama das potencialidades	27
<i>Genias Brandão de Alencar, Glenda Michele Botelho, Ary Henrique Moraes de Oliveira, Deocleci dos Santos Dias e Mateus da Silva Rosario</i>	
Educação patrimonial: a reinvenção do pontal – um “monumento morto” às margens do rio Tocantins	38
<i>Ligia da Silva Melo e Marielle Rodrigues Pereira</i>	
Memórias: leitura contemporânea do tombamento de Porto Nacional - TO	47
<i>Núbia Nogueira do Nascimento</i>	
Mobilização e participação social no tombamento do centro histórico de Porto Nacional-TO	55
<i>Antonio Miranda dos Santos</i>	
Rio tocantins: lugar de memória para os portuenses	60
<i>Noeci Carvalho Messias</i>	
Legado educacional dominicano-anastasiano em Porto Nacional: trajetórias do Colégio Sagrado Coração de Jesus	69
<i>César Evangelista Fernandes Bressanin e Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida</i>	
Vilas e arraiais: o urbanismo colonial no Tocantins do século XIX visto pelo botânico Willian John Burchell em 1829	79
<i>Kátia Maia Flores e Marinalva do Rego Barros Silva</i>	
Arquitetura colonial e suas características presentes, no centro histórico de Porto Nacional-TO	92
<i>José Djair Casado de Assis Júnior e Regina Barbosa Lopes Cavalcante</i>	
Patrimônio cultural: janelas do centro histórico de Porto Nacional-TO.....	102
<i>Dannyella dos Santos Luz e Rosane Balsan</i>	

Patrimônio histórico e música – Diálogo central, no centro histórico de Porto Nacional	114
<i>Everton dos Andes</i>	
Comsaúde 51 anos - História e ações culturais no centro histórico de Porto Nacional	126
<i>Íbis Alan de Souza e Marcos Amaral Lotufo</i>	
Posfácio	140
<i>Célio Pedreira</i>	
Sobre os autores	141

Apresentação

O Roteiro Geo-Turístico é um projeto de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal do Tocantins (UFT), promovido dentro do Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades (NEUCIDADES) e reconhecido como grupo de pesquisa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Tem o apoio do Laboratório de Geografia do Turismo (LABGEOTUR) e é reconhecido pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX), estando cadastrado na plataforma do Sistema de Informação de Projetos (SIGPROJ)

O Projeto Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional foi implantado em maio de 2014 e iniciou efetivamente suas atividades em julho do mesmo ano com o objetivo de contribuir para a preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural de Porto Nacional-TO, desenvolvendo atividades de educação patrimonial com estudantes, visitantes e com a comunidade do centro histórico, tornando assim, conhecido o patrimônio tombado da cidade.

Reúne-se nesta coletânea diversos textos elaborados por pesquisadores e professores, participantes do Roteiro, alunos de pós-graduação (mestrado), de iniciação científica e estudantes bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) da Universidade Federal do Tocantins, que tiveram como objetos de suas pesquisas assuntos relacionados à Porto Nacional. Cada um deles expressa um pouco da construção da história da cidade e suas múltiplas características.

As temáticas aqui abordadas foram apresentadas em transmissões realizadas ao vivo pela página de rede social do projeto, durante a pandemia do novo coronavírus, que exigiu da equipe do Roteiro Geo-Turístico uma ação com o intento de alcançar a comunidade portuense e tocaninense neste período em que reinventar as atividades de ensino, pesquisa e extensão tornou-se exigência para a continuidade de ações de cuidado, preservação e divulgação do patrimônio histórico e cultural de Porto Nacional.

Assim, ao abordar a temática histórica e cultural de Porto Nacional e a produção de pesquisa a respeito de seu patrimônio, surgiu a ideia da organização dessa obra, fruto de um trabalho feito a várias mãos, estruturado em 11 artigos e uma carta.

O capítulo que abre esta coletânea, escrito por Rosane Balsan, Pablo Amaury Pereira Lima, Laíres José Gonçalves da Silva Ribeiro, Gabriela Otaviani Barbosa, Juliana Ricarte Ferraro, *Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional: Memória Socioespacial e Educação Patrimonial*, mostra a história de uma cidade centenária e a importância do patrimônio cultural brasileiro e educação patrimonial. Também descreve as ações desenvolvidas pelo projeto de extensão Roteiro Geo-Turístico na cidade de Porto Nacional-TO, no período de 6 anos de sua existência, agregando a inclusão social e inspirando produções acadêmicas.

O capítulo intitulado *Tecnologias digitais aplicadas à educação patrimonial em Porto Nacional-TO: um panorama das potencialidades*, escrito por Genias Brandão de Alencar, Glenda Michele Botelho, Ary Henrique Moraes de Oliveira, Deocleci dos Santos Dias e Mateus da Silva Rosário se trata de uma pesquisa exploratória descritiva que busca adquirir conhecimento

sobre as potencialidades das tecnologias digitais aplicadas à educação patrimonial. Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática no âmbito de dissertações, teses e artigos científicos com o objetivo de clarificar a condução do desenvolvimento e implementação da Plataforma GeoPortOur às ações de educação patrimonial em Porto Nacional e, assim, ampliar as ações desenvolvidas pelo projeto Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional.

O capítulo nomeado *Educação patrimonial: A reinvenção do Pontal – um monumento morto às margens do Tocantins*, elaborado por Lígia da Silva Melo e Marielle Rodrigues Pereira propõe uma reflexão sobre a atual configuração do Pontal, antiga cidade de Bom Jesus do Pontal. Trata-se de refletir sobre o abandono do local, datado do século XVIII, que possui em seu processo histórico relação direta com a formação da cidade de Porto Nacional, além da motivação para o tombamento do centro histórico desta cidade. O estudo aborda aspectos conceituais de teóricos como Brandi (2004) e Choay (2006), estudo de caso de intervenção arquitetônica nas ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos e análise dos aspectos histórico-culturais do Pontal. Nesse contexto, as autoras sugerem uma intervenção arquitetônica aliada à educação patrimonial para dar uso ao lugar, área de estudo.

Núbia Nogueira do Nascimento escreve o capítulo *Memórias: leitura contemporânea do tombamento de Porto Nacional-TO*, onde discute sobre questões relacionadas ao processo de tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional, baseado nas interpretações de documentos basilares como o Dossiê de Tombamento, Ata de tombamento e a dissertação de Nascimento (2014). Trata-se de rememorar os aspectos geográficos-históricos baseados em análises documentais, bem como os discursos dos conselheiros disponíveis na Ata. A autora traz alguns resultados, bem como, propõe questões e sugestões de estudos futuros.

Em seguida, Antonio Miranda dos Santos apresenta o capítulo *Mobilização e Participação Social no Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional-TO*, que debate os aspectos relacionados à condução do processo de proteção do referido bem por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, no que tange à participação dos moradores e proprietários de imóveis do lugar protegido, concernente aos efeitos do tombamento.

O capítulo *Rio Tocantins: lugar de memória para os portuenses* escrito por Noeci Carvalho Messias, mostra a partir das narrativas dos moradores, a importância histórica do Rio Tocantins e a sua relevância como um bem cultural marcador de identidades e de intensa afetividade dos portuenses. Reflete a respeito da implementação da hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães que causou mudanças abruptas na cidade, de modo que os moradores portuenses foram fortemente atingidos, provocando a desagregação de práticas socioculturais tecidas coletivamente ao longo do tempo. Aponta que muitos moradores, impactados, perderam a base territorial de sua identidade, de sua memória.

No capítulo *Legado Educacional Dominicano-Anastasiano em Porto Nacional: Trajetórias do Colégio Sagrado Coração de Jesus*, César Evangelista Fernandes Bressanin e Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida apresentam fragmentos de uma pesquisa ancorada nos pressupostos da História Cultural que versa sobre o Colégio Sagrado Coração de Jesus como uma instituição escolar dominicana-anastasiana, referência educacional ao longo do século XX para o antigo norte de Goiás e outras regiões e que se projetou consolidada para o século XXI como uma escola confessional católica com objetivos de garantir uma educação de excelência orientada por princípios éticos e cristãos. O capítulo aborda as trajetórias e o legado da instituição para a história da educação tocantinense e para o patrimônio cultural e educativo de Porto Nacional.

Kátia Maia Flores e Marinalva do Rego Barros Silva, traz em *Vilas e arraiais: o urbanismo colonial no Tocantins do século XIX visto pelo botânico Willian John Burchell em 1829*, relatos do século XIX de cientistas viajantes que percorreram mundos distantes, coletaram espécies da flora e da fauna, fizeram desenhos de vilas e arraiais visitados, registraram em narrativas diárias o cotidiano, os costumes, os deslocamentos, a geografia local, tornando um mundo desconhecido em realidade cartografada. As expedições de viajantes ao Brasil tiveram início após a chegada da família real em 1808, e produziram um conhecimento mais sistematizado sobre a colônia. Este artigo apresenta algumas reflexões sobre a vida urbana no Brasil colonial, destacando o urbanismo colonial no Tocantins do século XIX, por meio dos registros do inglês Willian John Burchell em 1829, quando empreendeu uma viagem de Goiás ao Pará.

Regina Barbosa Lopes Cavalcante em seu texto *Arquitetura Colonial e suas Características Presentes no Centro Histórico de Porto Nacional – TO* exemplifica as particularidades desta arquitetura que no Brasil durou aproximadamente três séculos, estando presente na cidade de Porto Nacional. Para tal, utilizou-se de revisões literárias em manuais, dissertação, livros, arquivos audiovisuais e outros documentos, como metodologias para um melhor entendimento desta fase das edificações brasileiras, bem como visitas ao centro histórico, para fotografar estas peculiaridades nas edificações locais.

Dannyella dos Santos Luz dá prosseguimento ao livro com o capítulo *Patrimônio Cultural: Janelas do Centro Histórico de Porto Nacional-TO*, apresentando a diversidade das janelas existentes no Centro Histórico de Porto Nacional-TO com seus vários traços arquitetônicos, que vão desde o colonial à traços árabes. Considera ao longo do texto, as mudanças ocorridas em anos anteriores ao tombamento do centro histórico pelo Instituto do Patrimônio histórico e artístico Nacional (IPHAN), ocorrido em 2008, e os sentimentos que as janelas despertam nos moradores até os dias de hoje.

No capítulo intitulado *Patrimônio histórico e Música - Diálogo Central no Centro Histórico de Porto Nacional*, de Everton dos Andes, tem-se uma análise crítica de um recorte da obra de seis compositores locais, fundamentando a pesquisa na análise do discurso contido nas letras das canções selecionadas para esse trabalho. Nessa perspectiva, se observa criticamente a relação patrimônio histórico e música autoral local, na cidade de Porto Nacional, no período anterior e posterior à formação do Lago da Usina de Lajeado. Para fundamentar o pensamento teórico, o cancionário local foi revisitado e algumas referências bibliográficas foram consultadas.

O texto que encerra esta coletânea intitulado *COMSAÚDE 51 anos- História e ações culturais no centro histórico de Porto Nacional-TO*, de autoria de Íbis Alan de Souza e Marcos Amaral Lotufo traz, em formato de carta, uma análise relacionada com a vivência do agente cultural Marcos Amaral Lotufo durante a formação da COMSAÚDE (Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação) em Porto Nacional-TO. O texto mostra suas visões, experimentos e observações sobre a cultura local e a contribuição dos vários agentes culturais que estão enraizados nos 51 anos dessa instituição que permanece até hoje no centro histórico da cidade.

Por fim, a organização desta obra teve o intuito de deixar registrado para gerações futuras a preocupação da equipe do Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional com a memória, com o patrimônio histórico cultural e com a produção acadêmico-científica de seus colaboradores, além de reconhecer o lugar, a importância e as possibilidades da extensão universitária.

Rosane Balsan

Laíres José Gonçalves da Silva Ribeiro

César Evangelista Fernandes Bressanin

Prefácio

A coletânea aqui apresentada no livro Intitulado: Roteiro Geo-Turístico em Porto Nacional: reflexões de ensino pesquisa e extensão, resulta de uma coletânea de artigos construídos a partir da experiência do projeto de extensão: “Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional”, coordenado pela professora Dra. Rosane Balsan, no Campus de Porto Nacional, na Universidade Federal do Tocantins. Esse projeto teve início no ano de 2014 e teve como inspiração outros dois projetos já existentes, a saber: a) o projeto Roteiros Geográficos, coordenado pelo professor Dr. João Batista Ferreira de Melo do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro; b) o projeto Roteiros Geo-turísticos, coordenado por mim, professora Dra. Maria Goretti da Costa Tavares, desde o ano de 2011, na Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará, em Belém do Pará.

A coletânea aqui apresentada é instigante e interessa a todos, não somente a academia, mas para aqueles que tem interesse pelo conhecimento e diversidade do patrimônio cultural. A coletânea inicia com um artigo que apresenta o histórico e a importância do projeto para a cidade de Porto Nacional no Tocantins, viajando pelo debates de temas tais como: a) das tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem do patrimônio cultural; b) como a educação patrimonial aliada às intervenções arquitetônicas contemporâneas como a revitalização, a requalificação, a reinvenção e a recriação podem contribuir para a preservação do patrimônio cultural; c) as memórias sobre o processo de tombamento o centro histórico de Porto Nacional; d) as dificuldades entorno da aplicação das normas de preservação e conservação dos imóveis localizados na poligonal de tombamento de Porto Nacional-TO; e) o rio Tocantins, enquanto lugar de memória para os portuenses; f) sobre a Educação dominicana-anastásiana no Tocantins, a partir da análise do Colégio Sagrado Coração de Jesus de Porto Nacional; g) as reflexões sobre a vida urbana no Brasil colonial, tomando como referência os desenhos produzidos pelo inglês Willian John Burchell no ano de 1828, que empreendeu sua viagem de Goiás ao Pará a fim de embarcar para a Inglaterra; h) a relevância da arquitetura colonial do centro histórico de Porto Nacional; i) o estudo das janelas coloniais do centro histórico tombado de Porto Nacional; j) a produção musical de seis importantes compositores locais e sua relação com Centro Histórico da cidade de Porto Nacional-TO; e k) a vivência do agente cultural Marcos Amaral Lotufo durante a formação da COMSAÚDE (Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação) em Porto Nacional-TO.

A coletânea reúne, portanto, uma diversidade de textos elaborados por pesquisadores e professores, participantes do Roteiro, alunos de pós-graduação (mestrado), de iniciação científica e estudantes bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) da Universidade Federal do Tocantins, que tiveram como objetos de suas pesquisas assuntos relacionados à Porto Nacional.

Portanto o que temos aqui é um mergulho, uma viagem intensa sobre os vários aspectos da importância do patrimônio material e imaterial, da educação patrimonial que esse relevante projeto de extensão tem apresentado e contribuído para o Estado do Tocantins, e não somente do ponto de vista acadêmico, mas também direcionado ao leitor leigo ou acadêmico que tenha interesse nas temáticas aqui apresentadas. O projeto revela, portanto, a importância de associar as atividades de extensão, de pesquisa e de ensino dentro do fazer universitário.

Por fim, agradeço a profa. Dra. Rosane Balsan pelo convite para fazer esse prefácio, e poder contribuir com a divulgação dos resultados de grande importância para a valorização e difusão do patrimônio cultural junto à sociedade.

Convido ao leitor que mergulhe nessa intensa viagem de aprendizado.

E vida longa ao Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional.

Maria Goretti da Costa Tavares¹

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999). Professora Associada da Universidade Federal do Pará. Coordenadora dos Roteiros Geo-Turísticos de Belém- PA. mariagg29@gmail.com.

Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional: memória socioespacial e educação patrimonial

Rosane Balsan²

Pablo A. P. Lima³

Laíres J. G. da S. Ribeiro⁴

Gabriela Otaviani Barbosa⁵

Juliana Ricarte Ferraro⁶

Introdução

O projeto de ensino, pesquisa e extensão “Roteiro Geo-turístico de Porto Nacional” iniciou as suas atividades no ano de 2014, o que significa que são seis anos de atividades ininterruptas, já que mesmo nesse período de isolamento social provocado pela pandemia do coronavírus o projeto continua ativo, de forma remota, e busca levar informação e conhecimento a respeito do Centro Histórico de Porto Nacional através das redes sociais para estudantes, pesquisadores, professores, população local e demais interessados.

A cidade de Porto Nacional tem parte do seu centro histórico reconhecido como “patrimônio cultural brasileiro” e preserva parte de sua história através dos seus monumentos e de suas paisagens. Considerando que a cidade tem mais de dois séculos e meio de história, ganham importância os projetos educacionais centrados na preservação e/ou conservação do patrimônio cultural.

Tornar conhecido o patrimônio cultural portuense, seja ele material ou imaterial, é um dos objetivos do projeto que, através da realização de aulas-passeio⁷ pelo Centro Histórico de Porto Nacional, mostra a história e a transformação do espaço e de suas funções. Tavares (2019)

2 Doutora em Geografia pela UNESP/ Rio Claro. Professora da Universidade Federal do Tocantins, Campus Porto Nacional. Coordenadora do Projeto de Extensão “Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional”. rosanebalsan@uft.edu.br.

3 Graduando em Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins, Campus Porto Nacional. Bolsista do Projeto de Extensão “Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional”. pabloamaury77@gmail.com.

4 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins, Campus Porto Nacional. Colaboradora do Projeto de Extensão “Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional”. lairesgoncalves@uft.edu.br.

5 Mestra em Linguística Aplicada pela UFSC. Professora do Curso de Licenciatura Letras: Libras da Universidade Federal do Tocantins, Campus Porto Nacional. Vice-coordenadora do Projeto de Extensão “Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional: ações educativas com Escrita da Língua de Sinais”. gabriela.otavini@gmail.com

6 Doutora em Educação pela USP/ São Paulo. Professora da Universidade Federal do Tocantins, Campus Porto Nacional. Membro do Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades. juferraro@uft.edu.br.

7 Termo utilizado pelo professor Dr. João Baptista Ferreira de Mello.

destaca que “[...] um roteiro cultural e/ou turístico pode evidenciar o mosaico de agentes e de modos de vida que produzem o centro histórico da cidade e que contribui para a perspectiva pedagógica do Turismo [...]”. A demanda social para tal atividade é espontânea e a maior procura advém de escolas de educação básica, públicas ou particulares, do estado do Tocantins, bem como de instituições de ensino superior.

Através de aulas-passeio, a profa. Dra. Rosane Balsan, coordenadora do projeto, juntamente com os integrantes da equipe, proporcionam trabalhos de visita e contemplação que evidenciam, de maneira didática, o centro histórico da cidade, proporcionando aprendizado sobre a mesma. Relacionado aos conteúdos de educação patrimonial, tanto nas disciplinas de história e geografia do ensino fundamental e médio, os professores da educação básica de diversas instituições de ensino do Tocantins têm feito o público juvenil escolar ser o de maior número dentro do projeto.

Dessa forma, o projeto auxilia na educação patrimonial como conceito geral, mas também aplicada aos bens materiais e imateriais portuenses. As aulas-passeio com estudantes da educação básica despertam noções de conservação e valorização do patrimônio cultural da cidade e do estado, descortinando nos discentes o cuidado e o amor ao lugar.

O artigo tem por objetivo contribuir para o entendimento da realidade e caracterização do Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional, com base nas informações coletadas junto ao levantamento de documentos (constituição, criação e projetos desenvolvidos), contextualizando aspectos da história e da cultura portuense e permitindo reflexões a partir dos elementos simbólicos nela contidos, e de sua dinamicidade, que se mostra entre diferentes temporalidades, sobretudo, do que pode ser descoberto através de novos olhares.

Relatos históricos dos atrativos turísticos do Roteiro Geo-Turístico

A formação da sociedade portuense deu-se a partir da década de 30, século XVIII, em torno do antigo arraial do Pontal, à margem esquerda do Rio Tocantins, que virou vila e posteriormente cidade. A descoberta da mineração no Arraial do Pontal (1738) por algum tempo teve aspectos de prosperidade, envelhecimento e decrepitude (PALACIN, 1976).

Acreditamos que à margem esquerda do Rio Tocantins, onde posteriormente se formou o Arraial do Pontal, residiam os primeiros moradores da região, os indígenas Xerente. Os autores Giralдин e Silva (2002) afirmam que, a partir da publicação da Carta Régia de 1811, se desencadeou uma série de invasões nas terras dos Xerente e a convivência com os não-índios resultou em vários conflitos bélicos. Após cessarem os conflitos, esses passam a conviver pacificamente, até mesmo interagindo com a cultura dos “brancos” e adquirindo novos hábitos.

A mudança paulatina das pessoas do arraial para o lado direito do rio deve-se ao melhor acesso e localização geográfica, bem como à decadência do ouro na região. Como relata Oliveira (1997, p. 9), “em posição estratégica, à margem do rio Tocantins, desenvolveu [...] animado intercâmbio comercial com o mercado paraense através deste”, de modo que as margens do Rio Tocantins favoreceram a navegação, o desenvolvimento agrícola e pecuário que fizeram de Porto Real/Imperial/Nacional uma vila diferenciada das demais originadas pela extração do ouro, como Monte do Carmo.

Na antiga vila de Porto Real, tendo sido denominada nessa categoria em 1831 (OLIVEIRA, 1997), as ruas estreitas, sem calçamento, ficavam cheias de animais. À noite não havia iluminação pública. Cada rua conta um pouco das suas histórias e estórias. Ora por outra, durante as aulas-passeio, nos deparamos com algum portuense hospitaleiro e cheio de causos a contar.

O roteiro do projeto visualiza residências de pessoas que tiveram papel de destaque junto à cultura tocantinense, concentrada em poucas mãos, o glamour de algumas famílias abastadas que conviviam próximas às residências de pessoas com menor poder aquisitivo e que também são importantes para o núcleo comercial. Também visualizamos as antigas vendas de “secos e molhados” que cresceram para suprir a falta de gêneros alimentícios.

Nas edificações centenárias de Porto Nacional podemos ver, entre tantas coisas, as eiras e beiras, as janelas, as lajotas e as telhas fabricadas artesanalmente. Os casarões também foram palco de comércios, hospedarias, teatro, sede de jornais e até de moradia de escravos. No Museu Histórico e Cultural, com sede na antiga intendência municipal, encontram-se aproximadamente duzentas peças que retratam um pouco da história e memória dos moradores portuenses de tempos de outrora. Do poder político ao temor das salas de audiências, hoje podemos conhecer o seu espaço interior e, em cada objeto exposto, é possível observar e analisar a trajetória histórica da cidade, seu povo, seus costumes e tradições.

As funções dos atuais casarões e as relações que se colocavam em prática na sociedade portuense, bem como as interações dessa com outras cidades, são visíveis no jornal Norte de Goyaz, fundado em 1905 por Francisco Ayres da Silva, onde “além de saúde, da política, e do cotidiano sertanejo, uma das pautas prediletas de Norte de Goyaz era a comunicação com outros centros – caso dos serviços de correios – além das campanhas, artigos e matérias sobre a navegação e transportes” (PAINKOW; TEIXEIRA; COSTA, 2005, p. 5).

No roteiro, visitamos o acervo das peças da Escola Técnica de Auxiliares de Enfermagem de Porto Nacional, criada em 1969 (ENTRE TODAS AS COISAS, 2017), onde peças cirúrgicas e um exemplar da boneca “Chezi” que eram utilizadas para demonstrações e procedimentos no curso técnico podem ser visualizadas. Manzano e Manzano (2005) relatam sobre a vida de Luzia da Silva, personagem que hoje dá nome à escola de Técnicos de Enfermagem e ao Centrinho: “Apesar de ter uma grande família em Goiânia, quis morrer e ser enterrada em Porto. Deixou sua casa para a COMSAÚDE fazer lá o Centrinho⁸. A escola que agora é de Técnicos de Enfermagem e o Centrinho hoje tem o seu nome: Luzia da Silva” (MANZANO e MANZANO, 2005, p.140).

À mulher na sociedade portuense, por muito tempo, cabia-lhe um papel de menor importância no contexto histórico geral. Gerar e cuidar dos filhos eram o máximo que uma mulher podia fazer, quando não eram obrigadas a exercer atividades que lhes davam sustento mínimo, muitas vezes em casos de abandono pelos pais, sendo essas atividades de lavadeiras, como relata Lotufo (2015). Porém, mesmo com as adversidades históricas, tivemos exemplos de mulheres que marcaram a história de Porto Nacional, como Luzia da Silva, Luzia Vitória da Silva (bonequeira), Romualda Fernandes Furtado (ceramista), Teodolina Limeira da Silva (tecelã), as Irmãs Maria Inez, Maria André, Maria Fernanda e Maria Rafael, entre outras que o projeto se propõe a estudar.

⁸ O Centrinho é o nome pelo qual é conhecido o Centro de Educação e Recuperação Infantil - CERI “Luzia da Silva”, sendo um serviço da COMSAÚDE que visa reduzir os casos de desnutrição infantil.

A Catedral Nossa Senhora das Mercês de Porto Nacional é um templo católico da cidade, com traços culturais arquitetônicos românicos e com um grande volume de rochas lateríticas, conhecidas popularmente como pedra canga, utilizadas em sua construção e que despertam a atenção. No interior se encontram três criptas onde estão sepultados os três primeiros bispos da Diocese de Porto Nacional (Dom Domingos Carrerot, Dom João Alano Maria du Noday, Dom Celso Pereira de Almeida) e a imagem de Bom Jesus do Pontal.

De um mirante em rocha, vislumbra-se parte do atual reservatório da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, onde os habitantes ainda lembram as funções do Rio Tocantins, motivo de existência e subsistência da cidade. O Rio Tocantins, desde sua descoberta, foi conhecido por vários nomes, como Rio dos Tocantins, Rio de Pedra, Rio de Los Tocantins, entre outros (RODRIGUES, 2001). Porém, foi uma tribo indígena que vivia em suas margens que batizou o rio e o estado como Tocantins, que varia nas suas grafias, sendo interpretado com distintos significados, como “Nariz de tucanos” e “Nariz bicudo ou pontudo”, mas que possuem o mesmo sentido, um sentido somático dos índios do mesmo nome que habitavam as margens do rio (RODRIGUES, 2001).

A inexistência de estradas até há poucas décadas deixou Porto Nacional distante e com difícil acesso aos grandes centros urbanos; nesse sentido, em relação às estradas, SILVA (1999) relata que, para chegarem na cidade em 1929, tiveram de passar por estradas de “carreira” e que para a locomoção dos primeiros automóveis de Porto Nacional foram necessários consertos de passagens, já que havia dificuldades nas estradas entre morretes, estradas com atolador, brejos, grotas de passagens incômodas, sendo necessárias as criações de pontilhões e até novas estradas. Na cidade reproduziu-se um modo de vida próprio, desenvolveu-se técnicas, saberes e crenças como base de sustentação econômica, social e cultural. Uma destas manifestações é a centenária devoção à Nossa Senhora das Mercês, padroeira da cidade, que mantém desde o ano de 1909 até os dias atuais sua tradicional festa durante o mês de setembro (BALSAN, 2016).

Outro contributo significativo para o desenvolvimento da cidade foi a presença marcante da Ordem Dominicana e das Religiosas francesas Dominicanas de Monteils. Como explicitado por Oliveira (1999, p. 74), “o estabelecimento da Ordem Dominicana, a fundação de periódicos e a presença de um médico, fizeram com que a cidade adquirisse identidade própria e relevante em sua região”. Através do Convento Santa Rosa de Lima, do Seminário São José e do Colégio Sagrado Coração de Jesus e o trabalho dos frades e das irmãs de São Domingos de Gusmão, Porto Nacional tornou-se referência educacional e berço da civilização cristã do antigo norte Goiano, atual estado do Tocantins (BRESSANIN, 2015).

Visitar os atrativos turísticos no Centro Histórico é também uma oportunidade de conhecer um pouco mais sobre seu ato de notificação de tombamento em 19 de agosto de 2008, e sua homologação feita pelo Conselho Consultivo do IPHAN em 27 de novembro do mesmo ano, com aprovação unânime (IPHAN, 2008). Em seu conjunto, congrega a história de um lugar que teve enorme importância e um acervo material incomparável que contribui na formação social, cultural e econômica local e estadual. É interessante lembrar que a cidade foi mudando de nome de acordo com os sistemas políticos do país: Porto Real, Porto Imperial e Porto Nacional.

É possível conhecer um clima de arquitetura, geografia e história nas andanças a pé junto com a equipe do Roteiro Geo-turístico de Porto Nacional. Ao comemoramos seis anos de atuação, desejamos cada vez mais gerar conhecimento por intermédio da educação patrimonial, demonstrar a autenticidade de um antigo núcleo urbano que um dia fora palco de acontecimen-

tos marcantes à luz da história, valorizar e reconhecer o patrimônio construído pelas práticas cotidianas e também reconhecer cada vez mais os lugares, desde os lugares transfigurados ou destruídos, que nos permitem “[...] o ingresso da magia das preciosidades dos lugares pretéritos, que continuam presentes/interiorizados no íntimo do indivíduo e da coletividade” (MELLO, 2014, p. 63).

O Roteiro Geo-Turístico visita edificações, percorre as ruas, praças e largos do Centro Histórico promovendo a sensibilização quanto aos bens culturais ali dispostos, aplicando trabalho de educação patrimonial que tem como foco o patrimônio cultural. Florêncio (2019, p. 62) define que “as iniciativas educativas devem, portanto, ser consideradas como um recurso fundamental para a mobilização social em torno do patrimônio cultural, para a valorização da diversidade cultural, para o fortalecimento da identidade local e para a afirmação dos sujeitos em seus diferentes modos de ser e estar no mundo”.

A Educação Patrimonial estabelece um papel mediador entre o cidadão e o patrimônio cultural local, com o objetivo de causar o fortalecimento da preservação da memória e identidade, individual e coletivas de um grupo social. Florêncio (2019, p. 63) afirma “[...] as experiências educativas são mais efetivas quando integradas às demais dimensões das vidas das pessoas.”

O Roteiro, suas ações e divulgações

O Centro Histórico é também lugar de memória portuense, lugar de identidade dos que assim se identificam e, portanto, deve ser preservado. Bosi (2003) ressalta que “[...] cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que são pontos de amarração de sua história” e acrescenta que “as lembranças se apoiam nas pedras da cidade”. O Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional objetiva, portanto, contribuir e proporcionar a continuidade da preservação dos atrativos culturais e conservação do patrimônio histórico, que constituem esse recorte geográfico, porque são também memória da comunidade.

O tombamento da poligonal do Centro Histórico, com aproximadamente 250 edificações, consolidado em novembro de 2008 (IPHAN, 2008), é relevante para a manutenção do espaço que revela a história e a cultura de Porto Nacional em seus diferentes momentos históricos, refletidos na arquitetura de seus casarões e igrejas e na disposição desses pelo espaço, em suas ruas grandes ou estreitas.

A denominação Roteiro Geo-Turístico deve-se ao fato de nos basearmos em projetos que relacionam as análises geográficas sobre o espaço com as práticas turísticas, como é o caso do projeto de extensão Roteiros Geo-Turísticos em Belém do Pará e dos Roteiros Geográficos do Rio (TAVARES, 2019; ROTEIROS GEOGRÁFICOS DO RIO, 2020).

O Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional é realizado a pé pelas ruas e edificações do centro histórico (Figura 1), em aulas que duram cerca de três horas, sendo repassado aos visitantes os aspectos históricos e culturais de Porto Nacional. Percorrendo as ruas e conhecendo os pontos históricos e turísticos de Porto Nacional, os participantes aprendem sobre os diversos temas que envolvem a história, a geografia, a arquitetura, a religião e a literatura portuenses.

Figura 1 – Aula-passeio na “Rua das Flores”.



Fonte: Simone Mamede, 2019.

Por ser um projeto interinstitucional, o Roteiro tem o apoio de algumas instituições, como a COMSAÚDE (Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação), IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) Prefeitura Municipal de Porto Nacional (Secretaria Municipal de Cultura e Turismo), Universidade Federal do Tocantins (Laboratório de Geografia do Turismo; Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades; Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários) e dialoga com várias áreas de estudo relacionadas à Arquitetura, à História, às Letras e à Geografia.

No ano de 2014, a convite da Prefeitura de Porto Nacional, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, foi realizado o lançamento do Projeto do Roteiro durante a 33ª Semana da Cultura do município, participando de todas as edições até os dias atuais. Nesse ano, divulgamos o projeto no programa “Cidades do Tocantins” exibido pela TV Assembleia, no qual se explanou sobre a possibilidade de os cidadãos conhecerem um pouco dos atrativos turísticos da cidade.

O projeto ingressou nas redes sociais com a página de Facebook em 2015, além de ampliar o folder para dezesseis atrativos, tendo, oficialmente, recebido o apoio do IPHAN/Tocantins na impressão de uma tiragem de cinco mil folders. Também divulgou-se no Jornal do Tocantins o roteiro como uma viagem ao século XIX, destacando as belezas dos casarões e edificações que remetem às origens do Estado.

No ano seguinte houve a participação na 1ª Semana da Cultura Negra de Porto Nacional, com exposição de fotografias do Centro Histórico. Também, realizaram-se oficinas de educação patrimonial em escolas públicas de educação básica, sendo estas atividades recreativas.

A partir de 2017, o projeto também buscou a inserção do curso de Letras: Libras em suas ações, proporcionando maior possibilidade de apropriação da história portuense à sua comunidade surda, além de inserí-los de modo salutar na construção da ligação com o lugar, de onde emerge a própria vida de todo cidadão.

Dessa forma, o projeto vem consolidando algumas ações como a criação de sinais da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para sete pontos turísticos (Caetanato, Catedral Nossa Senhora das Mercês, Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional, Praça Nossa Senhora das Mercês, Rio Tocantins, Rua do Cabaçaco, Seminário São José) e a tradução de duas músicas portuenses (Frevo do Cabaçaco e Frevo da Boiuna) (BALSAN et al., 2018; UFT, 2019). O roteiro ainda produziu dois documentários para apresentação em mídias sociais e que estão disponíveis na página do Roteiro Geo-turístico no canal do YouTube (BALSAN, 2020).

A partir do ano de 2018, o Roteiro destaca a organização de eventos acadêmicos para estudantes e demais interessados, como o Ciclo Audiovisual sobre Memória, Patrimônio e Preservação Cultural com o total de oito encontros entre os meses de março e maio de 2018; entre os meses de setembro e novembro foi realizado outro evento intitulado “Encontro com o patrimônio cultural da cidade” contando com a participação de moradores do centro histórico e de bairros circunvizinhos, professores e demais interessados no tema da preservação e conservação do patrimônio cultural portuense.

No ano de 2019 o projeto apoiou a programação de eventos nacionais como a 27ª edição do Rally dos Sertões e, na ocasião, a coordenadora acompanhou um profissional da equipe do Rally para a realização de algumas tomadas de vídeos dos atrativos turísticos da cidade de Porto Nacional, locais onde os participantes da aventura passaram. Houve também a divulgação do Roteiro em programas locais de rádio e televisão e participação em eventos do IPHAN como a Oficina de Maquetes em Porto Nacional, visando a valorização do patrimônio edificado do Centro Histórico da cidade, com a vivência: “Percorrendo o roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional”. Ainda nesse ano, participou do IV Seminário Setembro Azul promovido pelo curso de Letras: Libras, desenvolvendo um roteiro para os alunos desse curso e participou no evento municipal da I Semana da Juventude, apresentando o seu material de divulgação.

No ano de 2020, o projeto buscou juntamente com o curso de Letras: Libras a criação de folder em Escrita de Sinais. A título de compreender sobre a relevância da Escrita de Sinais dentro deste projeto Roteiro Geo-turístico, entende-se ser necessário esclarecer mais sobre como se pretende criar os materiais acessíveis, ou seja, é necessário especificar a respeito de um sistema de escrita de sinais *SignWriting*, mas se vê a necessidade de ampliar as traduções de Libras para escrita de sinais, pois esta se mostra uma relação equivalente com a escrita da língua portuguesa.

A escrita de sinais está para nós, surdos, como uma habilidade que pode nos dar muito poder de construção e desenvolvimento de nossa cultura. Pode nos permitir, também, muitas escolhas e participação no mundo civilizado do qual também somos herdeiros, mas do qual até agora temos ficado à margem, sem poder nos apropriar dessa representação. Durante todos os séculos da civilização ocidental, uma escrita própria fez falta para os surdos, sempre dependentes de escrever e ler em outra língua, que não podem compreender bem, vivendo com isso uma grande limitação. (STUMPF, 2013, p. 63).

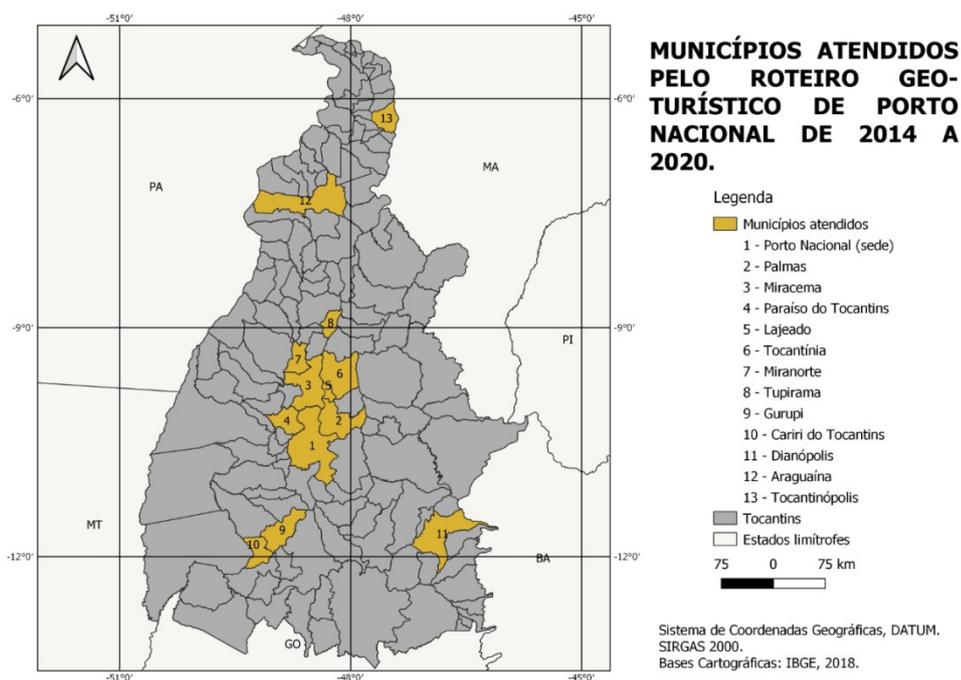
Atualmente, no Brasil, existem quatro sistemas de escritas de sinais em uso, são eles: SignWriting (SUTTON, 1999), ELiS (BARROS, 2008), SEL (OLIVEIRA, 2011) e Visografia (BENASSI, 2017) nos níveis de escolaridade e nas modalidades de ensino. A comunidade surda que sabe muito bem língua de sinais brasileira tem muita facilidade de ler e escrever em Escrita de Sinais.

Em 2020, aulas-passeio foram impossibilitadas em razão do isolamento social causado pela pandemia de Covid-19. O projeto investiu em novos paradigmas e decidiu continuar remotamente ativo, por meios das redes sociais do projeto, com transmissões ao vivo realizadas às sextas-feiras com textos de diferentes pesquisadores que abordaram, em suas pesquisas, temáticas relacionadas com a história da cidade de Porto Nacional, seu Centro Histórico, e seu patrimônio cultural.

Essa ação teve a duração de três meses e quatorze transmissões; também, no segundo semestre, realizou semanalmente divulgação de poesias portuense, em forma de fotografias e poemas, e está atuando com postagens de imagens de pontos turísticos em comparativos com os dias atuais e de outrora, ressaltando as transformações do centro histórico no decorrer do tempo, onde fica nítido, pela interação dos internautas, que muitos não possuíam conhecimento quanto às formas e funções de algumas edificações no passado.

Em retrospectiva, o Roteiro já atendeu mais de três mil e quinhentas pessoas com suas aulas-passeio, oriundas de treze municípios tocantinenses, como é possível visualizar na Figura 2, e de cidades de outros estados, como Campo Grande- MS, Goiânia- GO, Manaus- AM, Rio de Janeiro- RJ, São Paulo- SP e também do exterior.

Figura 2 – Municípios tocantinenses atendidos pelo Roteiro Geo-turístico de Porto Nacional de 2014 a 2020.



Fonte: Rosane Balsan; Pablo Amaury Pereira Lima, 2020.

Em virtude do crescente número de alunos atendidos todos anos e dos municípios abrangidos do estado do Tocantins, o Roteiro tornou-se *locus* de experiências e vivências para pesquisadores. Alguns trabalhos científicos publicados em referência ao Roteiro Geo-Turístico foram desde trabalho de conclusão de curso, projetos do Programa de Bolsas Institucional de Extensão da Universidade Federal do Tocantins a pesquisas da equipe: FEITOSA; BALSAN (2015; 2017), BALSAN et al. (2018), BALSAN; RIBEIRO (2019), CAMPOS et al. (2020).

A equipe do roteiro foi agraciada com cinco prêmios da extensão universitária da Universidade Federal do Tocantins, sendo eles:

- 2017. 1º lugar no IV Seminário Integrado de Pesquisa, Ensino e Extensão da Universidade Federal do Tocantins– Campus Palmas;
- 2018. 1º lugar no V Seminário Integrado de Pesquisa, Ensino e Extensão da Universidade Federal do Tocantins– Campus Palmas;
- 2019. 2º lugar no VI Seminário Integrado de Pesquisa, Ensino e Extensão da Universidade Federal do Tocantins– Campus Palmas;
- 2019. Prêmio de Extensão Universitária na modalidade Sênior;
- 2019. Prêmio de Extensão Universitária na modalidade Jovem Extensionista.

Os prêmios incentivaram a fomentação do trabalho contínuo do projeto e valorização da equipe. Em virtude de ações de projetos do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) que visaram a inserção dos estudantes com necessidades especiais do curso de Letras: Libras, teve como meta colocar os surdos em condições sociais com os ouvintes, explorando ao máximo suas condições sociocognitivas para acesso dos bens culturais locais. Os dois últimos prêmios laureados foram para uma docente (coordenadora) e uma estudante (monitora voluntária não-remunerada) com placas de reconhecimento e honra ao mérito pelos trabalhos de extensão (UFT, 2020).

O projeto, além de proporcionar educação patrimonial, também promove a inclusão das pessoas surdas, como forma de integrar a sociedade, oferecendo maior acessibilidade a este público, aproximando esta comunidade cada vez mais dos meios técnico-científico-informacional do espaço geográfico em que estamos inseridos.

Considerações finais

Porto Nacional é uma cidade que possui parte do seu Centro Histórico reconhecida pelo IPHAN como Patrimônio Cultural Brasileiro e que representa parte da memória e da identidade dos portuenses em um recorte geográfico delimitado e impregnado de significados e de transformações de funções ao longo do tempo.

O Projeto Roteiro Geo-Turístico integra instituições de apoio, mobilizando parceiros e realizando ações com instituições, a comunidade local e demais interessados. O projeto identifica problemas como: a ausência de sinalização turística, incipiente número de lixeiras e necessário monitoramento de segurança, etc. Nesse sentido, enquanto grupo e representantes de instituições, instigamos que o patrimônio tenha cada vez mais uso e que seja considerado pelos moradores como um centro histórico “vivo” e, conseqüentemente, que gere diversas interações, sendo estas de ordem econômica, política, entre outras, gerando cada vez mais um sentimento de pertencimento ao centro histórico, onde ele é único e tem suas especificidades.

É de essencial importância o trabalho sobre a preservação e/ ou conservação do patrimônio para a rede formal de ensino e a comunidade local. Assim, a educação patrimonial é um processo contínuo de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural, como instrumento

da construção de uma consciência e sensibilidade histórica e do reconhecimento de identidade que é realizado pelo diálogo e práticas educativas que fortalecem as redes, juntamente com as instituições que o apoia. Assim, estamos sempre conhecendo e reconhecendo os patrimônios materiais e imateriais do Centro Histórico.

O projeto transforma multiplicadores neste processo de preservação e conservação do patrimônio como tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar. Trata-se de, a partir das referências culturais locais, despertar nos que visitam um novo olhar para o patrimônio cultural calcado nas emoções resgatadas e registradas nas vivências e experiências, fortalecendo o sentimento de pertencimento daqueles que vivenciam estes espaços e dando forma e representação significativa ao que era esquecido, entendendo o passado e relacionando-o com o presente.

Referências

BALSAN, Rosane. Turismo cultural e pedagógico: o desenvolvimento de um roteiro geo-turístico na cidade de Porto Nacional Tocantins. **Anais do XI ENANPEGE**. 2015. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/39/1033.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

BALSAN, Rosane; MAIA, Carlos Eduardo Santos. Festejo de Nossa Senhora das Mercês – Porto Nacional/TO: aspectos coloridos e luminosidades. In: III Seminário do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPEL, 2016, Pelotas. **Anais do III Seminário do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPEL: a geografia frente ao atual cenário político, socioambiental e educacional brasileiro** (9 a 11 de novembro de 2016). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2016. v. 1. p. 106-119.

BALSAN, Rosane; FEITOSA, Thalyta de Cássia da Silva. O patrimônio cultural brasileiro: uma abordagem centrada na cidade de Porto Nacional – TO. 2017. v. 13. **Revista Interface**. p.88-101.

BALSAN, Rosane; FEITOSA, Thalita de Cássia Silva. Turismo, Cartografia e patrimônio cultural: o mapa turístico como subsídio para o percurso turístico do Centro Histórico de Porto Nacional – TO. In: **XI Encontro Nacional da Anpege**, 2015, Presidente Prudente: Unesp, 2015, v. 1, p. 1628-1639.

BALSAN, Rosane; LUZ, Dannyella dos Santos; OLIVEIRA, Guilherme Henrique Vaz.; SANTOS, Samuel Antonio Carvalho dos.; DIAS, Beatriz Elisama Silva; SILVA, Gleiciene Oliveira da.; PEREIRA, Roney V. L. A criação dos sinais em libras para o Roteiro Geo-Turístico no município de Porto Nacional_TO. In: **Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**, Natal – RN, v. 2, PP. 979-987, 2018.

BALSAN, Rosane; RIBEIRO, Aline Alves. A. Projeto roteiro geo-turístico: projeto roteiro geo-turístico: patrimônio cultural e turismo na cidade de Porto Nacional -TO, Brasil. In: **II Colóquio Latinoamericano sobre Urbanización y Patrimonialización**, Brasília – DF, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/36911>. Acesso em: 12 jul. 2020.

BALSAN, Rosane. **Dossiê: roteiro geo-turístico de Porto Nacional**: preservando o patrimônio cultural de Porto Nacional-TO. Porto Nacional: [s.n.], 2020.

BARROS, Mariangela Estelita. **ELiS – Escrita das Línguas de Sinais**: proposta teórica e verificação prática. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, 2008.

BENASSI, Cláudio Alves. **O despertar para o outro**: entre as escritas da língua de sinais. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

BOSI, Ecléa. Memória da cidade: lembranças paulistanas. **Instituto de estudos avançados**. São Paulo: USP, v. 1, n. 47, p. 198-211, 2003.

BRESSANIN, César Evangelista Fernandes. **Entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos**: a ordem dos pregadores nos sertões do antigo norte de Goiás. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas de da Terra). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/3369/1/CESAR%20EVANGELISTA%20FERNANDES%20BRESSANIN.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

CAMPOS, Deivid Barbosa Moraes; LIMA, Pablo Amaury Pereira; SANTOS, Aline Rocha Louzeira; LUZ, Dannyella dos Santos; BALSAN, Rosane. A educação patrimonial no roteiro geo-turístico de Porto Nacional. **Revista capim dourado**: Diálogos em Extensão, pp. 143-151. 2020. Disponível em: <http://https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/capimdourado>. Acesso em: 10 jul. 2020.

CIDADES DO TOCANTINS. **Programa cidades do Tocantins – YouTube**. Porto Nacional-TO. (1min38s- 2min13s). 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KSErhlA-xKQ>. Acesso em: 08 set. 2020.

ENTRE TODAS AS COISAS. **Idearte Audiovisual – YouTube**. Direção: João Luiz Neiva Brito. (30min46s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2dF_5_NCJfQ&feature=youtu.be. Acesso em: 10 fev. 2019.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Política de educação patrimonial no IPHAN: Ditettrizes Conceituais e Ações Estratégicas. **Revista: CPC**, São Paulo, n.27 especial, p.55-89, jan./jul. 2019.

GIRALDIN, Odair; SILVA, Cleuber Alves da. Ligando mundos: relação entre xerente e a sociedade circundante no século XIX. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, 2002. Disponível em: http://www.uft.edu.br/neai/file/odair_ligando_mundos.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.

IPHAN. **Ata da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2008__04__59a_reuniao_ordinaria__27_de_novembro.pdf. Acesso em: 5 jun. 2020. (Ata do Tombamento do Município de Porto Nacional – TO).

JORNAL DO TOCANTINS. **Viagem ao século XIX**. Disponível em: <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/magazine/viagem-ao-s%C3%A9culo-xix-1.871222>. Acesso em 14 set. 2020.

LOTUFO, Edith Hedwig. **Memórias de uma experiência intercultural em torno do artesanato de Porto Nacional, Tocantins entre 1975 e 1981**. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura Visual). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

MANZANO, Heloisa Lotufo; MANZANO, Eduardo. **Nas barrancas do Tocantins: Memória de um casal de médicos**. Goiânia: América, 2005.

MELLO, João Baptista Ferreira de. **O Triunfo do lugar sobre o espaço**: In: MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo, WERTHER Holzer; OLIVEIRA Livia de.. Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Um porto no sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910**. Goiânia: UFG. 1997. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

OLIVEIRA, Adriana Stela Cardoso Lessa de. A escrita SEL: um sistema de escrita trácica para libras. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, VII, Curitiba. **Anais...** Abralín, Curitiba, 2011.

PAINKOW, A.; TEIXEIRA, I.; COSTA, L. **Jornal Norte de Goyaz: o legado da família Ayres à imprensa tocantina**. Encontro da associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia. Novo Hamburgo/RS: 14 a 16 de abril de 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/3o-encontro-2005-1>. Acesso em: 24 jul. 2020.

PALACIN, Luís. **Goiás 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de minas**. Goiânia: Oriente, 1976.

PALACIN, Luís; GARCIA, Leonidas Franco; AMADO, Janaína. **Histórica de Goiás em documentos**. Goiânia: UFG, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL. **História e Patrimônio Histórico-Cultural de Porto Nacional são explorados na Semana dos Museus**. Disponível em: <https://www.portonacional.to.gov.br/index.php/noticias/sec-de-cultura-e-turismo/1823-historia-e-patrimonio-historico-cultural-de-porto-nacional-sao-explorados-na-semana-dos-museus>. Acesso em: 14 set. 2020.

RODRIGUES, Lysias Augusto. **O rio dos Tocantins**. 2. ed. Palmas- TO, 2001.

ROTEIROS GEOGRÁFICOS DO RIO. **Roteiros gratuitos em defesa da cidade do Rio de Janeiro**. 2019. Disponível em: <http://www.roteiros.igeog.uerj.br/>. Acesso em: 14 set. 2020.

SILVA, Francisco Ayres da. **Caminhos de outrora**. 2. ed. Porto Nacional: Prefeitura Municipal, 1999.

STUMPF, Marianne Rossi. **Transcrições de língua de sinais brasileira em SignWriting**. In.: LODI, Ana Claudia Balieiro et al. (orgs.). Letramento e minorias. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

SUTTON, Valerie. **Lessons in SignWriting—Textbook and workbook**. Deaf Action Committee for SignWriting, La Jolla, Ca, 1999.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. Patrimônio e cidade: uma leitura geográfica da cidade de Belém do Pará. In: TAVARES, Maria Goretti da Costa; SERRA, Hugo Rogério Hage; PACHECO, Agenor Sarraf. **Geografia, Patrimônio e Turismo na Amazônia Brasileira**: Projeto Roteiro Geo-turístico em Belém do Pará. Belém: Pró-reitoria de Extensão/UFPA, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Premiação de extensionista ocorre durante o CONSEPE** . Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/26681-premiacao->. Acesso em: 09 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Últimas notícias: projeto roteiro **geo-turístico de Porto Nacional apoia a programação do Rally dos Sertões**. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/26083-roteiro-geo-turistico-de-porto-nacional-apoia-programacao-do-rally-dos-sertoos>. Acesso em: 14 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Últimas **notícias**: premiação de bolsistas e pesquisadores encerra o IV SIEPE. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/20800-premiacao-de-bolsistas-e-pesquisadores-encerra-o-iv-siepe>. Acesso em: 14 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Últimas **notícias**: premiação de trabalhos acadêmicos encerra atividades do V SIEPE na etapa Palmas. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/24314-premiacao-de-trabalhos-academicos-encerra-atividades-do-v-siepe-na-etapa-palmas>. Acesso em: 14 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Últimas notícias: conheça os projetos de extensão e de iniciação científica premiados no SIEPE. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/26224-conheca-os-projetos-de-extensao-e-de-iniciacao-cientifica-premiados-no-siepe>. Acesso em: 14 set. 2020.

Tecnologias digitais aplicadas à educação patrimonial em Porto Nacional-TO: um panorama das potencialidades

Genias Brandão de Alencar⁹

Glenda Michele Botelho¹⁰

Ary Henrique Moraes de Oliveira¹¹

Deocleci dos Santos Dias¹²

Mateus da Silva Rosario¹³

Introdução

A inserção das tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem, mesmo antes da pandemia de Covid-19, já se revelava como um meio de potencializar a aprendizagem nos mais diversos ambientes educacionais, e até mesmo fora destes. Agora, durante a pandemia, mais do que nunca, a utilização dos recursos tecnológicos vem mostrando-se essenciais nesse processo. E partindo desta perspectiva, que este trabalho busca compreender as potencialidades das tecnologias digitais aplicadas às ações educativas de preservação e apropriação do patrimônio cultural.

Tradicionalmente, o processo de educação patrimonial tem sido visto como uma atividade que, geralmente, ocorre nos ambientes escolares por meio de estratégias de ensino convencional, como materiais impressos e muitas vezes distante do contexto cultural local (MENDOZA et al. 2015). Dessa forma, as pessoas não têm a oportunidade de conhecerem seu próprio patrimônio cultural, o que pode trazer implicações socioculturais.

Entretanto, o cenário apresentado sobre a projeção do patrimônio cultural por meio de plataformas interativas, utilizando-se da popularização do acesso à internet e a viabilização

9 Mestrando no Programa de Pós-graduação Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: genias.brandao@uft.edu.br.

10 Professora do curso de Pós-graduação Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação da Universidade Federal do Tocantins. Doutora em Ciência da Computação pela Universidade de São Paulo, USP, Brasil. E-mail: glendabotelho@uft.edu.br.

11 Professor do curso de Pós-graduação Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação da Universidade Federal do Tocantins. Doutor em Engenharia de Sistemas e Computação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil. E-mail: aryhenrique@uft.edu.br.

12 Graduando da Ciência da Computação da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: deocleci.santos@uft.edu.br.

13 Graduando da Ciência da Computação da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: mateus.rosario@uft.edu.br.

do uso das redes de comunicação e informação tem sido bastante promissor (TARDIVO e PRATSCHKE, 2017). Vários autores (CERQUEIRA, 2005; OTT e POZZI, 2011; TEIXEIRA, 2014; MENDOZA *et al.* 2015; MOURA, 2018) mostram ser possível interligar as potencialidades das tecnologias digitais emergentes às ações de educação patrimonial e, assim, criar novas oportunidades de apropriação e fortalecimento da identidade cultural individual e coletiva da comunidade local. Além disso, essas interligações podem favorecer um processo de ensino-aprendizagem tanto no âmbito escolar, como fora dele.

Com essa perspectiva, fez-se uma investigação a partir de uma revisão sistemática da literatura científica, por meio de uma abordagem qualitativa de natureza exploratória descritiva, buscando-se por casos particulares que possam responder a seguinte pergunta: Quais as potencialidades das tecnologias digitais aplicadas às ações de preservação, valorização e apropriação do patrimônio cultural? A partir de tais respostas espera-se: compreender como as tecnologias digitais aplicadas à educação patrimonial podem favorecer uma aprendizagem mais abrangente e atrativa do patrimônio cultural. Corroborando para a condução e implementação da Plataforma GeoPorTOur e a ampliação das ações desenvolvidas pelo projeto Roteiro Geo-Turístico em Porto Nacional.

Esse trabalho é apresentado em cinco sessões, incluindo a introdução e os demais são: primeiramente, uma breve apresentação e contextualização do Projeto Plataforma GeoPorTOur; em segundo o encaminhamento metodológico da revisão sistemática e os resultados encontrados; em terceiro, um aporte teórico sobre o uso das tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem do patrimônio cultural, em que são apontadas algumas características e potencialidades das tecnologias digitais, sobretudo no contexto da aprendizagem formal e informal e, por fim, as considerações finais, em que são apontadas as principais contribuições deste estudo.

Projeto plataforma GeoPorTOur

A plataforma GeoPorTOur, trata-se de um projeto de extensão da Universidade Federal do Tocantins. O mesmo surgiu da proposta de ampliação das ações de preservação do patrimônio histórico-cultural de Porto Nacional-TO, desenvolvidas pelo Projeto Roteiro Geo-Turístico, por meio do desenvolvimento de um acervo tecnológico integrado em uma plataforma digital.

O acervo de recursos computacionais concentrados na plataforma para fins educacionais compreende: a modelagem em 3D da Catedral Nossa Senhora das Mercês; Visita virtual em 360° do percurso do Roteiro Geo-Turístico, incluindo visitas internas a Catedral Nossa Senhora das Mercês, ao Seminário São José, ao Museu Histórico e Cultural e ao Caetanato (COMSAÚDE); o *QUIZ* sobre as informações históricas e culturais (em português e inglês) dos pontos do Roteiro; e um espaço destinado às produções científicas, técnicas e artísticas sobre Patrimônio Cultural de Porto Nacional. A plataforma dispõe também do aplicativo GeoPorTOur que viabiliza o acesso aos recursos e serviços disponíveis na plataforma.

Ademais, a plataforma é destinada as ações do projeto de extensão Roteiro Geo-Turístico do Centro Histórico de Porto Nacional, coordenado pela professora Dra. Rosane Balsan. Destarte, a plataforma dispõe desde as informações sobre o projeto, equipe, até o agendamento das aulas-passeio do Roteiro Geo-Turístico.

Dessa maneira busca-se com esse estudo clarificar a possibilidade da proposta de integrar as tecnologias digitais às ações de educação patrimonial em Porto Nacional, dando uma maior abrangência e visibilidade aos aspectos turísticos culturais e patrimoniais, podendo tornar-se uma alternativa de ação estratégica para corroborar o turismo histórico cultural na cidade.

Trabalhos que abordam a tecnologia digital aplicada à educação patrimonial

O objetivo desta sessão é identificar e conhecer por meio de uma revisão sistemática, publicações no âmbito de dissertações, teses e artigos científicos que abordam a integração das tecnologias digitais à educação patrimonial. Para organizar um corpus para tal pesquisa, iniciou-se uma breve busca nas seguintes bases de dados: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações¹⁴ (BDTD) e Catálogo de Teses e dissertações da CAPES¹⁵. E o levantamento foi realizado em novembro de 2019.

Para sustentar a temática desta pesquisa, foram definidas as palavras-chaves e empregada à lógica de combinação booleana nas bases de dados selecionadas. Dessa forma, realizou-se as buscas com a seguinte sequência de combinação de descritores: “*Tecnologias digitais*” AND “*Educação Patrimonial*”, “*Aplicativo*” AND “*Educação Patrimonial*” e para finalizar “*Software*” AND “*Educação Patrimonial*”, desta maneira a tabela 1 mostra os resultados obtidos:

Tabela 1 - Quantidade de Teses e Dissertações encontradas na busca.

Descritores	Tipo	BDTD - IBICT	CTD da CAPES	Total
“Tecnologias Digitais” AND “Educação Patrimonial”	Tese	02	00	
	Dissertação	02	02	
Total		04	02	06
“Aplicativo” AND “Educação Patrimonial”	Tese	01	00	
	Dissertação	25	01	
Total		26	01	27
“Software” AND “Educação Patrimonial”	Tese	00	01	
	Dissertação	03	07	
Total		03	08	11

Fonte: Elaborado por Genias Brandão de Alencar, 2020.

Verifica-se que depois da realização de todas as buscas combinadas nas duas bases de dados foi encontrado um total de 44 publicações. A partir das listas de resultados de cada busca, procurou-se identificar os trabalhos repetidos para eliminá-los. Na sequência, realizou-se a leitura dos resumos para o descarte daqueles que não estavam dentro do escopo da temática. Assim, no total, foram desconsiderados 38 trabalhos e apenas 06 foram validados. Os trabalhos seleciona-

14 <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

15 <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

dos a cima (Quadro 1) tiveram como critério de validação o uso das tecnologias digitais como ferramenta de preservação do patrimônio cultural e/ou promoção de educação patrimonial.

Quadro 1 – Trabalhos selecionados.

Autor(a) Ano /Nível	Título	Fonte
MOURA, M. R. A. (2018) Tese	InfoMinerva: interface do usuário para sistemas de software do domínio de patrimônio histórico.	BDTD CTD - CAPES
VELOSO, G. C. (2018) Dissertação	Modelo para a integração de professores e alunos do ensino básico ao patrimônio histórico e cultural de Araranguá-SC e região: uma perspectiva quanto ao resgate e a manutenção da identidade cultural.	BDTD
LIMA, T. C. F. (2018) Dissertação	O Processamento de imagens em 3D, da arte rupestre, do Sítio Templo dos Pilares, Alcinópolis - Mato Grosso do Sul.	BDTD CTD - CAPES
MORESCO, J. J. (2018) Dissertação	Primavera do Leste/MT: educação patrimonial, “mídia didática” e lugares de memória.	BDTD CTD -CAPES
BERNARDINHO, M. C. (2015) Dissertação	Representação da informação de bens culturais: construindo uma taxonomia no contexto das fazendas históricas paulistas.	BDTD
TEIXEIRA, C. M. A. (2014) Tese	Informação, educação patrimonial e museus no ciberespaço: diálogos.	BDTD CTB -CAPES

Fonte: Elaborado por Genias Brandão de Alencar, 2020.

Esta sistematização, apresenta uma breve exposição dos achados dessa busca, procurando identificar o uso das tecnologias digitais ao contexto da educação patrimonial. Conseqüentemente, Moura (2018) propôs-se a criar um protótipo de interface semi-funcional para o usuário, denominada infoMinerva, com a finalidade de organizar e disseminar os bens materiais e imateriais das fazendas históricas paulistas, considerados como espaços excelentes para pesquisa, educação e turismo. A avaliação da proposta, realizada por meio de questionários, mostrou que o objetivo geral da pesquisa foi alcançado.

Utilizando-se de ferramentas da *Internet* para o acesso às imagens do acervo histórico-cultural digitalizado, Veloso (2018) desenvolveu e aplicou um modelo de integração de professores e alunos ao Patrimônio Histórico Cultural de Araranguá. O propósito era fomentar o conhecimento e a valorização do patrimônio histórico e cultural local. E o número de envolvidos no projeto, o acesso expressivo ao acervo digitalizado e ao Museu local, assegurou a efetividade da ferramenta para o objetivo proposto.

Já com o propósito de investigar novas técnicas de gravação digital, a partir da combinação da utilização de processamento de imagens de 3D na área arqueológica, Lima (2018) apresenta o uso do *software* Agisoft Photoscan em técnicas em 3D, utilizando-se de um estudo desenvolvido no sítio arqueológico: Templo de Pilares, no município de Alcinópolis-MS. Segundo a autora, “as imagens tridimensionais, quando usadas para educação patrimonial, oferecem opções de sua aplicabilidade em disciplinas como Geografia, História, Matemática, Literatura, Língua Portuguesa e Artes” (LIMA, 2018, p.157).

Desejando promover discussões sobre a importância da educação patrimonial, estabelecendo diálogos entre as tecnologias atuais e o ensino de História, Moresco (2018), propõe um

roteiro para a produção de vídeos usando o *software Windows Movie Maker* e o Curta Histórias/MEC. O contexto histórico da proposta é a cidade de Primavera de Leste-MT.

Em uma pesquisa aplicada, Bernadinho (2015) se propôs a realizar um mapeamento descritivo, para a construção de uma taxonomia relacionada ao contexto do Patrimônio Cultural Rural Paulista. Como resultado, obteve-se uma estrutura inicial com 3639 termos a serem utilizados como base para o cadastro de itens na plataforma chamada Memória Virtual.

Por fim, partindo da interlocução entre informações, tecnologia, museu, patrimônio cultural e memória, Teixeira (2014) propõe a criação do Museu Virtual (MUVI) do Patrimônio Imaterial das Paneleiras de Goiabeiras. Levando a uma definição de um modelo potencialmente adequado para ações de Educação Patrimonial, a autora realizou um mapeamento de proposta de museus virtuais, no qual obteve 64 plataformas digitais, incluindo nacionais e internacionais. De acordo com a autora o MUVI – Paneleiras de Goiabeiras se apresenta como um instrumento para o desenvolvimento de ações de educação patrimonial.

Percebe-se que cada trabalho possui suas especificidades, entretanto todos se identificam com o escopo desta pesquisa, no aspecto de integrar as novas tecnologias no processo de preservação e apropriação do patrimônio cultural. Para aprofundar mais ainda esta revisão sistemática, realizou-se uma segunda busca por artigos disponíveis na base do repositório acadêmico internacional *Science Direct*¹⁶. A mesma foi realizada usando a ferramenta de busca avançada. Percutiu-se pelos mesmos termos utilizados da busca das bases de dados Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e Catálogo de Teses e dissertações da CAPES, porém em inglês: “*digital technology*” and “*heritage education*”; “*software*” and “*heritage education*” e “*App*” and “*heritage education*”. O intervalo de tempo foi restringido de 2001 a 2019, o que corresponde ao mesmo período escolhido nas buscas de teses e dissertações. Além disso, não houve delimitação quanto à área de pesquisa.

A busca resultou em 28 artigos, sendo 18 na busca pelo termo “*software*” and “*heritage education*”, 6 com o termo “*App*” and “*heritage education*”, e 4 com o termo “*digital technology*”. Depois de tabulados, foi realizado o primeiro filtro, no qual foram desconsiderados 04, pois estavam repetidos nas buscas. No segundo filtro, outros 17 artigos foram descartados com base na leitura do resumo e introdução que não se enquadravam no escopo da pesquisa. A partir da obtenção destes dados, organizou-se uma síntese dos estudos validados (Quadro 2).

16 <https://www.sciencedirect.com/>

Quadro 2 – Síntese dos estudos validados.

Estudo	Título	Jornal/Revista
Bec et al. (2019)	Management of immersive heritage tourism experiences: A conceptual model.	Tourism Management
Schaper et al.(2018)	Learning about the past through situatedness, embodied exploration and digital augmentation of cultural heritage sites.	International Journal of Human-Computer Studies
Koukopoulos, Z. e Koukopoulos, D. (2017)	Integrating educational theories into a feasible digital environment.	Applied Computing and Informatics
Kiourt, Koutsoudis e Pavlidis (2016)	DynaMus: A fully dynamic 3D virtual museum framework.	Journal of Cultural Heritage
Papathanasiou-Zuhrt (2015)	Cognitive Load Management of Cultural Heritage Information: An Application Multi-Mix for Recreational Learners.	Procedia – Social and Behavioral Sciences
Mendoza et al. (2015)	Framework to Heritage Education using Emerging Technologies.	Procedia Computer Science
Ott e Pozzi (2011)	Towards a new era for Cultural Heritage Education: Discussing the role of ICT.	Computer in Human Behavior

Fonte: Elaborado por Genias Brandão de Alencar, 2020.

Sobre os achados da busca, no primeiro estudo, Bec et al. (2019) focaram em apresentar o potencial das aplicações de realidade aumentada (RA) e realidade virtual (RV) para a gestão e preservação do patrimônio na indústria do turismo. A pesquisa mostra um modelo conceitual de apresentação do patrimônio por meio de tecnologias imersivas com foco na preservação do patrimônio e na experiência de turismo digital. Segundo os autores, “há potencial para tecnologia imersiva, como realidade aumentada e virtual, para criar experiências turísticas memoráveis, especificamente para turismo patrimonial” (p. 117, tradução nossa).

Com o propósito de definir requisitos para um protótipo a partir de uma nova abordagem de Realidade Aumentada (RA), Schaper et al. (2018) desenvolveram um estudo com crianças de uma escola local, utilizando-se de um abrigo antibombas, pertencente ao Museu Histórico de Barcelona. O estudo tinha como objetivo avaliar por meio de uma experiência educacional, o potencial das tecnologias de RA na representação de conteúdos sobre eventos passados. As deliberações mostraram que o uso da RA permitiu uma compreensão melhor dos participantes em relação ao contexto histórico dentro de vários aspectos.

Koukopoulos, Z. e Koukopoulos, D. (2017) apresentam o desenvolvimento de uma plataforma digital móvel baseada nas principais características de três teorias educacionais: objetos de aprendizagem, aprendizagem colaborativa-aprendizagem móvel no contexto do ensino e aprendizagem do patrimônio cultural. Os conteúdos são divididos em vários formatos (texto, áudio, imagens, vídeos e multimídia, como informações históricas, roteiros etc.) dispostos em unidades separadas na plataforma. Todo o conteúdo é abastecido pelos usuários (professores/alunos) que detêm a propriedade sobre suas contribuições, podendo editá-los ou excluí-los. O usuário nômade pode apenas visualizar o conteúdo público. Os resultados bem-sucedidos da integração da teoria de objetos de aprendizagem à plataforma revelados na avaliação indicam que os objetivos de aprendizagem colaborativa e participação ativa dos alunos são atingidos.

Aspirando apresentar o DynaMus, uma estrutura inovadora de museu virtual, Kiourt et al. (2016) fizeram um estudo de caso a fim de avaliar as funcionalidades da plataforma em integrar cultura, educação e paradigmas de jogos. Para isso, o DynaMus foi fornecido para uso a alunos do ensino médio, professores e pais. Dessa maneira os resultados demonstraram que se trata de uma tecnologia altamente agradável e fácil de usar, com adaptabilidade a ambientes educacionais.

Procurando compreender as condições que regulam o processo de aprendizagem em ambientes patrimoniais, Papathanasiou-Zuhrt (2015) apresenta uma forma de aprendizagem recreativa do Museu Roving para a exposição portátil de narrativas do patrimônio cultural conduzida por *QR Code* por meio de aplicativo. O *software* é disponível para *iOS* e *Android*, e conta com 110 narrativas do patrimônio cultural, colaborando para uma aprendizagem contextual e participativa.

Mendoza et al. (2015) apresentaram uma estrutura para educação patrimonial usando tecnologias emergentes e, com isso, validam a proposta do aplicativo “*Social Heritage*” que tem como objetivo aproximar a comunidade local de Cartagena de Índias na Colômbia ao seu patrimônio. Os resultados mostraram que o uso da realidade aumentada na educação patrimonial é bastante promissor, tanto no contexto formal como o informal.

Em estudo teórico, Ott e Pozzi (2011) buscam responder como as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) podem contribuir para melhorar a Educação Patrimonial. As autoras apresentam um breve panorama histórico da educação patrimonial na Europa e os avanços ocorridos pela recomendação promulgada em 1998 aos Estados-Membros, que apelava para uma abordagem interdisciplinar da Educação voltada ao Patrimônio Cultural. O estudo traz vários exemplos de projetos que integram técnicas de realidade virtual e modelagem 3D a artefatos históricos e culturais, assim como uma discussão sobre as abordagens de aprendizagem informal no campo do Patrimônio Cultural.

É possível evidenciar por meio dos estudos levantados que há várias possibilidades para ampliar as ações de educação patrimonial, utilizando-se das tecnologias emergentes. Alguns trabalhos discutem essa possibilidade de integração por meio de um processo interdisciplinar em sala de aula e ao mesmo tempo apresentam as potencialidades das tecnologias digitais para os espaços informais, não apenas no contexto escolar, mas em diversos ambientes. Percebe-se também que além do uso das potencialidades das tecnologias digitais e da internet para o processo de ensino-aprendizagem da educação patrimonial, elas têm sido usadas como estratégia pelos setores turísticos e econômicos para atrair as pessoas por meio da divulgação dos bens patrimoniais (MENDOZA et al., 2015).

Constatou-se também várias iniciativas para a promoção e divulgação do Patrimônio Cultural por meio de plataformas e aplicativos. Dentre os exemplos encontrados, cabe destacar: a plataforma *Google Art & Culture*, que proporciona visitas virtuais gratuitas a coleção de artes do mundo todo; a plataforma e aplicativo Arjona que tem o objetivo estimular o turismo na cidade de Arjona - Espanha; a plataforma e aplicativo Guimaraes que oferece informações sobre o patrimônio e a história da cidade de Guimarães – Portugal; e a plataforma Era Virtual que visa uma ampla divulgação e promoção do patrimônio cultural brasileiro (TEXEIRA, 2014; MENDOZA et al. 2015).

Tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem do patrimônio cultural

O *Guia Básico de Educação Patrimonial*, publicado em 1999 pelo IPHAN, é considerado o primeiro trabalho no Brasil que aborda as possibilidades pedagógicas do trabalho com o Patrimônio Cultural, tornando-se uma referência para ações educativas que envolvem o patrimônio cultural tanto na escola como na comunidade.

No guia, as autoras Horta; Grunberg e Monteiro, afirmam que a educação patrimonial “é um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (HORTA et al. 1999, p.4). As autoras acrescentam ainda que a apropriação lucida deste conhecimento crítico sobre o patrimônio pelas comunidades torna-se imprescindível para o fortalecimento da identidade e preservação sustentável desse patrimônio.

Entretanto, para garantir as ações de apropriação, valorização e preservação do patrimônio cultural, torna-se crucial primeiramente conhecê-lo. Este conhecimento pode ser obtido pela difusão da sua existência, por meio da Educação Patrimonial (RIBEIRO e SANTOS, 2008), que “procura descobrir os valores, costumes, hábitos, aspectos da vida, lendas, cultura material e particularidades do ambiente, afim de revitalizá-los para que toda a comunidade tenha acesso a essas informações” (CASTRO, 2005. n.p). Nesse sentido, torna-se essencial criar meios que permitam uma melhor percepção do patrimônio cultural pela população.

No processo de ensino-aprendizagem voltado a educação patrimonial, a aprendizagem pode ser classificada em duas categorias: a aprendizagem formal e informal. A primeira ocorre em instituições de ensino com base em currículos determinados por estas. Já a aprendizagem informal é definida por Coombs (1985) como “aprendizagem espontânea e não estruturada que ocorre diariamente em casa e na vizinhança, atrás da escola e no campo de jogos, no local de trabalho, no mercado, na biblioteca e no museu, e através dos vários meios de comunicação de massa” (apud OTT; POZZI, 2011, p. 4-5). Estas características fazem com que a aprendizagem informal não tenha como único objetivo a aprendizagem científica, mas também pode incluir outros objetivos, como o entretenimento, diversão, cultura ou simplesmente o turismo, o que flexibiliza o ritmo e o significado da aprendizagem (MENDOZA et al, 2015).

Em consonância com Mendoza et al (2015), Cerqueira (2005) destaca que a educação patrimonial deve ser trabalhada em duas linhas de ação: a educação da comunidade escolar e a educação da comunidade em geral. Quanto ao contexto escolar, o autor destaca a importância de repensar-se o processo educativo de forma mais ampla, no qual não basta inserir conteúdo sobre a educação patrimonial, é preciso também levar em conta à absorção do contexto atual que os alunos estão inseridos, onde o processo de ensino-aprendizagem pode se dar em outros espaços, inclusive virtuais.

Com esse prisma, o uso dos recursos digitais no processo de ensino-aprendizagem ainda é bastante discutido, principalmente quando o assunto é a inserção dos dispositivos móveis no contexto da sala de aula. Ela é vista ainda por muitos educadores como um desafio. Porém, o distanciamento entre o mundo digital e o real no ambiente escolar dificulta o direcionamento de ações educativas que contemplem a apropriação dessas novas potencialidades pedagógicas da era digital. Em relação à educação patrimonial, estudos mostram o quanto as tecnologias

digitais podem enriquecer a prática pedagógica, permitindo uma nova dimensão interdisciplinar. Segundo Ott e Pozzi (2011, p. 4, tradução nossa), elas podem oferecer:

[...] uma perspectiva mais ‘global’ dos artefatos do Patrimônio Cultural que podem ser vistos (e estudados) não apenas como objetos isolados, mas sim como produtos de uma série de fatores estritamente interligados de diferentes naturezas (socioeconômicos, históricos, geográficos, culturais...)

As autoras acrescentam que o uso das tecnologias móveis pode permitir aos alunos, a realização de atividades em diversos ambientes, desde sala de aula, laboratório, ou mesmo em locais distantes do tradicional, como museus e sítios arqueológicos. Dessa maneira, a aprendizagem formal amplia-se para outros espaços, aproximando-se de experiências que são comuns na aprendizagem informal. Assim, a educação não pode estar distante dessa nova realidade que surge. No contexto da educação patrimonial formal, percebe-se que é possível a inserção, que “[...] se usadas de forma adequada podem contribuir para inovar, sintonizar, canalizar e melhorar as intervenções educacionais neste campo” (OTT e POZZI, 2011, p.6, tradução nossa).

A popularização das tecnologias móveis entre pessoas de todas as idades, faz dessa tecnologia uma importante ferramenta para a educação patrimonial no contexto informal, ampliando o número de oportunidades de aprendizagem em diversos ambientes da comunidade. Além disso, elas podem criar a chance de um aprofundamento dos assuntos trabalhados no contexto formal, aproximando assim os dois universos, o que pode envolver as pessoas “[...] em experiências de aprendizagem mais interessantes e significativas” (OTT e POZZI, 2011, p.5) do patrimônio cultural.

As Diretrizes para as Políticas de Aprendizagem Móvel apresentadas pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 2013, elencam alguns benefícios da aprendizagem móvel, dentre eles, estão: expansão do alcance e a igualdade da educação; facilita a aprendizagem individualizada; permite a aprendizagem a qualquer hora e em qualquer lugar; apoia a aprendizagem fora da sala de aula; auxilia estudantes com deficiência; e cria uma ponte entre a aprendizagem formal e a não formal (UNESCO, 2013). Estes são alguns dos benefícios que devem também ser buscados na viabilidade do uso das tecnologias digitais no processo de educação patrimonial.

Considerações finais

Perante o exposto, foi possível analisar que as potencialidades das tecnologias digitais podem proporcionar um suporte relevante, para às ações de preservação e apropriação do patrimônio cultural local. O atual cenário de acesso as tecnologias móveis em que as pessoas estão imersas e o uso de novos recursos tecnológicos para o acesso à informação e comunicação, são fatores que favorecem um direcionamento de ações educativas voltadas à preservação, divulgação e apropriação do Patrimônio Cultural, integrando essas tecnologias à educação patrimonial.

Nesse panorama, o contexto do Conhecimento formal, abre-se a possibilidade de espaço para uma aprendizagem interdisciplinar, envolvendo de forma mais efetiva outras áreas do conhecimento. Além disso, cabe ressaltar a importância de um planejamento adequado por es-

pecialistas de todas as áreas envolvidas, o que pode tornar a aprendizagem mais abrangente e bastante enriquecedora. Já no âmbito da educação informal, percebe-se que existem algumas iniciativas por parte de instituições, como museus e centros culturais, onde a aprendizagem dar-se de modo informal, da apropriação desses recursos tecnológicos como forma de envolver mais as pessoas na preservação e conhecimento do Patrimônio Cultural.

Fundamentando-se nessas perspectivas, depreende-se que o desenvolvimento da Plataforma GeoPorTOur, composta por um acervo tecnológico, cumpre seus objetivos de instrumentalizar e ampliar as ações de preservação do patrimônio histórico-cultural de Porto Nacional, contribuindo para as ações educativas desenvolvidas pelo projeto Roteiro Geo-Turístico.

Referências

BEC, Alexandra; Moyle, Brent; TIMMS, Ken; SCHAFFER, Vikki; SKAVRONSKAYA, Liubov; LITTLE, Chris. Management of immersive heritage tourism experiences: A conceptual model. **Tourism Management**, v. 72, p. 117-120, 2019.

CASTRO, Claudiana. **A importância da Educação Patrimonial para o desenvolvimento do Turismo Cultural**. In: III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2005, Caxias do Sul. III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2005. Não paginado.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Patrimônio cultural, escola, cidadania e desenvolvimento sustentável. **Diálogos** – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História. 9, p.91-109, 2005.

COSTA, Estela; FELIX, Neusa Rodrigues; MÉNDEZ, Ricardo Brod. **Disponibilizando Modelos Tridimensionais de Patrimônio Arquitetônico pela Internet**. In: GRAPHICA 2007 – International Conference on Graphics Engineering for Arts And Design, 7., Simpósio Nacional de Geometria Descritiva e Desenho Técnico, Curitiba, 1-8.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília, IPHAN, Museu Imperial, 1999.

KIOURT, Chairi; KOUTSOUDIS, Anestis; PAVLIDIS, George. DynaMus: A fully dynamic 3D virtual museum framework. **Journal of Cultural Heritage**, v.22, p.984-991, 2016.

KOUKOPOULOS, Zois; KOUKOPOULOS, Dimitrios. Integrating educational theories into a feasible digital environment. **Applied Computing and Informatics**, v. 15, p. 19-26, 2017.

LIMA, Thatiane Carol Fernandes. **O processamento de imagens em 3D da arte rupestre do sítio Templo dos Pilares**, Alcinópolis – Mato Grosso do Sul. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Grande Dourados/MS, 2018.

MENDOZA, Raynel; BAIDIRIS, Silvia; FEBREGAT, Ramon. Framework to Heritage Education using Emerging Technologies. **Procedia Computer Science**, v. 75, p. 239-249, 2015.

MOURA, Ana Carolina. **Arquitetura da ressignificação: realidade aumentada aplicada ao patrimônio cultural**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, SC, 2018.

OTT, Michela; POZZI, Francesca. Towards a new era for Cultural Heritage Education: Discussing the role of ICT. **Computer in Human Behavior**, v. 27, p. 1365-1371, 2011.

PAPATHANASIOU-ZUHRT, Dorothea. Cognitive Load Management of Cultural Heritage Information: An Application Multi-Mix for Recreational Learners. **Procedia – Social and Behavioral Sciences**, v. 188, p.57-73, 2015.

RIBEIRO, Marcelo; SANTOS, Eurico de Oliveira. Turismo cultural como forma de educação patrimonial para as comunidades locais. **Revista Itinerarium**. v. 1, 2008.

SHAPER, Marie-Monique; Santos, Maria; Malinverni, Laura; BERRO, Juan Zerbini; PARES, Narcis. Learning about the past through situatedness, embodied exploration and digital augmentation of cultural heritage sites. **International Journal of Human-Computer Studies**, v. 114, p.36-50, 2018.

TARDIVO, Jéssica Aline; PRATSCHKE, Anja. **Educação e memória e experiências digitais**. VIRUS, São Carlos, n. 15, 2017.

TEIXEIRA, Clotildes Madalena de Avelar. **Informação, educação patrimonial e museus no ciberespaço: diálogos**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação. Belo Horizonte, 2014.

UNESCO. **Policy Guidelines for Mobile Learning**. 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002196/219641e.pdf>. Acesso em: 10 Ago. 2020.

Educação patrimonial: a reinvenção do pontal – um “monumento morto” às margens do rio Tocantins

Ligia da Silva Melo¹⁷

Marielle Rodrigues Pereira¹⁸

Introdução

Atualmente, a educação patrimonial tem como objetivo propor ações que resultam na apropriação dos bens culturais esquecidos ou abandonados e no fortalecimento da identidade cultural, bem como na integração da arquitetura com a educação patrimonial. Nesse contexto a arquitetura vem oferecer um novo uso ao local de intervenção, seja por meio de reinvenção, restauro, reconstrução, recriação, requalificação ou revitalização com objetivo de contribuir de forma eficaz para que de fato esse processo de intervenção seja uma âncora para o reconhecimento cultural.

O objetivo deste estudo é refletir sobre a atual configuração do Pontal, patrimônio arqueológico portuense, e sua importância histórico-cultural, além de propor ações no campo da arquitetura que contribuam para a educação patrimonial como um dos caminhos possíveis para o fortalecimento e a construção da identidade cultural, além de permitir a preservação do bem cultural.

A metodologia utilizada compreende revisão de literatura, com estudos dos aspectos históricos, geográficos e de legislação; análise de teóricos do patrimônio e da arquitetura, os quais levantam conceitos e reflexões sobre o patrimônio e estudo de caso de intervenção arquitetônica em sítio arqueológico.

O estudo aborda os aspectos conceituais a partir das análises de teóricos como Brandi (2004) e Choay (2006); posteriormente, trata da relação entre a educação patrimonial e a arquitetura com estudo de caso da intervenção arquitetônica no sítio arqueológico São Jorge dos Erasmos, em Santos; e finalmente são abordadas as ruínas do Pontal e sua atual configuração, caracterizando-se como um monumento “morto”.

Nesse sentido, ao trazer esses estudos para a realidade do patrimônio arqueológico no estado do Tocantins, perceber-se a necessidade de reflexão patrimonial sobre as ruínas do arraial do Pontal, datadas do século XVIII, referentes ao processo de ocupação por meio da exploração

17 UNIEVANGELICA e Centro Universitário Luterano de Palmas. Curso de Pedagogia e Arquitetura e Urbanismo. E-mail: ligiamelo.palmas@gmail.com.

18 Universidade Federal do Tocantins. Curso de Engenharia Civil. E-mail: marielle@mail.uft.edu.br

do ouro pelos bandeirantes na antiga capitania de Goyaz, e localizadas dentro do município de Porto Nacional.

O monumento “morto” e a arqueologia

O termo monumento vem do latim *monumentum*, e tem como significado palavras que remetem a lembrança e a memória (CHOAY, 2006). Para a autora “[...] não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva” (CHOAY, 2006, p.8).

Assim, tudo que tem valor de rememoração e seja edificado por uma comunidade pode ser considerado monumento. O monumento está ligado à memória das pessoas pelo seu significado enquanto produto do próprio ser humano que expressa suas crenças, ideologias, fatos e conquistas. O monumento preserva viva a identidade de um povo que tenta por meio da rememoração “combater a angústia da morte” (CHOAY, 2006, p.18).

Foi em Madrid, 1904, no Congresso Internacional dos Arquitetos que a classificação dos monumentos quanto aos usos pela sociedade denominou-se como “morto” e “vivo”. Aqueles que eram considerados sem uso ou função pela sociedade perdiam suas características e eram configurados como monumento “morto” e as ruínas arqueológicas assim eram classificadas (BALSINHA, 2014). Essa classificação de monumento “morto” pode ser considerada a atual configuração do sítio do Pontal, área de estudo desse trabalho, visto que se encontra abandonado e esquecido.

Somente em 1964, através da Carta de Veneza, que essa classificação quanto aos usos teve fim. Para tanto, as ruínas foram categorizadas como monumentos capazes de transmitir mensagens, e, portanto, são considerados monumentos “vivos” (JOKILEHTO, 1986).

Para Brandi (2004, p.65) “ruína será, pois, tudo aquilo que é testemunho da história humana [...]”. A ruína possui seu valor cultural e histórico, enquanto parte de uma construção da preexistência. Considerar a ruína como um monumento sem função é descaracterizar a sua relação histórica na construção humana.

Neste contexto é que as intervenções arquitetônicas em sítios arqueológicos têm sua contribuição dando ao lugar usos de forma que reinvente, recrie, revitalize ou requalifique o bem cultural. A partir dessa perspectiva a intervenção arquitetônica nas Ruínas São Jorge dos Erasmos, localizada na cidade de Santos, Estado de São Paulo, se mostra salutar para exemplificar o papel da arquitetura na educação patrimonial.

Educação patrimonial e arquitetura: ruínas engenho São Jorge dos Erasmos

O projeto arquitetônico nacional que exemplifica uma proposta de intervenção contemporânea que associa educação patrimonial e arquitetura trata das ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos (ver figura 1), em Santos, no Estado de São Paulo. O Engenho São Jorge dos Erasmos

foi construído, possivelmente, em 1534 e introduziu o cultivo de cana-de-açúcar na capitania de São Vicente, por meio de Martim Afonso de Souza e com a vinda dos portugueses (CHRISTOFOLETTI, 2014).

Segundo Christofolletti e Mello (2011), em 1958, a ruína de engenho foi doada por Octávio Ribeiro de Araújo à Universidade de São Paulo (USP). Posteriormente, iniciam-se trabalhos de intervenção arquitetônica que revitaliza e requalifica o lugar dando a ele uso educacional e turístico, com ênfase em propostas e estratégias de educação patrimonial, visando a conservação e a apropriação do patrimônio arqueológico.

Figura 1 - Engenho São Jorge dos Erasmos.



Fonte: <http://www.engenho.prceu.usp.br>. Acesso em 15 fev. 2017.

Em 2003, as ruínas do Engenho São Jorge dos Erasmos foram abertas a um público diversificado com o objetivo de difundir cultura e conhecimento. Ao perceber essa dinâmica, a USP criou programas e projetos de educação patrimonial, como ações de extensão, que dinamizam todo o processo metodológico de interação e socialização, como os programas VouVOLto e I-papo.

Criou-se também o projeto da Base Avançada da Universidade de São Paulo que foi feito pelo arquiteto e professor Júlio Roberto Katinsky e compreende a área de pesquisa e o bloco didático. A intervenção arquitetônica no sítio arqueológico das ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos deixa claro que a educação patrimonial aliada à arquitetura deu ao lugar vida e dinamidade onde o pertencimento e o reconhecimento do patrimônio arqueológico pela comunidade garantem a conservação de sua memória.

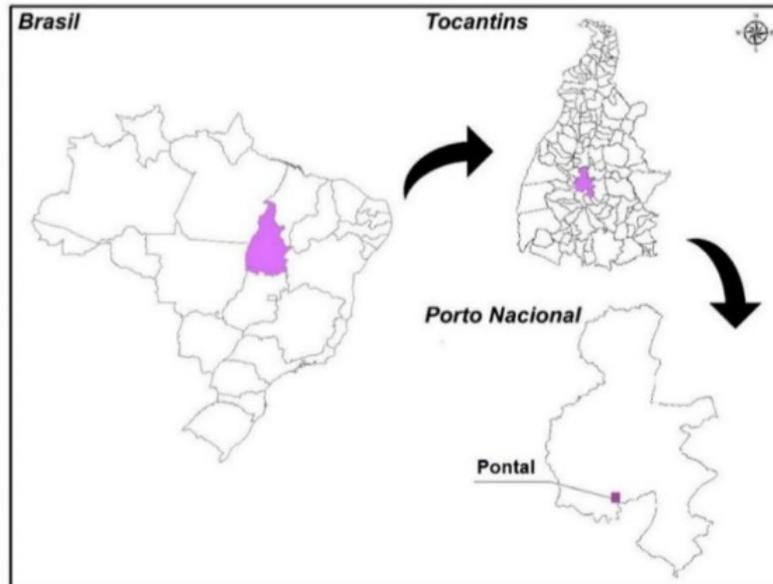
Existe um projeto de ampliação para o complexo das ruínas com o objetivo de aumentar a demanda para visitação e minimizar impactos na área do sítio arqueológico sendo fundamental que se conserve sua autenticidade e legitimidade enquanto monumento histórico.

Ruínas do pontal: um monumento “morto” às margens do rio Tocantins

O Pontal, que compreende a área de estudo, está situado no município de Porto Nacional (ver figura 2) localizado no estado tocantinense a cerca de 30 km do centro da cidade de Porto

Nacional, a partir das seguintes coordenadas geográficas: 22L, 766835 E, 8807587 N, Datum SIRGAS 2000.

Figura 2 - Mapa de localização do Pontal.



Fonte: Acervo Lígia da Silva Melo, 2017.

Existem poucos estudos bibliográficos referentes à área do Pontal e muitos desconhecem a sua grande relevância histórico-cultural para formação da cidade de Porto Nacional. O sítio arqueológico do Pontal (ver figura 3), atualmente configura-se como um monumento “morto” em razão de seu abandono e esquecimento pela comunidade e órgãos competentes.

Figura 3 - Sítio arqueológico do Pontal.



Fonte: Acervo Lígia da Silva Melo, 2017.

O lugar é de suma importância histórico-cultural por se tratar de um antigo arraial de extração de ouro datado do século XVIII, patrimônio arqueológico portuense. Possui uma paisagem (ver figura 4) caracterizada pela envolvente Serra do Pontal com as suas superfícies escarpadas a mostra e pelo córrego sinuoso que leva o mesmo nome, delineado pela mata de

galeria, vegetação típica do cerrado. Tendo em vista suas qualidades ambientais, sendo esta uma área que reúne estruturas monumentais de forte impacto e visibilidade, o lugar de estudo detém um grande potencial para intervenção arquitetônica que permite reinventar e dar novos usos ao Pontal.

Figura 4 - Paisagem da área de estudo.



Fonte: Acervo Lígia da Silva Melo, 2017.

Segundo relatório de diagnóstico realizado para construção da hidrelétrica de Ipueiras, quanto à avaliação e perícia das áreas de impacto, as ruínas do Pontal compreendem uma vasta área com cerca de 90.000 m² (ROBRAHN-GONZÁLES; BLASIS, 2003). O mesmo relatório descreve os materiais encontrados e até mesmo a existência de ossos humanos.

Em meados de 1722, a exploração do ouro nessa região, na época pertencente à capitania de Goyaz, aconteceu por toda extensão do rio Tocantins, com os bandeirantes vindos de São Paulo e Belém. As áreas que possuíam água e possibilidades de mineração eram tomadas por desbravadores para exploração mineral. Assim, chega-se a Bom Jesus do Pontal que passa a ser conhecida como arraial do Pontal (atualmente Pontal). Para Giralдин (2002), a antiga cidade Bom Jesus do Pontal foi fundada em 1738 com a descoberta de garimpos na região que inclui a cidade de Natividade (1734), cidade do Carmo (1746) e a cidade de Arraias (1740). A cartografia de 1750 identifica os trinta e um (31) povoados da capitania de Goyaz existentes nessa época, entre eles está o Pontal, Natividade e Arayas (JÚNIOR, 2015).

Existem duas hipóteses para decadência e extinção do arraial do Pontal em meados de 1824. A primeira considera o massacre dos garimpeiros no Pontal, como versão popular. E a segunda hipótese considera a decadência econômica como o fator mais relevante para o declínio de Pontal e o crescimento de Porto Real.

Para Giralдин (2002), o massacre dos garimpeiros pelos indígenas que habitavam as áreas próximas ao ribeirão Matança em defesa de seu território aconteceu em meados de 1810 com um grupo de garimpeiros que exploravam ouro na região, porém o ataque não chegou a atingir o arraial do Pontal. Já, a hipótese da decadência econômica deve-se a abertura do rio Tocantins para exploração das atividades comerciais que favoreceu o comércio portuense com Belém do Pará e aumentou sua importância econômica. Assim, ocorre o despovoamento do Pontal que contribuiu para o aumento populacional de Porto Real, conhecida, atualmente, como Porto Nacional.

Outra relação histórica de Porto Nacional com o Pontal, além do despovoamento do Pontal, está na comercialização de ouro entre o arraial do Pontal e o arraial do Carmo. A cidade de Porto

Real era um ponto de localização para travessia entre os dois arraiais, ainda sob o domínio da coroa portuguesa (GODINHO, 1988).

Diante dessa importância histórica do Pontal para formação de Porto Nacional fica a reflexão quanto ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional que compreende monumentos, edificações e espaços públicos de valor histórico e cultural, tombado pelo Iphan em 2008. Muitos moradores associam o tombamento do centro histórico de Porto Nacional, unicamente à catedral Nossa Senhora das Mercês e desmerecem todo o processo histórico e a importância do Pontal para a formação da cidade. O principal motivador trata-se do processo histórico de formação das cidades no Brasil central, ocorrido no século XVIII em função do ciclo econômico do ouro (PEREIRA, 2014).

Parece um paradoxo, pois a motivação do tombamento do centro histórico de Porto Nacional está intimamente relacionada ao sítio arqueológico do Pontal, e, no entanto, existe um esquecimento desse lugar por parte dos moradores de Porto Nacional.

Atualmente as ruínas do Pontal fazem parte de terras de particulares que têm a agropecuária como fonte de renda e que a mesma atividade existe desde 1753, ressaltada na cartografia de Ângelo dos Santos Cardoso. A cartografia compreende a capitania de Goyaz e as regiões de criação de gado que abrangem trinta e três (33) povoados, entre eles Pontal, Descoberto do Carmo e Natividade (JÚNIOR, 2015).

Considera-se que o Pontal teve a mesma relevância histórica que as cidades de Natividade fundada em 1734, e Monte do Carmo, fundada em 1742 (GIRALDIN, 2002). Assim ficam algumas reflexões quanto ao seu abandono patrimonial, já que em Natividade a cidade consegue se manter preservada enquanto patrimônio cultural, artístico e paisagístico do Tocantins. Talvez o processo histórico possa esclarecer melhor o declínio da cidade de Pontal. Para tanto, é importante que pesquisas arqueológicas contribuam para esclarecer aspectos históricos relevantes quanto a sua formação e suas características específicas.

Quanto à legislação para o estudo e intervenções em sítios arqueológicos é importante ressaltar a legalidade do processo. A princípio ressaltamos a Constituição Federal de 1988, artigo 216, que descreve o patrimônio cultural brasileiro e garante financiamento de projetos e programas culturais. Quanto aos sítios arqueológicos, estão sujeitos a tombamento, como ressalta o decreto-lei nº 25, de 1937, em seu artigo 1º, no parágrafo 2º, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico e identifica o patrimônio histórico como sendo o conjunto de bens existentes no Brasil.

A lei nº 3924, de 1961, que dispõe sobre o patrimônio arqueológico e pré-histórico, artigo 2º alínea c, destaca que os sítios são identificados como locais de pouso prolongado. Esse é o caso das ruínas do Pontal, que teve uma ocupação no século XVIII por um povoado por mais de cem anos e deixaram vestígios de sua preexistência.

Quando um sítio arqueológico é descoberto, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) ou os órgãos oficiais autorizados como o Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional devem ser imediatamente comunicados, como prevê a lei 3924/61, em seus artigos 8º e 9º. O patrimônio cultural fica sob a guarda e proteção do poder público como discrimina o artigo 1º dessa mesma lei. Ela garante em seu capítulo II, artigo 8º, que as escavações, normalmente primeira etapa do processo documental do sítio arqueológico, requerem uma autorização legal do governo da União através da DPHAN.

Além desses, é importante ressaltar o licenciamento ambiental, previsto na portaria do Iphan de nº 60 de 24 de março de 2015 e na Instrução normativa nº 001 de 25 de março de 2015. O licenciamento garante ao lugar a salvaguarda do patrimônio arqueológico que supostamente possa existir na área de intervenção.

Entende-se que a legislação tem como finalidade reconhecer, preservar e conservar o patrimônio cultural de forma que a legalidade de uma intervenção ou de uma pesquisa é importante como forma de participar da proteção patrimonial. Somente, após todo processo documental e legal de identificação do sítio arqueológico pelo IPHAN, pode-se com a autorização do órgão, dar início ao processo de intervenção arquitetônica.

Considerações finais

O monumento histórico tem valores que determinam a sua relevância para a sociedade. A memória e a história não podem ser negligenciadas já que se trata de uma identidade “viva”. É importante refletir sobre o patrimônio cultural e arqueológico, que no Brasil, está passando por um momento de discussões e análises, especialmente quanto ao abandono dos mesmos. O município de Porto Nacional vive essa configuração de abandono do seu patrimônio arqueológico, caracterizado pela área de estudo.

A partir das explanações conceituais sobre o monumento e o estudo de caso, percebemos que apesar das ruínas do Pontal serem consideradas literalmente um monumento “morto”, é possível inverter esse panorama. A educação patrimonial aliada às intervenções arquitetônicas contemporâneas como a revitalização, a requalificação, a reinvenção e a recriação podem contribuir para a preservação do patrimônio cultural. O Pontal possui grande potencial para intervenção arquitetônica que reinvente o lugar dando a ele usos, visto suas qualidades ambientais e sua grande relevância histórico-cultural.

Preservar o patrimônio arqueológico é manter viva uma história de lutas, conquistas, mudanças e ideologias que o mundo sofreu com o decorrer do tempo. As ruínas simbolizam a memória de uma preexistência que deixou sua contribuição social, econômica, cultural e artística para a formação de uma região específica, com características singulares. Não se trata de um mero amontoado de materiais construtivos, trata-se de uma história que deve permanecer “viva” na memória.

A legislação pode garantir a preservação e a conservação dos bens materiais e imateriais, mas é na educação patrimonial que se constrói a identidade cultural de um povo. É ela que objetiva construir afetos, conhecimentos e relações de respeito entre a sociedade e o patrimônio cultural. A sociedade deve entender que o patrimônio pertence a ela e é de propriedade coletiva. Esse reconhecimento é o ponto de partida para a formação da identidade cultural.

Referências

BALSINHA, Ângela Cristina Faustino. **Patrimônio Arquitetônico e Arte Contemporânea: o caso do Carpe Diem**, em Lisboa. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Técnico Lisboa – Lisboa, 2014.

BRANDI, Cesari. **Teoria da restauração**. São Paulo: Ateliê editorial, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF, 30 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. **Portaria interministerial no - 60, de 24 de março de 2015**. Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1762/>. Acesso em: 12 jan. 2017.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Instrução normativa nº 001, de 25 de março de 2015**. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1762/>. Acesso em: 12 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 3924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília, DF, 26 de julho de 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm. Acesso em: 10 jan. 2017.

CHISTOFOLETTI, Rodrigo. Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos: patrimônio da humanidade? In: **ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA**, 19, 2014, Minas Gerais. *Anais...* Minas Gerais: Anpuh, MG, 2014. p. 01-10.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2006.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo; MELLO, André Muller. Monumento nacional ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos – entre a teoria e a prática preservacionista. **Revista eletrônica do arquivo público do Estado de São Paulo**. São Paulo, n 47, p.9, 2011.

GIRALDIN, Odair. Pontal e Porto Real: dois arraiais do norte de Goiás e os conflitos com os Xerente nos séculos XVIII e XIX. In. **Revista Amazonense de História**, vol. 1. n.1, p. 1-14, jan/dez. 2002.

GODINHO, Durval da Cunha. **História de Porto Nacional**. Porto Nacional: Nadyr, 1988.

JOKILEHTO, Jukka. **Princípios da conservação e suas bases teóricas**. Tradução Márcia Braga. 1986. Disponível em: http://marciabraga.arq.br/voii/images/stories/pdf/principios_da_conservacao_e_suas_bases_teoricas.pdf. Acesso em: 03 jan. 2017.

JÚNIOR, Wilson Carlos Jardim Vieira. **Cartografia da capitania de Goyaz no século XVIII: intenção e representação**. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) -- Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília, Distrito Federal. 2015.

PEREIRA, Marielle Rodrigues. **O real, o apresentado e o referenciado: Um estudo no centro histórico de Porto Nacional**. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) -- Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN (PEP). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

ROBRAHN-GONZÁLES, Erika M. BLASIS, Paulo de. **AHE Ipueiras – Estudo de Diagnóstico**. [Relatório] Apresentado a REDE Empresas de Energia Elétrica. abr. 2003.

Memórias: leitura contemporânea do tombamento de Porto Nacional - TO

*Núbia Nogueira do Nascimento*¹⁹

Introdução

Este capítulo faz parte do *rol* de discussões tratadas sobre o centro histórico de Porto Nacional, visando, especificamente, a recordar as memórias sobre o processo de seu tombamento. Têm-se como aporte teórico conceitos que tratam sobre patrimônio, memória e paisagem bem como a dissertação intitulada “Turismo cultural e a patrimonialização do Polígono de Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional-TO”, que discutiu o trâmite que resultou na patrimonialização do centro histórico. Como metodologia, tem-se a análise de materiais que serão exemplificados na contemporaneidade por meio de pontuações sobre cada documento analisado para que o tombamento pudesse ter sido concluído.

Porto Nacional é conhecida como a capital da cultura, em virtude das diversas manifestações culturais e artísticas. Conta com vários artistas locais, música popular local, poesia, artesanatos, festas religiosas da Catedral Nossa Senhora das Mercês, entre outros eventos. A cidade é lembrada por ser uma das mais significativas do estado, principalmente por ser um dos primeiros núcleos urbanos de formação no território tocantinense, juntamente com algumas outras cidades que ficavam à margem do Rio Tocantins.

A cidade foi centro de grandes fluxos de mercadoria e de pessoas anteriormente aos processos modernizantes da década de 1960 (NASCIMENTO, 2014). Era uma das cidades mais populosas do norte goiano neste período. Pelo fato de o meio de transporte ser fluvial, as cidades mais populosas tinham o Rio Tocantins como delimitação, como as cidades de Paranã, São Salvador do Tocantins, Peixe, Miracema do Tocantins, Tocantínia, Tocantinópolis, Filadélfia, Babaçulândia, Iguatins e Sampaio. Porto Nacional era destaque por ser uma cidade bem desenvolvida, visto que, à época, já contava com aeroporto, construções em arquitetura no estilo colonial, românica, entre outros estilos notados no centro histórico. Tinha uma boa comunicação por meio da imprensa, em específico, o jornal impresso, que circulava na cidade como forma de manter a população informada dos acontecimentos (OLIVEIRA, 2010).

A educação era outro pilar em destaque. O ensino era considerado de excelência, garantindo os bons modos e costumes por meio de uma educação pautada no ensino religioso católico, sendo referência para os portuenses até os dias atuais o Colégio Sagrado Coração de Jesus, também conhecido como “Colégio das Irmãs”. O Colégio recebeu esse nome carinhoso em

19 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília (POSGEA/UnB). Mestra em Geografia (UFT). Bibliotecária Documentalista (UFT/Palmas). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Informação, Comunicação e Memória/UFT e do Observatório de Políticas Educacionais e Territoriais (OPTE). E-mail: nascimento.nubia@hotmail.com.

respeito à obediência e à consideração pelas irmãs dominicanas que chegaram a Porto Nacional em meados do ano de 1904. Essas irmãs eram as professoras e também tomavam conta da direção administrativa do Colégio juntamente com a Igreja Católica.

Em razão dos processos culturais, educacionais e religiosos, a cidade tem uma singularidade que inclui educação, religiosidade e cultura, três pilares que fazem com que a cidade seja reconhecida como a capital da cultura.

No mês de junho e julho de 2020, o Roteiro Geo-Turístico coordenado pela professora Rosane Balsan teve como iniciativa abrir discussões em formatos de *lives* disponíveis no youtube para que pesquisadores debatessem sobre temáticas como patrimônio, história, arquitetura, entre outras, recordando as memórias que fazem parte do roteiro. O Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional proporciona um amplo conhecimento sobre a cidade e as demais temáticas abordadas no percurso como forma de aproximação e contato da população com sua história local.

As informações contidas na *lives* tiveram como objetivo atingir o maior público possível, pois nem todos têm acesso à informação por meio das palestras e/ou eventos realizados nas Universidades ou mesmo a possibilidade de fazer o Roteiro Geo-Turístico por morar em outra cidade ou estado. As *lives* ofertadas pelo Roteiro Geo-Turístico têm como característica atingir a todos com uma linguagem clara e acessível à sociedade, principalmente aos tocantinenses.

Revisão de literatura e documentação

Porto Nacional é uma cidade tombada desde 2008 pelo órgão de proteção do patrimônio, Instituto Histórico Artístico e Cultural (IPHAN). A discussão sobre o processo de tombamento bem como a existência de turismo cultural foram temas basilares para pesquisa de Nascimento (2014). A autora avaliou o processo que ocorreu quando a cidade de Porto Nacional, tombada em 2008 e em 2011, que culminou em um aumento da área de tombamento, vindo a ser retificada pelo IPHAN, tendo assim uma nova área patrimonializada. Na primeira proposta de tombamento, estavam incluídas as ruas em que havia uma maior quantidade de imóveis com características coloniais e demais estilos de arquitetura encontrada no centro histórico, como algumas marcas da arquitetura portuguesa, Art. Decó e Protomoderno, entre outras.

A delimitação do polígono de tombamento está descrita com os imóveis da Av. João Aires Joca, Av. Francisco Aires da Silva, Rua Misael Pereira, Rua Padre Antônio, Rua Coronel Pinheiro, Rua Joaquim Pinheiro e Rua Travessa da Colina, estruturando uma paisagem com vários formatos. Assim, “[...] a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço”. (SANTOS, 1997, p. 68). Para Santos (1997, p. 68) “[...] as paisagens nos restituem todo um cabedal histórico de técnicas, cuja era revela; mas ela não mostra todos os dados que nem sempre são visíveis.

Destas inovações citadas pelo autor, podemos notar vários fatores na cidade de Porto Nacional. A heterogeneidade vista no centro histórico em razão do processo acelerado da modernização revela imóveis com marcas da arquitetura colonial juntamente com arquitetura moderna. O que Santos (1997) configura de momento A e B, ou seja, “a paisagem não é dada para todo sempre, é objeto de mudança” (SANTOS, 1997, p. 68).

Para Ribeiro (2007, p. 41)

[...] paisagens são consideradas ilustrativas da evolução da sociedade humana e seus assentamentos ao longo do tempo, sobre a influência de contingências físicas e/ou oportunidades apresentadas pelo ambiente natural, bem como pelas sucessivas forças social, econômica e cultural, que nelas interferem.

Em Porto Nacional, com o decorrer dos anos, são perceptíveis várias mudanças na paisagem, em vários aspectos, como demolições, construções em áreas de preservação ou até mesmo a descaracterização da arquitetura originária, resultando em uma interação entre o homem e a cidade. Nesse sentido, o tempo trouxe inovações para o centro histórico notadas no contexto atual, tornando-o espaço cheio de simulacros, evidenciando um patrimônio camuflado de novos instrumentos, tecnologia e funções. Assim como o patrimônio, as paisagens, as datas e os personagens históricos de cuja importância são incessantemente lembrados por nós nos acompanham em nossa vida, tornando-os uma tradição e costume (POLLAK, 1989).

O patrimônio antecede a memória, pois tem “[...] a capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas a ele, e por isso, é alvo de estratégias que visam à sua promoção e preservação” (ROCHA, 2012, p. 2). O patrimônio é representado por objetos e/ou ações culturais, a que denominamos de patrimônio material e imaterial. Neste sentido, “um local é um lugar facilmente apreendido pela memória, como uma casa, um espaço entre colunas, um canto, um arco etc.” (SMOLKA, 2000, p. 171). Segundo Tedesco (2002, p. 55), “a memória está relacionada aos aspectos que dão dinamicidade à vida social e pessoal”.

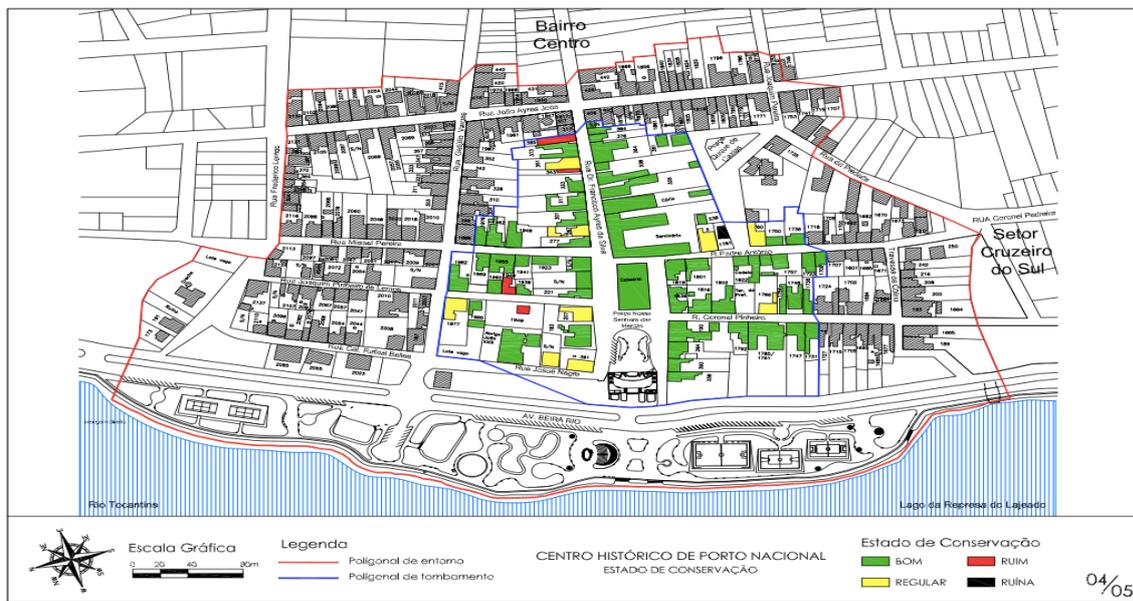
A paisagem e a memória vistas através do patrimônio se tornam um local atemporal em que podemos visitar a história e trazer lembranças por meio dos monumentos.

Metodologia

A metodologia adotada consiste na análise dos materiais elaborados pelo Iphan no dossiê de tombamento em que consta a documentação que resultou na delimitação da área patrimonializada em 2008 e 2011, sendo uma área protegida por lei até os dias atuais.

Na Figura 1, constam os imóveis inseridos na primeira delimitação de 2008 com as indicações das residências quanto ao grau de preservação, como pode ser visto nas cores verde, vermelho, amarelo e preto, e a Catedral Nossa Senhora das Mercês, ocupando o centro da imagem delimitada.

Figura 1 – Estado de conservação da área delimitada de 2008.



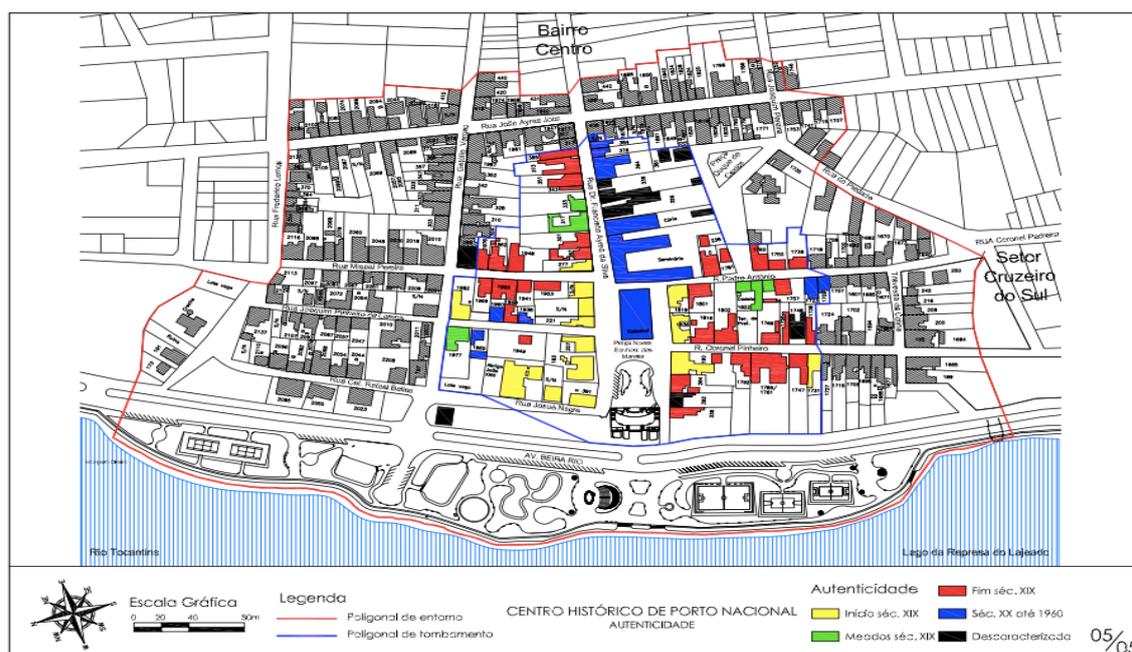
Fonte: IPHAN (2008).

Nesta análise feita pelo IPHAN (2008), podemos verificar que havia muitos imóveis em bom estado de conservação, um quantitativo bem reduzido de nove imóveis de conservação regular e quatro imóveis listados com classificação ruim e apenas um imóvel destacado em preto na Figura 1 como ruína, localizado na esquina da Rua Padre Antônio.

Já na Figura 2, verifica-se a autenticidade dos imóveis quanto ao século provável e/ou data aproximada. Nota-se que em 2008 o centro histórico apresentava quatorze imóveis do início do século XIX. Destes quatorze, comparando com a Figura 2, apenas dez apresentavam um bom estado de conservação. Dos cinco imóveis de meados do século XIX, apenas quatro apresentavam bom estado de conservação.

Do quantitativo de sessenta e oito imóveis localizados neste polígono, sete estão descaracterizados quanto à homogeneidade da arquitetura no centro histórico.

Figura 2 – Autenticidade dos imóveis da área delimitada de 2008.



Fonte: IPHAN (2008).

As duas imagens vistas anteriormente mostram a primeira delimitação da área tombada. Na segunda delimitação, de 2011, consta um aumento considerável da área representada nas Figura 1 e 2, não apresentada aqui neste capítulo. Alguns imóveis que compunham a área de entorno começaram a fazer parte da área retificada.

Atualmente percebemos que o aumento da área de delimitação do centro histórico de Porto Nacional se deu no processo de identificação de imóveis com as mesmas características ou características semelhantes aos que estavam no primeiro perímetro de entorno feito em 2008. Ou seja, havia casas em uma rua, por exemplo, e o imóvel ao lado não constava no perímetro de tombamento. Este aumento foi para justificar a similaridade e a harmonia das estruturas dos imóveis do centro histórico, em específico, na área tombada.

Um levantamento feito por Nascimento (2014) mostra que as ruas mais habitadas por proprietário residindo no imóvel eram as Ruas Coronel Pinheiro, Francisco Aires da Silva e Padre Antônio. Aqui podemos notar uma questão importante, ou seja, as ruas citadas eram consideradas as mais representativas por terem sido palco de manifestações culturais ou mesmo simbólicas por alguma marca pela qual a rua se faz lembrar na cidade. Todas as ruas que compõem a área tombada ficam ao entorno, sendo iniciadas ou terminadas na Catedral Nossa Senhora das Mercês, tendo a Catedral como símbolo central, tornando uma marca evidente por meio do monumento que ela expressa no centro histórico.

Pesquisa feita por Nascimento (2014) constatou que o tombamento da cidade de Porto Nacional não foi um processo pacífico, tendo ocorrido algumas discussões quanto à sua patrimonialização. Quando houve a decisão sobre o tombamento de Porto Nacional na sala dos Acheiros do Palácio Imperial na cidade do Rio de Janeiro no dia 27/11/2008, um dos conselheiros consultivos questionou que o processo apresentado por Porto Nacional era incipiente em razão da pouca comprovação da magnitude dos bens culturais existentes na cidade. Foi apresentado um

dossiê em que constavam uma história sucinta da cidade e um breve vídeo demonstrativo do sobrevoo de Porto Nacional. Isso dificultou muito a análise criteriosa dos conselheiros, pois a questão documental deveria ter sido apresentada com mais informações factuais, como fotografias, genealogias das famílias residentes nos imóveis do polígono de tombamento, uma análise dos períodos dos imóveis com mais exatidão e comprovações com base em outros imóveis semelhantes, bem como o histórico de cada um e sua representação simbólica quanto um patrimônio memorável para a cidade. Este estudo deveria ter tido um olhar mais criterioso concernente às informações apresentadas junto ao processo de tombamento.

Diferentemente da cidade de Natividade, a primeira tombada no Estado no Tocantins (SPHAN, 1986) em 1987, que foi elogiada pela magnitude do trabalho realizado. Seu dossiê era composto por, aproximadamente, 326 páginas, com fotos dos imóveis, seu histórico, registros de cartório e histórico da cidade com base em evidências comprovadas por historiadores e pesquisadores do Iphan. Com todo esse *rol* de documentações concretas e evidenciais, os conselheiros não tiveram dúvida quanto ao grau de veracidade das informações.

O descontentamento não veio apenas dos conselheiros, houve questionamentos por parte de alguns moradores do centro histórico de Porto Nacional. Segundo Nascimento (2014, p. 96), entre os moradores do centro histórico, dos “72 entrevistados, apenas (21,42%) conheciam o processo de tombamento ou tinham ouvido falar nele, enquanto (78,57%) desconheciam o processo de tombamento composto por dois documentos, a Ata de Tombamento e o Dossiê”.

A contradição pelo não tombamento não seria pelo ato em si, mas, principalmente, pela falta de informações e instruções sobre o real significado dos direitos e deveres dos proprietários do imóvel patrimonializado. Algumas falas se tornaram notórias neste processo como “não sabia que a minha casa tinha sido tombada [...] não há participação dos órgãos quanto à preservação do imóvel [...] os materiais para restaurar as casas são caros, quem tem a casa reformada é porque usou os próprios recursos” (NASCIMENTO, 2014, p. 96, informação verbal). Alguns moradores questionaram que os materiais para restaurar uma casa tombada custam muito caro e a grande maioria dos moradores não tem como arcar com estes custos, impossibilitando, assim, a não manutenção do imóvel em virtude de não ter uma renda suficiente para sua restauração.

Em outros discursos, nota-se a indignação sobre a cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), sendo que, para este valor, na maioria dos imóveis tombados em cidade patrimonializadas no Brasil, há descontos, diminuição e/ou a não cobrança deste imposto em razão da forma de conservação e preservação do imóvel tombado.

Considerações finais

Após doze anos desde o tombamento de Porto Nacional, é interessante um olhar para novos estudos com a finalidade de verificar o grau de autenticidade quanto à preservação dos imóveis localizados na área de tombamento: uma contabilização de quantas residências preservadas ainda há no centro histórico, bem como o detalhamento da genealogia familiar. Como foi visto na Figura 2, temos no centro histórico imóveis memoráveis do início do século XIX até os dias atuais.

As marcas resultantes do processo de patrimonialização em Porto Nacional são vistas até hoje. Ao percorrer o centro histórico, podemos perceber algumas descaracterizações, pouca sensibilidade para a manutenção do patrimônio local, seja pelos cidadãos ou mesmo pela gestão. Por ser uma cidade patrimonializada e representativa do Tocantins, trata-se de questionar se esses imóveis ainda mantêm sua originalidade? Se estão preservados?

Como sociedade civil, temos que nos preocupar, pois estes imóveis retratam o patrimônio edificado da cidade, são símbolos presentes no território para a preservação da memória.

Referências

IPHAN. **Ata da 59 Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2008__04__59a_reunio_ordinria__27_de_novembro.pdf. Acesso em: 1 set. 2020. (Ata do Tombamento do Município de Porto Nacional-TO).

NASCIMENTO, Núbia Nogueira do. **Turismo cultural e a patrimonialização do Polígono de Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional-TO**. 2014. 222f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2014. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/412>. Acesso em: 1 set. 2020.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Entre o sertão e o litoral: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1890**. Anápolis: UEG, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007. (Pesquisa e Documentação do IPHAN: 1).

ROCHA, Thaíse Sá Freire. Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. *In*: ENCONTRO REGIONAL (ANPUH-MG), 18., 2012, Mariana, MG. **Anais eletrônicos [...]**. Mariana, MG: [s.n.], 2012. Disponível em: https://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340766055_ARQUIVO_Artigo-Anpuh.pdf. Acesso em: 2 set. 2020.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. Cap. 5.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. **Educacao & Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 71, p. 166-193, jul. 2000. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302000000200008>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000200008&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 2 set. 2020.

SPHAN. **Pedido de tombamento do Conjunto Urbanístico, arquitetônico e paisagístico da cidade de Natividade/GO**. Rio de Janeiro, 1986. (Memorando expedido para o Setor de Tombamento no Rio de Janeiro assinado por Dora M. S. de Alcântara).

TEDESCO, João Carlos. Re(vi)vendo o ontem no tempo e no espaço “dos de hoje”: fragmentos de memória de idosos. In: TEDESCO, Joao Carlos. (org.). **Usos de memórias**. Passo Fundo: UPF, 2002. Cap. 2.

Mobilização e participação social no tombamento do centro histórico de Porto Nacional-TO

Antonio Miranda dos Santos²⁰

Introdução

No Brasil, a preocupação com a preservação do patrimônio histórico nacional, principalmente dos bens imóveis, começa a ter um significado mais relevante a partir da década de 1920, uma vez que, as edificações dos núcleos urbanos coloniais, principalmente das cidades mineiras, estavam entrando num processo de deterioração. Visto que a falta de preservação destes bens estava comprometendo sua conservação, chamando assim a atenção de intelectuais, que denunciavam o descaso com as cidades históricas e a dilapidação dessa riqueza nacional.

Chuva (2009, p.157) afirma que, “alguns projetos para institucionalização da proteção ao “patrimônio nacional” foram produzidos no bojo do nacionalismo, que se configurava na década de 1920. “Projetos originados principalmente nos estados da Bahia, Minas Gerais e Pernambuco. Conforme a autora, nenhum deles, contudo, partiu daqueles intelectuais envolvidos com as diferentes correntes do movimento modernista. Conforme Chuva (2009), foram os modernistas da década de 1930 que lideraram o processo de discussão e articulação em prol das políticas de preservação e proteção do patrimônio cultural brasileiro:

Os modernistas que participavam então de outras redes, na década de 1930, tomariam as rédeas desse projeto junto a Capanema. Noções como as de “passadismo” e de “culto a saudade” defendida por aqueles agentes da década de 1920, seriam desconsideradas pelo grupo que se articulou junto ao MESP (Ministério da Educação e Saúde Pública) (CHUVA, 2009, p. 155).

Porém, a patrimonialização dos bens culturais começou a ocorrer de forma mais sistematizada como política a partir da instituição do Decreto Lei nº 25/1937, que organizou a proteção do patrimônio cultural material e regulamentou as ações do então SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Cruz (2012) descreve que, na década de 1930 no Brasil, houve um movimento de patrimonialização do patrimônio, destacando-se Mário de Andrade, autor do primeiro anteprojeto de Lei de proteção do patrimônio cultural, datado de 1936. Segundo a autora, o movimento está situado no contexto histórico e político da primeira metade do século XX, baseado no nacionalismo.

Tal como na França pós Revolução Francesa, no Brasil pós Revolução de 30 urge o reconhecimento de uma identidade nacional, como uma espécie de élan

20 Mestre em Geografia. Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: santosmirandaa@gmail.com

de uma sociedade que busca reconstruir-se sobre novas bases. Eleger parte da herança histórica material e imaterial desses Estados e protegê-la como representante de uma suposta identidade nacional é uma faceta dessa racionalidade hegemônica (CRUZ, 2012, p.97).

A partir da criação do então SPHAN, iniciou-se no Brasil as ações de tombamento. Somente no ano de 1938, conforme Portal Iphan, o órgão realizou tombamentos de 234 bens, localizados em dez estados brasileiros. Nos primeiros anos do Órgão de Proteção e Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, foram adotadas políticas que privilegiaram o caráter estético dos bens culturais em detrimento dos aspectos históricos. Conforme ressalta Fonseca:

[...] se houve uma preocupação de elaborar critérios para a avaliação do valor artístico dos bens, o mesmo não pode ser dito em relação ao valor histórico. [...] a constituição do patrimônio no Brasil foi realizada a partir de uma perspectiva predominante estética. Inclusive, praticamente não havia historiadores no quadro de funcionários do Sphan, tendo ficado a Seção de História entregue a pessoas, como Carlos Drummond de Andrade, que, apesar de seu inegável valor intelectual, não era um especialista na matéria. (FONSECA, 1997, p.114).

Dessa forma, é possível entender que ao privilegiar apenas o valor estético dos bens culturais, excluiu-se a participação social no processo de seleção dos bens que deveriam ser protegidos pelo Estado.

O tombamento de Porto Nacional

As ações do IPHAN na região do atual estado do Tocantins só tiveram início no final da década de 1980, com o tombamento do centro histórico de Natividade- TO, em 1987. Somente no final da primeira década do deste século, a autarquia resolve realizar o tombamento de um outro bem cultural no nessa região.

Conforme Iphan (2008), em 2007, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, iniciou o processo de tombamento do centro histórico de Porto Nacional-TO. Ainda segundo o Iphan, o tombamento do centro histórico de Porto Nacional foi aprovado pelo Conselho Gestor dessa instituição, em 27 de novembro do ano de 2008.

Segundo informações do Parecer Técnico 003/2008DEPAM/IPHAN, o Dossiê de Tombamento de Porto Nacional, aberto sob o número 01450.005680/2008-88 que, além dessa numeração, recebeu também o número 1.553-T-08 para continuidade da Série Histórica “Processos”, do Arquivo Central do Iphan, foi elaborado em novembro de 2007 através de uma parceria entre a 14ª Superintendência Regional/Iphan - GO, a Fundação Cultural do Estado do Tocantins e a Prefeitura Municipal de Porto Nacional (IPHAN, 2008).

De acordo com Documento de Certificação do DAF/IPHAN, o centro histórico de Porto Nacional foi inscrito no Livro de Tombo Histórico, Volume 3, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no dia dezessete de novembro de 2011 (IPHAN, 2007).

É sabido que, para a realização de um instrumento de proteção de um bem cultural, seja ele, o registro (para o patrimônio imaterial), ou, o tombamento (para o patrimônio material),

faz-se necessário uma ampla discussão, principalmente, com os detentores do bem que será acautelado, no intuito de esclarecer os efeitos da proteção. Esse discurso deve se dar de forma transparente para que todos tenham a compreensão de seu papel no processo de preservação do patrimônio cultural.

Conforme Iphan (2014), a mobilização social ao longo da preparação de um grupo detentor para a proteção de um bem é considerada uma condição essencial para que o processo avance. Nesse momento, o estado se aproxima da sociedade apresentando a proposta para a titulação do bem como patrimônio cultural. A sociedade aceita ou não a proposta e, por sua vez, apresenta seu ponto de vista e aponta questões que podem ser elaboradas como recomendações para a proteção.

Para Santos (2019) a mobilização deve ser realizada através de ações sensibilizadoras, baseadas num discurso transparente em que, a meta principal deve ser alcançar o maior número de pessoas que serão avultadas com a proteção do bem, e delas, elucidar o máximo de dúvidas que as tenham sobre os efeitos da proteção de um bem cultural e o papel dessas pessoas na preservação do bem protegido.

No caso de Porto Nacional-TO, não se encontra no Processo N°. 1.553-TO-08, referente ao tombamento do centro histórico, algum documento (ata de reunião, folder, panfleto, etc.) que comprovem ou tenham servido de suporte para as ações mobilizadoras e sensibilizadoras dos moradores e proprietários de imóveis durante o processo de tombamento.

Diante dessa realidade, bem como, se utilizarmos a máxima de que o processo fala por si só, podemos questionar a realização das referidas ações, ou pelo menos, o alcance das mesmas junto aos moradores e proprietários de imóveis do centro histórico de Porto Nacional.

Segundo Santos (2019), a participação social na preservação de um bem cultural, tangível ou intangível, é fundamental em todas as fases de proteção, preservação e conservação do patrimônio. Conforme Declaração de Amsterdã (1975) a população deve, baseada em informações objetivas e completas, participar realmente, desde a elaboração dos inventários até a tomada de decisões.

Entende-se que, a participação social num processo de tombamento se dá a partir das ações educativas a respeito do papel de cada um dos atores envolvidos no processo de preservação e conservação dos bens culturais. No caso do centro histórico de Porto nacional, é possível que não tenha havido a atenção necessária do órgão responsável pelo Ato de tombamento, no que tange ao desenvolvimento de ações mobilizadoras e ao mesmo tempo educativas, que visassem à preparação dos moradores e proprietários de imóveis do centro histórico, quanto aos efeitos da proteção do bem. É visível a falta de conhecimento dos habitantes do lugar, no que diz respeito às normas de preservação adotadas pelo o Iphan, bem como, o papel do órgão protetor, dos moradores e proprietários na conservação dos bens culturais.

Nascimento (2014) demonstra a falta de informação dos moradores do centro histórico de Porto Nacional sobre o processo de tombamento:

Um resultado que nos chamou bastante atenção foi a falta de informação dos moradores sobre o processo de tombamento, pois, dos 72 entrevistados, apenas (21,42%) conheciam o processo de tombamento ou tinha ouvido falar. Enquanto (78,57%) desconheciam o processo de tombamento composto por dois docu-

mentos, a Ata de Tombamento e o Dossiê. Quando ficaram sabendo do tombamento, sua casa já estava tombada e não poderia mais sofrer nenhum tipo de alteração, caso contrário sujeito a punições (NASCIMENTO, 2014, p.96).

Segundo Horta, Grunberg e Monteiro (1999) a dinâmica dialógica e contínua empreendida entre o grupo social e o poder público, através dos técnicos do patrimônio cultural, faz parte das ações educativas ou educação patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, GRUMBERG e MONTEIRO, 1999, p.1).

Constata-se a falta de ações dialógicas do poder público com os habitantes do centro histórico tombado em Porto Nacional, durante o seu processo de tombamento, através da ausência de documentos no processo nº1.553-T-08, que comprovem a execução dessas ações bem como, nas falas dos moradores do lugar tombado.

De acordo com Scifoli (2016) os bens culturais, antes de se tornarem patrimônio para o Estado fazem parte do cotidiano do lugar. Estão incorporados no meio social do grupo detentor fazendo parte da sua identidade. Segundo a autora, relações respeitadas e sólidas são fundamentais para o êxito das políticas de preservação. Nesta perspectiva é possível compreender que, ao restringir a participação do grupo social nos processos de proteção dos bens, os órgãos protetores dão um passo significativo em direção ao insucesso das políticas de preservação dos bens culturais.

No entanto, entende-se que, para que haja participação social é necessário o amadurecimento das equipes que trabalham na elaboração de políticas e projetos referentes a preservação do patrimônio cultural, e também dos próprios detentores dos bens.

Considerações finais

A realidade aqui apresentada, demonstra ausências, exclusões e lacunosidades que hoje, causam dificuldades na execução e desenvolvimento das políticas de preservação do patrimônio tombado. Essas dificuldades giram principalmente, entorno da aplicação das normas de preservação e conservação dos imóveis localizados na poligonal de tombamento de Porto Nacional-TO.

Percebe-se neste caso específico de Porto Nacional-TO, uma contradição com as políticas universal do patrimônio cultural, que defende a participação social efetiva em todas as fases do processo de proteção e preservação dos bens culturais a fim de garantir o direito à cidadania através do fortalecimento das identidades culturais.

Referências

- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. “Patrimonialização do patrimônio”: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção de espaço. **GEOUSP - Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, 31, p. 95-104, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74255>. Acesso em: 01 set. 2020.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, p.114. 1997.
- HORTA, Maria de Lurdes Perreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação Patrimonial**, 1999. 65p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em: 8 mar. 2018.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO NACIONAL. **Dossiê de tombamento do centro histórico de Porto Nacional - TO**: Centro Histórico de Porto Nacional, notícia história. 2007.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta de Amsterdã**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 14 nov. 2017.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO NACIONAL. **Ata da 59ª reunião do conselho consultivo do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro, 2008.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação patrimonial: históricos, conceitos e processos**. Iphan, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf. Acesso em: 26. fev. 2018.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO NACIONAL. **Parecer Técnico 003/2008**. DEPAM/IPHAN, 2008.
- NASCIMENTO, Núbia Nogueira do. **Turismo cultural e a patrimonialização do polígono de tombamento do centro histórico de Porto Nacional-TO**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2014.
- SANTOS, Antonio Miranda dos. **Centro histórico de Porto Nacional-TO: Um lugar tombado**. Porto Nacional, TO, 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2019.
- SCIFONI, Simone. Práticas da preservação na França, México e Brasil: Convergências de um debate. **Revista CPC**. São Paulo. n. 21 Especial. p. 49- 66. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.voiesp21p49-66>. Acesso em: 23 ago. 2020.

Rio Tocantins: lugar de memória para os portuenses

Noeci Carvalho Messias²¹

Introdução

Um rio quando barragem tem a espinha quebrada. Vira um rio paralítico, feito um animal vivo que morre só a metade: a outra metade viva pulsando solta, como veia aberta à foice [...] Um rio quando barragem anoitece as manhãs que cultivava [...] Um rio quando barragem tem a espinha quebrada, vira um rio paralítico [...] A Ilha do Porto Real. A Carreira Comprida. Haverá um Porto submerso como em Tucuruí os braços das árvores apontados para o céu?

Pedro Tierra

O que apresento aqui, é um recorte da minha dissertação de mestrado, intitulada Patrimônio cultural: entre o tradicional e a modernidade com a chegada da hidrelétrica de Lajeado, Porto Nacional, TO. Respalhada nas narrativas de alguns moradores da cidade que foram impactados com a implementação da hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, neste texto, mostrarei que o Rio Tocantins configurava um lugar culturalmente construído, tendo importante lugar na memória dos portuenses.

Ribeiro (1991), salienta que a implementação de Usinas Hidrelétricas (UHEs), usualmente denominadas de projetos de desenvolvimento, é complexa e causa enorme desagregação e danos para as populações locais. O autor ressalta que tais projetos desestruturam os modos tradicionais de viver das populações locais, deslocam e relocalam pessoas e como medidas compensatórias, implementam uma nova infraestrutura, muitas vezes alheia as tradições, aos costumes e aos desejos das populações atingidas. E assim, a paisagem física e social é alterada e redesenhada no sentido de se tornar adequada às necessidades do projeto.

Os moradores portuenses mantinham uma relação de intensa afetividade com o rio. Intensidade que era experimentada por meio de momentos carregados de sentidos e significados proporcionados pelo prazer de compartilhar, o pescar, o nadar, o navegar, o plantar nas vazantes, o poetizar, o cantar, o contemplar e o mergulhar nas águas do Tocantins.

21 Doutora em História. Mestra em Gestão do Patrimônio Cultural (Área de Antropologia). Especialização em Cultura Afro-Brasileira. Professora no Curso de Licenciatura em Teatro, na Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Com a implementação da hidrelétrica e, conseqüentemente, a transformação do rio em lago, os moradores portuenses foram fortemente atingidos, provocando a desagregação de práticas socioculturais tecidas coletivamente ao longo do tempo e o sentimento de perda de parte de sua história.

Rio Tocantins: difusor de culturas

A historiografia reconhece que o Rio Tocantins foi protagonista histórico não apenas como caminho de comunicação e comércio, mas, sobretudo, como um difusor cultural. O Frei José Audrin que por vários anos morou em Porto Nacional e percorreu a região do antigo norte goiano, destaca que a cidade de Porto Nacional nasceu deste rio:

Porto Nacional teve um humilde princípio nos primeiros anos do século passado. Começou sendo um simples rancho de “passador”, isto é, de um pobre barqueiro que ganhava a vida “passando” viajantes de um lado ao outro do grande rio Tocantins. O movimento era constante, pois este ponto de travessia, já chamado Porto Real, achava-se entre dois povoados importantes da época, devido as lavras de ouro, que faziam afluir muita gente dos sertões e das capitais de Goiás e Bahia (AUDRIN, 1946, p.54).

O historiador Febvre (2000, p. 9-10), em sua obra “O Reno: história, mitos e realidades” faz uma abordagem da importância - política, econômica e cultural - do rio Reno. O autor salienta que “os rios também têm uma história [...]. E cada uma dessas histórias pode ser contada de diversas maneiras, segundo a situação de quem a conta: no meio do rio, em sua margem esquerda, em sua margem direita, afastado ou próximo [...].”

Entre os séculos XIX e XX, época em que não existiam rodovias, Porto Nacional desempenhou relevante importância política, econômica e cultural na região devido às relações comerciais com Belém do Pará, por meio do Rio Tocantins (OLIVEIRA, 1997, p. 3).

Francisco Ayres da Silva, médico e político portuense, na obra póstuma “Caminhos de outrora”, fruto de seu diário de viagem, relata o cotidiano dos tripulantes durante a descida pelo Rio Tocantins, de Porto Nacional a Belém do Pará, transportados por uma embarcação a remo em março de 1920:

Pelas 11 horas da manhã deixamos a cidade de Porto Nacional. Ao nosso embarque ocorreu crescido número de cavalheiros e senhoras. Aliás, é esse o costume do povo da cidade toda vez que algum bote se faz de vela para Belém. Às 11,50 passamos o rebojo, primeiro rápido existente logo abaixo da cidade. (SILVA, 1999, p. 19)

O processo de ocupação dessa região está intrinsecamente associado ao transporte fluvial por meio do Rio Tocantins “[...] por sobre as águas desse grande rio corriam toneladas de precioso metal rumo a Lisboa” (IBGE, 1958, p.373). É um rio de significativa importância histórica, política, econômica e de comunicação para a região.

O Rio Tocantins é um dos mais importantes rios do Brasil. Ele corre no sentido sul-norte, na região central do território brasileiro. Nasce na junção dos Rios Maranhão e Paranã, entre os

municípios de Ouro verde de Goiás e Petrolina de Goiás. Com uma área de 803.200 quilômetros quadrados e extensão de 2.416 quilômetros, atravessa os estados de Goiás, Tocantins, Pará e Maranhão. Sua foz está localizada no litoral do estado do Pará, no Golfão Amazônico, próximo a Belém. Nos períodos de cheias, o Rio Tocantins é muito utilizado para navegação fluvial, entre as cidades de Belém, no Pará, e Lajeado, em Tocantins. Nele, estão instaladas diversas usinas hidrelétricas (UHEs), como Tucuruí, Cana Brava, Serra da Mesa, São Salvador, Luiz Eduardo Magalhães e Estreito. (IBGE, 2020).

O Rio Tocantins desenvolve a maior parte do seu percurso paralelamente ao seu principal afluente, o Rio Araguaia. Em razão das *diferentes características* físicas que apresenta, ao longo de sua extensão, são reconhecidos três trechos distintos: o Alto Tocantins que corresponde das nascentes até a antiga Cachoeira Lajeado (1.060 km); o Médio Tocantins que vai da Cachoeira Lajeado a Cachoeira Itaboca (980 km); e o Baixo Tocantins, da antiga Cachoeira Itaboca à foz (360 km). (OLIVEIRA, 1997).

Porto Nacional situa-se no trecho Alto Tocantins. O Alto e Médio curso apresentam-se seccionados por inúmeros ressaltos. À medida que se aproxima da região norte, as cachoeiras e corredeiras se sucedem com maior frequência (DOLES, 1978). Anterior a construção das hidrelétricas, era neste trecho que se situavam belas praias do rio que se formavam no período da estiagem. A beleza destas estava no desenho que surgia a partir das próprias cachoeiras e corredeiras, fazendo um recorte dentro do leito do rio com bancos de areia.

Palacin & Moraes (1986, p.41) em seus estudos sobre a história de Goiás, faz referência à importância do Rio Tocantins. Os autores salientam que nas primeiras décadas do século XIX a Capitania de Goiás encontrava-se em intensa crise econômica, por conta da decadência da mineração. Nesse sentido, D. João VI, visando os seus objetivos de expansão mercantilista, adotou como uma das estratégias “salvadoras” a incrementação à navegação dos Rios Araguaia e Tocantins. “Canoas e montarias carregadas de algodão, açúcar, fumo, couros, solas desceram o grande rio indo até as praças do Pará, principalmente entre os anos de 1805-1808” (PALACIN & MORAES, 1986, p.42).

Campos (1987, p. 41), ao destacar a respeito da situação de isolamento de Goiás, ressalta que a mineração e a proibição de utilização de outros caminhos senão os das minas auríferas foram os fatores responsáveis pela suspensão da navegação fluvial pelos Rios Araguaia e Tocantins e pela manutenção do isolamento. Para o autor, a efetiva utilização desses rios teria favorecido o Estado a superar, no passado, o seu isolamento.

A partir da segunda metade do século XX, com a construção da rodovia Belém-Brasília, este rio perdeu muito de sua importância como via de comunicação e atualmente é visto por parte da população ribeirinha como o rio “afogado”, devido à construção de barragens em seu leito. Exemplo dos impactos causados pela construção de barragens foram as transformações que se processaram na cidade de Porto Nacional, em decorrência da construção da UHE Luiz Eduardo Magalhães e a conseqüente formação do lago que impuseram diversas mudanças no desenho da cidade, como por exemplo, a necessidade de redefinição de um novo modo de vida, de reorganização e reconstrução de um novo espaço geográfico para os moradores locais.

Narrativas de um rio submerso

Foi no contexto daquelas mudanças abruptas decorrentes dos impactos da implementação da UHE que realizei minha pesquisa de mestrado, em 2003. Naquele estudo, compreendendo o Rio Tocantins como parte do mosaico da cidade de Porto Nacional, busquei mostrar a partir das narrativas dos moradores locais, a importância histórica deste rio, bem como os impactos causados na vida destes moradores. Ficou evidenciada nas narrativas a significativa importância deste rio como um bem cultural marcador de identidades dos portuenses. (MESSIAS, 2004)

As memórias dos moradores portuenses, expressas em suas narrativas são definidas pelas vivências e experiências do ir e vir ao rio. Tais registros de memória colocam em evidência suas vidas, em vários momentos, como por exemplo, o tempo das praias. Carreira Comprida (Foto 1), Porto Real, Draga. Espaços construídos que permeiam a própria história da cidade.

Foto 1 - Familiares reunidos, curtindo a Praia de Carreira Comprida, em julho de 2000.



Fonte: Acervo Noeci Carvalho

O estudo evidenciou que o rio e as praias deste, configuravam-se em lugares culturalmente construídos como espaço de sociabilidades, de diálogos e de convivência coletiva, tendo importante lugar na memória dos portuenses. Como bem recorda a artesã e ribeirinha, Dona Romualda, destacando que o Rio Tocantins proporcionava muitas alegrias e que a construção da hidrelétrica causou muitas perdas, arrancou das pessoas e das famílias dos seus lugares, modificando o seu modo de viver:

O rio Tocantins era uma coisa muito importante para mim. Eu nasci e me criei na beira do rio Tocantins. Em Carreira Comprida pelo lado de lá do rio. Meus parentes, meu pessoal tudinho, avó, mãe morava lá. Nós fomos criados lá. Agora acabou tudo. Meus irmãos, um foi para um lugar, outro foi pra outro lugar. Estão tudo longe agora, separados. Não achei vantagem nenhuma nessa hidrelétrica, só tristeza. Porque o rio era da natureza e agora ficou só o lago. A gente não vê mais aquela alegria das pessoas no mês de julho. (FURTADO, 2003).

Observa-se que o modo de vida tradicional dos ribeirinhos prioriza as relações de parentesco, os laços intensos de reciprocidade e comunitários, e as mudanças decorrentes da implementação da UHE provocaram uma reconfiguração do modo de vida cotidiana dos indivíduos e das famílias que foram impactadas.

Outra moradora ribeirinha também recorda com saudades os tempos que para ela pareciam mais humanos a relação de intensa afetividade estabelecida entre a sua família e o rio. Ela salienta que o rio tinha a representação de um pai que suprimia as suas necessidades elementares, tornando a vida mais feliz:

O rio Tocantins era tudo pra gente. É como se fosse o pai e mãe da gente. Era bom demais. Lá meus meninos pescavam, eu pescava, lavava roupas, a gente banhava. Nos finais de semana, sábado, domingo a gente passava o dia todinho. Era banhando, era pescando, lavando roupa [...] Era assim. A gente sente muita falta do lugar da gente na beira do rio. [...]. Lá a gente não precisava comprar frutas. Fazia vazante [...], o verão todinho a gente estava plantando alimentos na beira do rio. E quando era no inverno plantava também e tinha as frutas. Tinha tudo. A gente fazia feira, vendia na feira de Porto Nacional e de Taquaralto. Não tinha preocupação com comida e aqui na cidade tem que comprar tudo. É muito triste [...]. (REIS, 2003)

As vazantes são de significativa importância na vida da população ribeirinha, da mesma forma que desempenhavam um papel importante na história dos portuenses. Frei José Audrin (1947), comenta que as vazantes propiciam diversificadas plantações de alimentos, sendo realizadas às margens de ribeirões ou do rio, num ponto em que durante a estação de chuvas permanece inundado e que as águas após baixarem, deixam aquele lugar úmido e coberto de abundante humo fertilizante. Nessa terra levemente molhada e fortemente adubada, os ribeirinhos portuenses plantavam tubérculos, verduras, legumes, proporcionando-lhes uma alimentação ricamente variada.

Lúcio Ferraz recorda que trabalhava como barqueiro, transportando pessoas de um lado para outro, durante a temporada de praias (Foto 2) proporcionadas pelo rio, “O Rio Tocantins gerava emprego e renda não só para mim, mas para muitas pessoas [...] Era uma renda, meu trabalho que eu perdi e estou sofrendo com isso”. Observa-se que para ele o rio era gerador de trabalho e renda, configurando como instrumento de vida e de sobrevivência (MESSIAS, 2004).

Foto 2 - Praia de Porto Real, durante a temporada do mês de julho, anos 1990.



Fonte: Acervo Edith Lotufo.

Dona Célia recorda que o rio passava no quintal da sua casa e lembra entristecida que sentia dores no coração ao ver o Rio Tocantins inchado e sujo, com galhos de árvores que foram derrubadas e submersas com a formação do lago. Ela salienta que é como se o rio estivesse pedindo socorro e a cidade estivesse morrendo. Para ela, o Rio Tocantins tinha um significado intenso, “eu amanhecia o dia vendo o rio; no silêncio da noite eu ficava escutando as águas descenderem rio abaixo, os peixes batendo dentro da água e o barulho do rebojo”:

Aquela água verdinha, linda. Quando o céu estava azul ele parecia ser azul, mas ela era mais verde por causa da mata que tinha às margens. E assim, o rio para mim era tudo e agora acabou. Não é mais aquele rio. Ele está inchado, sofrendo, amargurado, pedindo socorro e isso faz com que a gente sofra também. Eu sinto dores no coração em ver o rio Tocantins, assim desse jeito. (AIRES, 2003)

A subjetividade, o cotidiano por meio do qual as pessoas atribuem o significado a sua vivência e experiência constitui a própria identidade. Por meio das narrativas, observa-se que os portuenses impactados pela UHE perderam a base territorial de sua identidade e de sua memória. Ou seja, o lugar de memória desapareceu, e estas mudanças abruptas, deixaram profundas tristezas.

Pierre Nora (1993, p) em seus estudos relacionados ao campo do patrimônio cultural, contribui bastante com as reflexões sobre a noção de “lugares de memória”. Nora entendia que os lugares portadores de uma memória são dotados de intenso significado, “cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido”. Nora salienta que o atual momento da história desperta:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento

de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1993, p. 7)

Os relatos sobre as perdas e os resultados danosos causados aos portuenses pela implementação da UHE, são recorrentes. Recorro as narrativas de dona Rita Alves Matos, de 78 anos, que durante muitos anos trabalhou como comerciante na temporada das praias servindo refeições na sua barraca, na Ilha de Porto Real. Ela questiona esse tipo de progresso que desagrega as famílias e as colocam numa situação de vulnerabilidade social, ressaltando que não quer ser interpretada como uma pessoa contrária ao progresso, mas para ela, as mudanças que se processaram na cidade de Porto Nacional e no Rio Tocantins foram muito prejudiciais e perversas para com o povo e para com a natureza:

Eu acho que o que fizeram com o rio Tocantins [...] mataram, mataram o rio Tocantins. Isso é ambição do homem por dinheiro. Montar empresa como essa hidrelétrica, e fazer grandes barragens. Então, acabou as belezas do Tocantins. O Rio Tocantins está humilhado porque era um rio muito bonito. Agora só tem um lago muito feio, cheio de toco, de madeira, pau caído que não apodreceu ainda. Porque eles poderiam ter pelo menos limpado a área [...]. Que progresso é esse que desagrega as famílias que tem o seu lugar, onde podiam viver às vezes não com luxo, mas ao modo deles, para botar em lugar onde não podem nem criar os filhos, porque não têm condições de sobreviverem. Que progresso é esse? Não que eu seja radical. Eu gosto das mudanças, mas que seja mudanças que não prejudiquem o povo, e a vida [...]. (MATOS, 2003)

Stuart Hall (2002) em seus estudos sobre identidade cultural na pós-modernidade, salienta que acontecimentos recentes nas sociedades modernas têm causado crises que abalam as referências que davam sentido aos indivíduos, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo:

Sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais 'lá fora' e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as 'necessidades' objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais (HALL, 2002, p.12).

A paisagem é uma referência muito forte na vida dos indivíduos, posto que ela é construída cotidianamente. Observa-se por meio das narrativas que os lugares de memória, a exemplo do rio para uma geração dos portuenses, foram construídos ao longo do tempo e significavam simbolicamente relações de afetividade e de convivência. Tais lugares são representados na memória dos moradores como espaços de sociabilidades e diálogos prazerosos. Halbwachs (1990) explica que os espaços são categorias essenciais para se compreender a identidade de um povo e que as imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva:

Nosso entorno material leva ao mesmo tempo a nossa marca e a dos outros. Nossa casa, nossos móveis e a maneira segundo a qual estão dispostos, o arranjo dos cômodos onde vivemos, lembram-nos nossa família e os amigos que víamos geralmente neste quadro. [...] Cada aspecto, cada detalhe desse

lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo. [...]. Os acontecimentos excepcionais também têm lugar neste quadro espacial (HALBWACHS, 1990, p.131-133).

No bojo do processo de desenraizamentos e perdas dos moradores portuenses, retorno a epígrafe que introduz este artigo, o poema “O Porto submerso” do poeta Pedro Terra, nascido às margens do Rio Tocantins. Nestas narrativas poéticas, percebe-se que o Rio Tocantins que fazia parte da paisagem cultural da cidade de Porto Nacional e de suas comunidades, foi submerso, transformando-se em um “rio parálítico, feito um animal vivo que morre só a metade”. Felizmente, as memórias individual e coletiva dos portuenses não submergiram.

Algumas considerações

As narrativas dos portuenses impactados pela UHE são fragmentos de memórias e mostram como a implementação desses projetos provocam mudanças abruptas no modo de vida dos indivíduos. As perdas dos lugares de memórias que deixaram de existir, resultaram em sentimentos de imensa tristeza, ressentimentos e no enfraquecimento das relações familiares e sociais.

A memória é, nesse contexto de violação e deslocamentos, uma aliada nos processos de reconstrução identitária, posto que os indivíduos reconstróem seus significados sempre a partir do que lembram de sua história.

Os moradores, impactados, perderam a base territorial de sua identidade, de sua memória, ao serem realocados em meio ao processo de mudanças abruptas. Isto é, os lugares de memória desapareceram. Diante daquele contexto, a memória enquanto instrumento de retenção de informações, constituiu-se em suporte fundamental para recomposição das identidades.

Para os portuenses, o Rio Tocantins tinha um significado muito precioso, demonstrando que as paisagens constituem uma referência muito forte na vida das pessoas, por serem construídas culturalmente. Muitos moradores portuenses dependiam do rio para sobreviverem física e culturalmente. Diante das perdas sofridas, fica evidente nas narrativas o sentimento de tristeza. Para a realização da pesquisa, as memórias foram particularmente interessantes ao expressar os significados das experiências e vivências afetivas dos fatos de outrora narrados.

Referências

AUDRIN, José Maria. **Entre sertanejos e índios do Norte**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1946.

AUDRIN, José Maria. **Os sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1947.

CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: Ed. UFG, 1987.

DOLES, Dalísia Elizabeth Martins. Os vales dos grandes rios. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, Goiânia, n. 7, 1978.

DOLES, Dalísia Elizabeth Martins. **Navegação pelo Araguaia e Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG, 1973.

FEBVRE, Lucien. **O Reno: história, mitos e realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). In: **Enciclopédia dos municípios brasileiros**, vol. XXXVI, Rio de Janeiro, 1958.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. 2020b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MESSIAS, Noeci Carvalho. **Patrimônio cultural: entre o tradicional e a modernidade com a chegada da hidrelétrica de lajeado, Porto Nacional-TO**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural). Goiânia: PUC-GO, 2004.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Um porto no sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910**. Dissertação de mestrado. UFG, Goiânia, 1997.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás. (1722-1972)**. 4. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1986.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Empresas transnacionais: um grande projeto por dentro**. Tradução de Marcos Bagno. Ed. Marco Zero e ANPOCS: São Paulo, 1991.

SILVA, Francisco Ayres. **Caminhos de outrora: diário de viagens**. 2. ed. Porto Nacional: Prefeitura Municipal, 1999.

TIERRA, Pedro. **O Porto Submerso**. Brasília: Edição do Autor, 2005.

FONTES ORAIS

AIRES, Célia Braga. **Entrevista** concedida a Messias, N. C. Porto Nacional/TO, Julho, 2003.

FURTADO, Romualda Fernandes. **Entrevista** concedida a Messias, N. C. Porto Nacional/TO, Julho, 2003.

MATOS, Rita Alves. **Entrevista** concedida a Messias, N. C. Porto Nacional/TO, Julho, 2003.

REIS, Marli Lima. **Entrevista** concedida a Messias, N. C. Porto Nacional/TO, Julho, 2003.

Legado educacional dominicano-anastasiano em Porto Nacional: trajetórias do Colégio Sagrado Coração de Jesus

*César Evangelista Fernandes Bressanin*²²

*Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida*²³

Introdução

A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais entre as plantas e as galinhas, nas ruas dos subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquina. Disso eu quis fazer minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrastar as pessoas e as coisas que não têm voz.

Ferreira Gullar

O fragmento da poesia de Ferreira Gullar remete-nos às mudanças significativas ocorridas na História enquanto ciência, na sua pesquisa e em seu ensino. De uma História positivista, factual e produzida a partir dos vencedores, dos grandes acontecimentos e dos documentos oficiais, passamos à prática de uma historiografia de longa duração em que as estruturas permanentes eram o que mais interessava. Os sujeitos não tinham vez e nem voz. No entanto, aos poucos, a História foi recolocada numa posição de contribuição produtiva no âmbito das ciências humanas.

O olhar de Clio desanuviou-se e multiplicou-se. O entendimento da História que seus críticos diziam imóvel não mais respondia aos questionamentos e inquietações vigentes nos

22 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-GO, Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade. Membro do Diretório (CNPq/PROPE) Grupo de Pesquisa: Educação, História, Memória e Culturas em Diferentes Espaços Sociais/HISTEDBR (PUC-GO). Membro do Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades (NEUCIDADES) – UFT. Técnico em Assuntos Educacionais na UFT, campus de Porto Nacional. Mestre em História (PUC-GO). Mestre em Educação (UNINORTE). Graduado em História (UFT). Graduado em Pedagogia (UNIFACVEST). E-mail: kaeserevangelista@gmail.com.

23 Professora Adjunta/PUC-GOÍÁS-PPGE/EFPH- Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade; Doutora em História Cultural/UNB. Mestre em Educação/UNICAMP-FE. Pedagoga/UCG (PUCGO). Líder do Diretório CNPq/PROPE/ Grupo de Pesquisa: Educação, História, Memória, Culturas em Diferentes Espaços Sociais/HISTEDBR (PUC-GO). Ex-professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. E-mail: zeneide.cma@gmail.com.

meios acadêmicos. Os olhares de Clio afluíram-se. Isso gerou mudanças: os objetos de pesquisa ora intocados passaram a ser vistos, tocados, analisados, a narrativa retorna como forma de apresentar a História, os sujeitos e suas singularidades passaram a ser valorizados junto aos acontecimentos e recortes temporais de menor duração ganharam maior atenção. Ampliaram-se as possibilidades de estudos e de pesquisa do historiador. “O olhar de Clio mudou-se e voltou-se para outras questões e problemas, para outros campos e temas” (PESAVENTO, 2008, p. 15), tal qual a poesia de Gullar refere.

Destarte, a História Cultural foi se estabelecendo como um novo paradigma, que diante de conflitos teóricos e metodológicos dentro da própria área de conhecimento da História, e por parte dos próprios historiadores foi se constituindo na perspectiva da obra de Thomas Khun sobre as estruturas das revoluções científicas, como bem pontua Peter Burke (2008).

Assim, no limiar do século XXI, e ao longo dessas quase duas décadas que já se transcorreram, um dos campos que mais tem se consolidado na pesquisa histórica e na historiografia é o da História Cultural. Na visão de Pesavento (2008, p. 59):

Escrever a história, ou construir um discurso sobre o passado, é sempre um ir ao encontro das questões de uma época. A História faz-se como resposta a perguntas e questões formuladas pelos homens em todos os tempos. Ela é sempre uma explicação sobre o mundo, reescrita ao longo das gerações que elaboram novas indagações e elaboram novos projetos para o presente e para o futuro, pelo que reinventam continuamente o passado.

Desta forma, os marcos teórico-metodológicos da História Cultural, como campo de investigação e tendência historiográfica, são “plurais em suas possibilidades de investigação, muito têm contribuído para o avanço da historiografia e seus percursos e dilemas, [...] abririam caminhos para a reflexão acerca do fazer do historiador, diante das novidades temáticas e metodológicas que se apresentaram [...]” (FONSECA, 2008, p. 71-72). Como enfatizou Roger Chartier, um de seus maiores representantes, a História Cultural nasce “da emergência de novos objetos no seio das questões históricas” (CHARTIER, 1990, p. 14). Em seu ponto de vista a natureza da história cultural:

[...] trata-se de identificar o modo como em diferentes lugares e momentos determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler, [sendo necessário] considerar os esquemas geradores das classificações e das percepções próprias de cada grupo ou meio como verdadeiras instituições sociais, incorporando sob a forma de categorias mentais e de representações coletivas as demarcações da própria organização social (CHARTIER, 1990, p. 25).

Assim, a configuração da História Cultural como campo de pesquisa abriu novos horizontes. Ampliaram-se as abordagens dos historiadores, os acontecimentos do presente e da vida cotidiana, bem como personalidades antes esquecidas pelas análises históricas, começaram a ser investigadas.

Na visão de Lynn Hunt (2001, p. 13), os novos olhares de Clio revelados pela História Cultural, que inovaram os domínios da história não significaram “simplesmente um novo conjunto de temas para investigação, mas um questionamento de métodos, fontes, abordagens e conceitos”, que impulsionou os historiadores a “pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2008, p. 15) e a notar

que as relações culturais são tão importantes quanto as sociais e econômicas, e que essas não determinam os aspectos referentes à cultura.

A História Cultural passou a valorizar as ações e concepções de mundo, das classes populares em seu contexto espaço-temporal, os recortes passaram a apreciar sujeitos, famílias, grupos e comunidades que sofrem os condicionamentos dos processos históricos mais amplos, levando em conta as várias práticas culturais e a variedade dos fatos e das fontes. O ângulo do olhar do historiador sobre o passado transformou-se. A História Cultural assinala uma reinvenção do passado que se constrói na contemporaneidade (PESAVENTO, 2008), em que o historiador pode ler sua diversidade de fontes não só amparado pela sua empiria, mas também por uma gama de saberes interdisciplinares, no conjunto das ciências humanas e sociais, que possibilitam, “[...] através dos traços que foram deixados e dos vestígios não apagados” (SANTOS, 2019, p. 161), a re-construção dos fatos, a re-leitura dos acontecimentos, a compreensão dos pensamentos.

Na pesquisa educacional, especialmente na História da Educação, a História Cultural tem gerado possibilidades para a historiografia educacional. Na concepção de Miriam Warde (1998, p. 96), os educadores,

[...] encontraram, a partir da História, um lugar adequado, para acomodar a educação. A cultura é indiscutivelmente um bom lugar para inscrever os objetos, os sujeitos, as práticas e as instituições educacionais. Aliás, foi preciso ler os novos historiadores da cultura para se ter revalorizados muitos dos temas menosprezados no campo pedagógico.

Não se pode esquecer que a escola é um lugar por excelência onde se concentra “um arsenal de fontes e de informações fundamentais para a formulação e interpretações sobre elas próprias e, sobretudo, sobre a história da educação brasileira” (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 4). As instituições educativas concentram os objetivos e os caminhos de investigação da História Cultural, pois reúnem comportamentos coletivos, sensibilidades, imaginações, representações, gestos, sociabilidades, mediações e mediadores, difusão de saberes e de informações, circulação de conceitos, de ideias e objetos culturais diversos (FONSECA, 2008) que ajudam a compreender a formação cultural de uma sociedade.

A História Cultural, de acordo com Cardoso (2011, p. 287):

[...] contribui para a ampliação dos objetos de pesquisa, possibilita novas abordagens e o uso de novas fontes, oferecendo aos/às pesquisadores/as da História da Educação um instrumental capaz de estabelecer olhares múltiplos sobre os diversos aspectos das práticas educativas, revelando dimensões pouco exploradas, explicitando sua dinâmica e sua complexidade.

Assim, este texto trata de fragmentos da história de uma instituição escolar, de um colégio com 116 anos de fundação, numa cidade histórica do Tocantins. Versa sobre o Colégio Sagrado Coração de Jesus de Porto Nacional, estado do Tocantins, uma instituição dominicana-anastasiânica que tornou-se referência educacional ao longo do século XX para o antigo norte de Goiás e para outras regiões como o sul do Pará, o sul do Maranhão e o oeste da Bahia e projetou-se consolidado para o século XXI como uma escola confessional católica que tem por objetivo “garantir uma educação de excelência orientada por princípios éticos e cristãos” (COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 2020).

Elaborado a partir dos pressupostos teóricos-metodológicos da História Cultural, no campo da História da Educação, este trabalho objetiva compreender o legado educacional dominicano-anastasio em Porto Nacional a partir das trajetórias do Colégio Sagrado Coração de Jesus.

Destaca-se que o olhar sobre esta instituição educativa já foi preocupação de diversos pesquisadores (BARROS, 2008; DOURADO, 2010; OLIVEIRA, 2010; BRESSANIN, 2017) que, em suas buscas e indagações, cuidaram de enfatizar a relevância deste colégio na formação da sociedade tocantinense.

“Do colégio sagrado coração de Jesus, sementeira, sementeira de luz”

O Colégio Sagrado Coração de Jesus teve seus primórdios no processo de expansão das escolas da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, atrelado ao fenômeno de romanização instaurada pela Igreja Católica (AQUINO, 2004) e pela Diocese de Goiás em seu território no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Ligado intimamente à Ordem Dominicana, que desbravou o sertão do norte goiano com sua missão de religiosos franceses desde 1886, com o firme propósito de missão, catequização, expansão cultural e forma divina de praticar o bem (BRESSANIN, 2017), o Colégio Sagrado Coração de Jesus foi um pedido dos frades dominicanos residentes no Convento Santa Rosa de Lima de Porto Nacional à Congregação de Monteils.

Frei Gil Vilanova, Gabriel de Voisins, Miguel Berthot, Ângelo Dargognaratz, Francisco Bigoré solicitaram à província das Dominicanas na França a vinda de religiosas educadoras com o objetivo de fundar um eficiente ensino de qualidade na região, visto que as religiosas dominicanas-anastasio já mantinham no Brasil alguns colégios.

Elas instalaram-se, primeiramente, em Uberaba-MG, no Triângulo mineiro em 1885 e fundaram o Colégio Nossa Senhora das Dores. Dali estenderam uma rede de instituições escolares pelo sertão goiano e sul do Pará. Na cidade de Goiás-GO, em 1889, fundaram o Colégio Sant’Anna. Em 1902 na pequena Bela Vista de Goiás abriram as portas do Colégio Santa Catarina de Sena. No mesmo ano, em Conceição do Araguaia, estado do Pará, o Colégio Santa Rosa de Lima (LOPES, 1986).

No dia 30 de agosto de 1904 chegaram a Porto Nacional as irmãs Maria Inez, Maria André, Maria Fernanda e Maria Rafael. Tinham como missão atender o pedido da fundação de uma nova instituição escolar. Para levar avante o projeto de trabalhar em prol da região do Tocantins, as dominicanas enfrentaram a fúria do Oceano Atlântico, a lentidão do trem de ferro até Goiás e o trote dos cavalos nos últimos 859 km para chegar a Porto Nacional, então norte de Goiás (PIAGEM E SOUZA, 2000).

O Colégio Sagrado Coração de Jesus foi fundado no dia 15 de setembro de 1904 pelas pioneiras irmãs que, numa casa improvisada, colocada à disposição pelo Coronel Frederico Lemos, considerável autoridade na época, as religiosas educadoras lançaram as bases da educação dominicana-anastasio no sertão tocantinense. Mas qual o significado de educação dominicana-anastasio?

As instituições escolares desta congregação embasaram suas finalidades e sua filosofia na proposta educativa de seus fundadores: São Domingos de Gusmão, idealizador da Ordem Dominicana no ano de 1216, originando o termo educação dominicana e Madre Anastasie, fundadora da Congregação de Monteils em 1850, originando o termo educação anastasiana.

A proposta filosófica da educação dominicana-anastasiana ancora-se nos objetivos de promover um ensino que preza a formação integral do ser, pautado em valores humanos e cristãos que evidenciam a individualidade e potencialidade do sujeito na perspectiva de transformação das pessoas (SMITH, 2015, p. 30).

Desta forma, na pequena casa da atual rua Aires Joca, no centro histórico de Porto Nacional, o Colégio Sagrado Coração de Jesus iniciou suas atividades com dezenove alunas pagando 2\$000 (dois mil réis) por mês. A casa ficou movimentada com as internas regidas por Madre Maria Inês, primeira diretora da instituição e orientadas pelas demais religiosas e alguns frades do Convento Santa Rosa de Lima que ministravam as aulas (DOURADO, 2010).

Com o número crescente de alunas, as Irmãs precisaram pensar na construção de um colégio com instalações que oferecessem melhores condições higiênicas e de acomodações. Mais uma vez contando com a ajuda do Coronel Frederico Lemos, dos frades dominicanos residentes e da população em geral, o primeiro prédio próprio do Colégio Sagrado Coração de Jesus foi construído. Obedecendo a uma planta submetida à aprovação do Conselho da Congregação de Monteils na França, que não fugia dos padrões dos demais colégios brasileiros, a obra, estupenda para a época, modelou-se de maneira rápida (BRESSANIN, 2017).

Em 1º de maio de 1906 o novo Colégio Sagrado Coração foi inaugurado em continuidade ao movimento da arte educacional em Porto Nacional. Esse prédio ficava situado na atual Rua Coronel Pinheiro, conhecida como Rua do Cabassaco, no espaço onde funciona atualmente a sede da Organização não-governamental COMSAÚDE (DOURADO, 2010). Nesse espaço observa-se ainda hoje a imagem do Sagrado Coração de Jesus no pátio interno que teria sido esculpida por uma das religiosas francesas fundadoras da casa de educação.

Depois de quatorze anos de trabalhos em prol da educação e da cultura do povo portuense, em 1919, a diretora do Colégio Sagrado Coração de Jesus, irmã Maria Inês foi chamada pelas superiores da Congregação de Monteils à França. Num encontro marcado por reencontros, ela relatou o grande feito das missionárias dominicanas-anastasianas em Porto Nacional. De lá retornou com muito material educacional e instrumentos musicais como um piano, um harmônio e um bandolim e uma professora francesa para ensinar música (COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 2000).

A Revista Mensageiro do Santo Rosário, em sua edição de julho de 2015, exprimiu em uma nota que “acaba de regressar da Europa trazendo mais uma auxiliar, a digna e muito querida Superiora irmã Maria Ignez. Com seu regresso, cheio de peripécias devido às guerras e às distâncias e caminhos entrou em Porto Nacional o primeiro piano cuja condução em padiola constituiu-se uma pequena epopeia (MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, julho de 1915, p. 60, sic).

De fato, Irmã Maria Inez enfrentou muitas dificuldades para transportar todo o material adquirido na França até Porto Nacional. Embrenhou-se pelo sertão da Bahia por íngremes estradas meses a fio transportando pessoas e bagagens no dorso de animais. Foi assim que instrumentos, materiais escolares e novidades, que trouxeram o progresso, entraram na cidade.

No dia 20 de novembro de 1920, chegou à Porto Nacional pela primeira vez, a Reverenda Madre Geral da Congregação, Madre Boaventura, acompanhada de Madre Tereza de Jesus, para conhecer de perto as dificuldades e as realizações das pioneiras do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Com idade avançada, mas consciente de bons frutos plantados na região, retornaram à França, fazendo o trajeto Porto Nacional-Belém, via Rio Tocantins. Entre as inúmeras dificuldades de locomoção da época, as religiosas não mediam sacrifícios e esforços para que as instituições por elas fundadas e dirigidas mantivessem o espírito anastasio e contribuísse para o bem à Igreja e ao desenvolvimento local.

Neste ínterim, o Colégio Sagrado Coração de Jesus era muito procurado por famílias de todos os lugares do estado de Goiás, que queriam oferecer uma boa educação aos seus filhos, coisa que as Irmãs Dominicanas garantiam. Contavam com mais de cem alunas internas, sem contar com as alunas externas que passavam o dia no colégio e retornavam para casa. Em razão desse crescimento e do bom nível ali desenvolvido, o Colégio Sagrado Coração de Jesus foi equiparado à Escola Normal pelas instâncias superiores de educação do estado Goiás (CAMARGO, 2014).

Assim, de 1920 a 1975 a escola funcionou formando professores normalistas ou técnicos em magistério para o município de Porto Nacional, para a região e outros estados. Nos primeiros anos, o curso Normal recebeu um número expressivos só de mulheres, posteriormente, alguns homens buscaram a matrícula no referido curso. Essa estatística revela a feminização do magistério como discutem diversos autores (LOURO, 2007; RABELO, 2007, entre outros). As primeiras normalistas do Colégio Sagrado Coração de Jesus foram Alice Ayres, Dulce Ayres e Carmem Ayres da Silva que se formaram em 1922 (COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 2020).

Desde sua fundação, o Colégio Sagrado Coração de Jesus, mesmo sendo de cunho privado, recebeu inúmeras contribuições e estabeleceu parcerias sendo subvencionado pelo governo de Goiás. Assim,

por meio da Lei nº 186, de agosto de 1908, foi facultado ao Estado subvencionar escolas primárias particulares. Sem dúvida, a maioria dessas escolas particulares estavam sob a direção da Igreja, proporcionando assim, espaço de fortalecimento desta instituição diante da precariedade do atendimento estatal, também, nesse nível de ensino. [...] foi graças a essa lei que a Igreja passou a obter tais subsídios do Estado para o Seminário e para os estabelecimentos de ensino católicos. Então, os colégios dirigidos pelas dominicanas, como o Sant'Ana, na Cidade de Goiás e o Sagrado Coração de Jesus, em Porto Nacional, passaram a receber, cada um, um mil e trezentos réis (1.300\$000) anuais, naquele período (DOURADO, 2010, p. 136-137).

Muitas meninas, de origem mais humilde, puderam estudar no Colégio Sagrado Coração de Jesus em razão das bolsas e benefícios existentes por causa dos convênios com o poder público. Àquela época, essas meninas eram chamadas de 'martinhas', termo que fazia "uma analogia à figura de Santa Marta do Novo Testamento, hospedeira de Cristo e que ficava trabalhando na limpeza da casa" (LAGE, 2014, p. 33). Elas estudavam em um turno e prestavam serviços diversos ao colégio no contra turno. Os convênios entre o poder público e o Colégio Sagrado Coração de Jesus estenderam-se ao longo de sua existência.

Outras parcerias e contribuições ao Colégio Sagrado Coração de Jesus se estabeleceram. Uma delas veio do Brigadeiro Eduardo Gomes no ano de 1941. Sua oferta de quase Cr\$ 4.000 (quatro mil cruzeiros) em livros e material escolar favoreceu o incremento da biblioteca e o alavancar dos estudos. As condições materiais e geográficas impossibilitavam em Porto Nacional as atividades dos grandes centros, mas as educadoras dominicanas-anastasianas faziam o que estava ao alcance e a educação oferecida por elas não era inferior à dos grandes centros (COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 2000).

A parceria entre as Irmãs e os Frades dominicanos foi significativa. Eles contribuíram com o colégio no atendimento espiritual às internas, as próprias religiosas, como professores e capelães. Elas ajudavam nas atividades da paróquia: coral para crianças, ornamentação da igreja, cuidados com a pastoral. Mesmo com a saída dos frades e o fechamento do Convento Santa Rosa de Lima em 1944, a parceria da diocese de Porto Nacional com o Colégio Sagrado Coração de Jesus permaneceu. Dom Alano Maria Du Noday era muito amigo das religiosas dominicanas, suas irmãs de Ordem. A presença de Dom Alano junto ao Colégio foi marcante enquanto foi bispo diocesano, de 1936 a 1976. Com a inserção do inglês na estrutura curricular do colégio, a partir da reforma dos programas em 1946, Dom Alano tornou-se professor de latim enquanto o Monsenhor Klaus, sacerdote alemão que residiu em Porto Nacional, ensinou inglês (PIAGEM; SOUZA, 2000).

Com o crescimento do colégio e a necessidade de novas instalações, em 1948, as irmãs compraram da prefeitura 30.000 m² e o prefeito lhes fez a doação de outros 3.000m² no intuito de construir um novo prédio que abrigasse o internato, o curso secundário, a escola normal, o externato e o convento. Dom Alano Maria du Noday, pastor, amigo e irmão foi um grande aliado para auxiliar as irmãs na nova empreitada. Ele havia recebido do Ministério da Agricultura Cr\$ 100.000 (cem mil cruzeiros) para as obras da diocese e repassou para as irmãs, o que possibilitou o adiantamento construção do novo e atual prédio do Colégio Sagrado Coração de Jesus (COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 2000).

Aos poucos, o novo colégio Sagrado Coração de Jesus vai tomando forma de mais um “templo de civilização” (SOUZA, 1998). No dia 30 de abril de 1950 chegou de Uberaba o mestre Antonio, o mestre de obra e construtor do atual prédio. Madre Nely e Irmã Adriene, as religiosas que dirigiam o Colégio à época, com todo o esforço e ajuda da comunidade local, pois era grande o interesse da cidade numa nova casa de educação, não mediram esforços para a concretização da obra (COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 2000).

Enquanto a nova construção se erguia, o trabalho educacional e apostólico do colégio não parava. Em 1953, Dom Alano e Madre Nely, a diretora do Colégio, conseguem para Porto Nacional o tiro de Guerra que se inicia com cinquenta reservistas que se alojavam no convento dos padres e tomavam refeições no Colégio. Neste mesmo ano, no mês de abril, iniciou a escola noturna mista, especialmente para os operários e empregados que trabalhavam na construção. Não demorou muito para o número de matriculados chegar a uma centena. Eram alunos entre 14 e 42 anos que foram alfabetizados pelas educadoras dominicanas-anastasianas enquanto erguiam o e monumental colégio (CRÔNICAS DAS IRMÃS DOMINICANAS, 1904- ?).

Interessante observar que todo o material de construção para o novo prédio do Colégio vinha para Porto Nacional nos aviões da Força Aérea Brasileira. As freiras e Dom Alano eram muito amigos dos Brigadeiros Eduardo Gomes e Cabral. Tanto que o CAN (Correio Aéreo

Nacional) fazia escala em Porto Nacional e a tripulação era acolhida e servida no seminário e no colégio (BARROS, 2008).

Inaugurado em 1954, o novo prédio do Colégio Sagrado Coração de Jesus tornou-se um marco para o patrimônio histórico, artístico, cultural e educacional de Porto Nacional e do Tocantins. Na perspectiva de Barros (2008, p. 73), o novo prédio do colégio “localiza o portuense no mundo, é um elemento de coesão e identificação do grupo”, tem um alto valor para a comunidade e para a identidade coletiva.

A história de Porto Nacional confunde-se com a trajetória desta instituição escolar dominicana-anastasiânica. Acontecimentos marcantes da história local contaram com a presença e atuação do Colégio Sagrado Coração de Jesus. A posse do primeiro bispo diocesano de Porto Nacional, em 1921, contou com o toque especial de decoração e com o coral das alunas internas do colégio (AUDRIN, 2007); entre os dias 21 a 24 de setembro de 1977, o governador do Estado de Goiás e seu secretariado fizeram do prédio do colégio o Centro Administrativo do estado; na inauguração da ponte sobre o rio Tocantins, em 1979, uma representação do colégio marcou presença com apresentações, além de mais de 50 autoridades ficarem hospedadas no recinto da instituição (COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 2000); a primeira instituição de ensino superior de Porto Nacional, a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano (FAFING), funcionou entre 1985 e 1990 nas imediações do colégio (CASSEMIRO, 1996; MAIA, 2011).

A contribuição do Colégio Sagrado Coração de Jesus à missão apostólica e pastoral da igreja na Diocese de Porto Nacional e ao desenvolvimento da cidade de Porto Nacional por meio de projetos educacionais, culturais e sociais foi o legado deixado na sociedade portuense e tocantinense. Sua trajetória tem sido de relatos e histórias inseridos num processo formativo escolar pautado na educação do ser como um todo em todas as suas faculdades valorizando todos os ramos do conhecimento que enriquece o intelecto, conseqüentemente, a vida e encarnada nas realidades sociais (KELLY; SAUNDERS, 2015).

De fato, como enfatiza o hino oficial do Colégio Sagrado Coração de Jesus, ele tem sido sementeira de luz. Luzes do saber, da aprendizagem. Luzes de autonomia e emancipação. Luzes de conhecimento e de projeção. Luzes que formam para clarear e transformar realidades visto que muitos que estudaram nesta escola, ao concluir o seu ciclo formativo assumiam papéis de liderança em suas comunidades, destacavam-se no ensino superior e tornaram-se profissionais comprometidos (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007).

Considerações finais

Em pleno funcionamento até os dias atuais, o Colégio Sagrado Coração de Jesus completou em 15 de setembro de 2020, 116 anos de fundação e continua sendo esteio educacional em Porto Nacional mesclando em sua prática educativa um misto de tradição e de inovação, pautado nos princípios da educação dominicana-anastasiânica.

Seu legado é um grande marco na história da educação tocantinense e, além de cumprir com seu papel de instituição escolar, é um lugar de memórias (NORA, 1993) e revela referências identitárias da comunidade local e do carisma educacional dominicano-anastasiânico, além de constituir um significativo patrimônio cultural e educacional, de riqueza inigualável, da cidade e do estado do Tocantins.

Este texto, fragmento de uma pesquisa maior, ainda em andamento sobre a Educação dominicana-anastásiana no Tocantins, quer abrir caminhos e dar pistas para outras investigações. Sempre existem muitas possibilidades para onde o olhar do pesquisador pode voltar-se.

Referências

AQUINO, Maurício de. A diáspora das congregações femininas portuguesas para o Brasil no início do século XX: política, religião e gênero. **Caderno Pagu**, n. 42, Campinas, jan. / jun., 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104-833320140001&lng=pt&nrm=iso. Acesso 01 set. 2020.

BARROS, Mariana Sardinha. **O Sagrado Coração de Porto Nacional**. Dissertação de Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural: UCG, 2008.

BRESSANIN, César Evangelista Fernandes. **A Ordem Dominicana nos sertões do Norte: entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos em Porto Nacional**. Palmas: Nagô, 2016.

CAMARGO, Kênia Guimarães Furquim. **Educação católica e presença dominicana em Goiás (GO): a cultura escolar do colégio Sant'Anna (1940-1960)**. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba. Paranaíba, MS: UEMS, 2014.

CARDOSO, Maurício Estevam. Por uma história cultural da Educação: possibilidades de abordagens. **Cadernos de História da Educação**, v. 10, n. 2, jul. /dez. 2011.

CASSEMIRO, Maria do Rosário. **Uma universidade para o Tocantins**. Goiânia: Kelps, 1996.

CHARTIER, Roger. **A história cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. **Histórico do colégio**, 2000.

COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. **Missão, visão e valores**. Disponível em: <https://www.colegiodasirmas.com.br/>. Acesso em 15 de set de 2020.

CRÔNICAS DAS IRMÃS DOMINICANAS. Porto Nacional. 1904. (Manuscrito)

DOURADO, Benvinda Barros. **Educação no Tocantins: Ginásio Estadual de Porto Nacional**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. História da Educação e História Cultural. In: FONSECA, Thaís Nívia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **História e Historiografia da Educação o Brasil**. 1. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GATTI JÚNIOR, Décio. A História das Instituições Educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JÚNIOR, D. **Novos temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Editoras Associadas, 2002.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KELLY, Gabriely; SAUNDERS, Kevin. **Valores da educação dominicana**: para o uso inteligente da liberdade. Tradução Sonia Midori Yamamoto. São Paulo: Loyola/ Editora UNESP, 2015.

LAGE, Ana Cristina Pereira. **Petites Marthes**: alunas pobres em uma instituição confessional. *Póiesis Pedagógica*, Catalão-GO, v.12, n.2, p. 25-44, jul/dez. 2014.

LOPES, Maria Antonieta Borges. et al. **Dominicanas**: cem anos de missão no Brasil. Uberaba: Vitória, 1986.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 443-481.

MAIA, Maria Zoreide Brito. **Expansão da educação superior à distância no Brasil**: o caso da Universidade do Tocantins – UNITINS. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2011.

NORA, Pierre. **Entre história e memória**: a problemática dos lugares. Projeto História, SP, 1993.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Entre o sertão e o litoral**: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. BH: Autêntica, 2008.

PIAGEM, Pedro Pereira; SOUSA, Cícero José de. **Dom Alano**: o missionário do Tocantins. Goiânia: Gráfica, 2000. p. 171.

RABELO, Amanda Oliveira. A mulher e docência: historicizando a feminização do magistério. **Revista do Mestrado de História**, Vassouras, v. 9, n. 9, p. 41-53, 2007.

REVISTA MENSAGEIRO DO SANTO ROSÁRIO, julho de 1915.

RIBEIRO, Benvinda Barros Dourado; MUTA, Ana Pereira Negry; SILVA, Edwardes Barbosa da. **Memórias de Professores Portuenses** (Porto Nacional de 1940 a 1980). Porto Nacional: Pote Editora, 2007.

SANTOS, Alessandra de Oliveira. Historiografia educacional brasileira: novos olhares sobre fontes e objetos. *In*: ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães; BALDINO, José Maria; DIAS, Kamila Gusatti. **Cultura Escolar**: histórias e memórias em diferentes espaços sociais. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2019.

SMITH, Philip. A filosofia dominicana da educação. *In*: KELLY, Gabriely; SAUNDERS, Kevin. **Valores da educação dominicana**: para o uso inteligente da liberdade. Tradução Sonia Midori Yamamoto. São Paulo: Edições Loyola: Editora UNESP, 2015.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890–1910). São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

WARDE, Mirian Jorge. Questões teóricas e de método: a história da educação nos marcos de uma história das disciplinas. *In*: SAVIANI, Dermeval et al. **História e História da Educação**. São Paulo: Editora Autores Associados, 1998.

Vilas e arraiais: o urbanismo colonial no Tocantins do século XIX visto pelo botânico Willian John Burchell em 1829

Kátia Maia Flores²⁴

Marinalva do Rego Barros Silva²⁵

Introdução

Viajar, registrar narrativas diárias ou desenhos, coletar espécies da flora e da fauna, tomar medidas estavam entre as principais funções dos cientistas viajantes, exploradores que por todo o século XIX percorreram o mundo em busca do desconhecido, de mundos distantes cujas lendas e imaginação preenchiam lacunas. Foram esses primeiros observadores, com ímpares critérios de registros, que aos poucos foram transformando um mundo desconhecido em realidade cartografada, mapeadas em imagens e narrativas.

O Brasil, a despeito da chegada dos europeus no século XVI, permaneceu desconhecido da Europa até 1808, quando a chegada da família real e sua corte abriu os portos às nações parceiras comerciais. Esse novo momento propiciou a entrada de várias expedições científicas que produziram um conhecimento mais sistematizado sobre a colônia.

Até então, as regiões litorâneas eram as preferidas pelos viajantes, e estrangeiros como *Von Eschwege, Frederico Guilherme Luís Varnhagen, Henrique Koster, João Luccok, Maria Graham, João Mawer, Langsdorff, Alexandre Von Humboldt* entre tantos outros produziram relatos pormenorizados tanto da fauna e da botânica, como dos mais diversos aspectos sociais, econômicos e etnológicos do Brasil. Para além das narrativas, em forma de diários contendo aspectos gerais da vida da colônia, foram também produzidos desenhos, que constituem referências dos mais importantes para compreensão de hábitos, costumes e mesmo da vida urbana colonial (FLORES, 2013).

O presente artigo, apresenta algumas reflexões sobre a vida urbana no Brasil colonial, refletida nos desenhos produzidos pelo inglês Willian John Burchell no ano de 1828, que empreendeu sua viagem de Goiás ao Pará a fim de embarcar para a Inglaterra.

Burchel era formado em botânica e com forte inclinação para o desenho, o que o valorizava sobremaneira nos estudos exploratórios da época. Nascido na Inglaterra foi desde muito cedo familiarizado com a flora e a fauna por meio de uma aprimorada educação. Realizou uma

24 Viajar, registrar narrativas diárias ou desenhos, col

25 Doutora em Artes pela UNESP/SP. Professora da Universidade Estadual do Tocantins.

grande expedição pela África do Sul que o tornou reconhecido nos meios acadêmicos da Europa. No ano de 1825 embarcou para o Brasil como membro da expedição inglesa comandada por Sir. Charles Stuart e encarregada das negociações diplomáticas de reconhecimento da independência do país. A comitiva aportou no Rio de Janeiro em 18 de julho de 1825 onde permaneceu até setembro de 1826. Seus planos, noticiados por cartas à família, eram o de realizar uma grande expedição que pretendia alcançar o Peru via São Paulo, Goiás e Cuiabá. Em janeiro de 1827 chegou a São Paulo e lá permaneceu sete meses quando em agosto partiu para Goiás, passando por Jundiá, Campinas, Franca, registro do Rio Grande, Bonfim, Meiaponte, Córrego do Jaraguá, chegando em Vila Boa, capital da capitania de Goiás (figura 1) em novembro do mesmo ano. Permaneceu em Vila Boa por nove meses, quando recebeu notícias sobre o estado de saúde de seu pai, o que o fez rever seus planos, resolvendo prosseguir diretamente de Goiás ao Pará e de lá regressar à Europa (FERREZ, 1981).

Figura 1 – Vila Boa / Capital da capitania de Goiás.



Nota: Prancha nº 189, de 12 – 05 – 1828 (Praça com a igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e Palácio dos Capitães Gerais ou Conde dos Arcos).

Burchell deixou vinte e dois desenhos da capital Vila Boa e trinta e quatro do trecho da viagem entre Goiás e Belém do Pará. São os únicos conhecidos, a despeito de outros viajantes estrangeiros também terem realizado excursões pela região. A raridade dos desenhos deve-se também, e sobretudo, ao rico detalhamento dos traços do desenhista. Utilizando lápis ou aquarelas, os desenhos trazem os mais ricos detalhes dos lugares, das fachadas dos edifícios, das ruas, igrejas e da flora.

Urbanização e conquista do território

Pouco se fala sobre a vida urbana e o urbanismo do Brasil colonial. A predominância de interesses agromercantis e do escravismo obliterou investimentos em desenvolvimento urbano, quando os serviços básicos de abastecimento de água, suprimento de alimentos e retirada do lixo urbano eram atividades desenvolvidas pelos escravos. Essa situação dava às cidades brasilei-

ras um aspecto caótico e de péssima condição sanitária. Em razão disso a população mais rica preferia instalar-se em áreas mais afastadas dos precários centros.

No entanto, há de se realçar que a fundação de vilas e arraiais foi condição fundamental na estratégia portuguesa de posse e controle dos territórios coloniais. Tal situação foi se tornando mais emergente, conforme as riquezas minerais eram descobertas. A ocupação do interior da colônia americana avançou, na mesma velocidade que o descobrimento das minas de ouro.

Na mesma esteira, a posse e o domínio português se estabeleceram tanto no batismo cristão da rede urbana que se formava, quanto na orientação dos mínimos padrões de urbanização dos núcleos populacionais que vão surgindo formando a nova paisagem da colônia.

Segundo o especialista em patrimônio urbano Nestor Goulart Reis (2000) a cana de açúcar consolidava o projeto agroexportador de Portugal como um modelo agroindustrial de transformação produtiva com vista aos mercados internacionais. A base de povoamento era o engenho de açúcar, assim como a vila foi o espaço urbano criado para assentamento dos poderes civil e eclesiástico, bem como para aglomeração da população dispersa pelas fazendas. Nessas vilas os poderes civil e religioso foram os balizadores da configuração do espaço social das vilas litorâneas.

Ainda segundo Reis (2000) em outra vertente, encontramos o sertão paulista ligado a rede de ocupação do litoral sul, e seus pousos fixados ao longo dos caminhos que levavam o gado principalmente das terras do Rio Grande à São Paulo. Neste caso, o elemento ordenador é a rua mais larga do caminho das tropas, que serve como rua de serviço, e paralela a ela as ruas secundárias onde se localizam os templos religiosos, câmara e cadeia.

Outra atividade que certamente influenciou a configuração urbana foram as missões religiosas (jesuítas, carmelitas, franciscanos e capuchinhos). Bem mais simples que os modelos adotados na América espanhola, as aldeias religiosas seguiam o padrão de uma grande praça, aberta em um dos lados, e ao fundo a igreja ladeada de casas.

No século XVIII as descobertas de ouro provocavam novos surtos urbanos, principalmente no interior do território, como Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. A nova territorialidade acompanhava a dinâmica dos descobertos auríferos e da necessidade de proteção das minas. Nas cidades mineradoras o elemento estruturador foi a data mineral (terrenos localizados juntos aos veios auríferos concedidos ao minerador conforme a quantidade de escravos que possuía). A partir da rua inicial as igrejas conformam os espaços de ligação dos sítios (REIS, 2000).

As cidades coloniais são definidas a partir de quatro categorias: inteiramente irregulares; de relativa regularidade; inicialmente irregulares, ganhando depois regularidade e perfeitamente regulares. Tais categorias marcam o processo urbano colonial brasileiro que perpassa uma linha evolutiva, que do acaso e improvisado busca a regularidade. Isso demonstra o esforço de ordenação que acompanha o processo urbano colonial (REIS, 2000).

Segundo Reis (2000) arruadores e projetistas reais exerciam esse papel de ordenar e dotar os espaços urbanos de certa lógica urbana. No caso dos arruadores, eram eles funcionários nomeados pela câmara com a função de “arruar” as ruas e promover o decoro urbano, garantindo o alinhamento dos edifícios nas ruas, bem como posturas relativas aos vãos, sacadas, altura das construções, para que as vilas e arraiais não seguissem sem ordenamento, atendendo apenas aos desejos dos habitantes. Nesse processo, a rua foi o principal elemento ordenador do tecido

urbano, complementado por becos e travessas que atendiam a funções secundárias. A rua era a via de ligação dos monumentos. Nas cidades coloniais os principais monumentos são as igrejas e conventos, as casas de câmara e cadeia, os portos e os fortes. As igrejas se separam por ordens de pretos (escravos africanos), crioulos (escravos brasileiros), pardos (ex. escravos) e brancos (homens livres).

Outro elemento fundamental para compreensão da urbanização brasileira é a denominação de “rua direita” e “rua nova”. A primeira é a rua principal, fundadora do núcleo, que abrigava o principal comércio; a segunda, via de expansão do sítio urbano, resultava do adensamento da rua direita.

Esses foram os elementos principais, grosso modo, ordenadores dos espaços urbanos do Brasil colonial cuja maior característica foi a simplicidade, especialmente no norte de Goiás onde não verificamos monumentalidade em sua arquitetura religiosa, pública ou particular, mas onde foi possível averiguar esforço de ordenamento e de urbanismo nos traçados de arraiais e vilas.

Os testemunhos de viajantes, confrontados com a documentação produzida no interior da administração portuguesa, são reveladores da estrutura apresentada acima.

Vilas e arraiais do norte

Em 1812 o cronista Luís Antônio da Silva e Sousa, assinalava que a comarca do norte, recém criada, possuía 12.520 habitantes, e compreendia os arraiais de Água Quente, Cocal, São José do Tocantins, Cachoeira, Santa Rita, Moquém, Piedade, Amaro Leite, Santa Rosa, Carmo, Morro do Chapéu, Barra da Palma, Príncipe, Pontal, São Domingos, Porto Real, Natividade, Conceição, Arraias, São Felix, Cavalcante, Flores e Traíras, e que a comarca do sul de Goiás, cuja capital era Vila Boa, possuía 9.350 habitantes e compreendia os arraiais de Vila Boa (capital), Barra, Anta, Santa Rita, Tesouras, Pinto Guedes, Ferreiro, Ouro Fino, Currálinho, Pilões, Anicuns, Jaraguá, Corumbá, Montes Claros, Couros, Bonfim, Crixás, Pilar, Meia ponte, Santa Cruz, Santa Luzia, Desemboque e Araxá.

Sobre os 23 núcleos urbanos que formaram a nova comarca é possível reunir informações básicas formuladas no bojo de escassa documentação, sobretudo relatórios governamentais.

No entanto, dos Arraiais do Carmo, Porto Real, Natividade, Conceição e Arraias, temos além dos documentos oficiais, as imagens de Burchel que servem de ponto de partida para uma visualização do quadro urbano do norte de Goiás.

Figura 2 – Conceição.

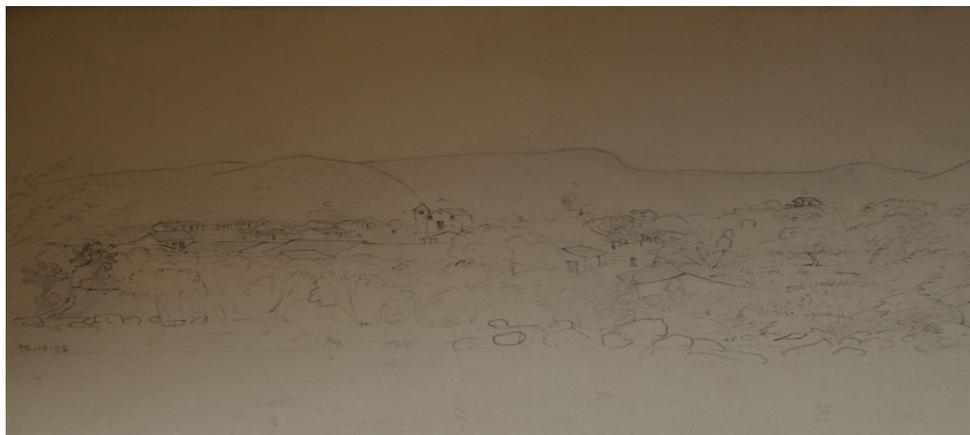


Nota: Prancha nº 218 de 21 – 10 – 1828 (Esboço a lápis). Matriz e passagem para o Rio Manuel Alves.

O desenho acima (figura 2), permite ver uma rua larga que tem ao fundo e quase imperceptível a Matriz de Nossa Senhora da Conceição. A maioria das casas que aparecem na imagem são de palha, no entanto, Cunha Mattos assinala que Conceição já tinha em 1823, noventa casas e setenta famílias, e que da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, apenas a capela-mor estava concluída. Contava também com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Segundo afirma, “Conceição foi edificada em 1741 em sítio riquíssimo de ouro. Que no lugar havia apenas um homem branco e os pardos e pardas são muito limpos, os mais bem vestidos da província. A riqueza de seus moradores vem do ouro e da criação de gado” (MATTOS, 1978, p. 248).

Segundo Gardner (1975), Conceição tem uma população de cerca de cem pessoas, mas há no lugar muitas casas, pertencentes a fazendeiros que só as ocupam nas principais festas da igreja. Negros e mulatos formam a maioria dos residentes e poucos brancos vimos nos quatro dias em que ficamos lá.

Figura 3 - Arraial de Arraias.



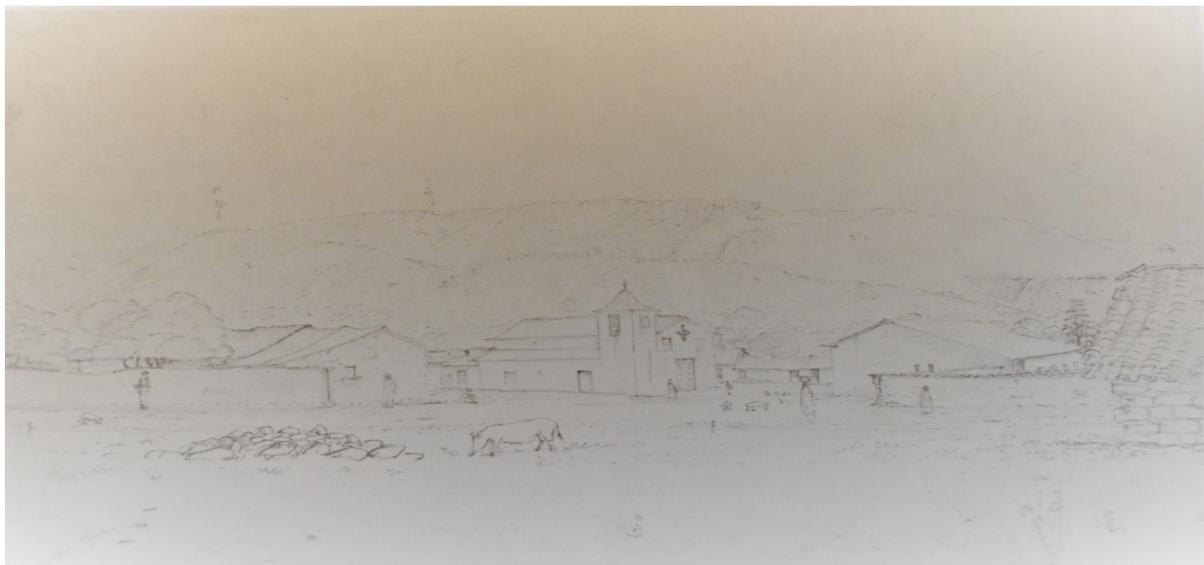
Nota: Prancha nº 217 de 12-10-1828.

O arraial de Arraias (figura 3), vendo-se a matriz dominando o vilarejo, tendo como fundo a serra de mesmo nome. O lugar teve sua fundação ligada às lavras de ouro em 1740. Gardner relata que a vila é muito pequena, com uma população que não passa de trezentos habitantes, entre grandes e menores. “Aqui, como em outras vilas do interior, muitas das casas pertencem a fazendeiros que só as ocupam em dias de festas. São quase todas alinhadas em frente da larga praça na face leste da qual se acha a única igreja. Ao chegar aqui fui surpreendido de ver uma casa com janelas envidraçadas, coisa rara no interior do Brasil; mas ao chegar mais perto, notei que os lugares do vidro eram supridos por lâminas de talco, abundante nestas redondezas” (GARDNER, 1978).

Pohl descreve: “a igreja é cercada de casas por todos os quatro lados. São construídas de tijolos cru e cobertas de telhas cozidas” (POHL, 1978, p. 192).

Cunha Matos diz ter cerca de noventa casas dispostas em uma vasta praça e três ruas cheias de pedras soltas; a igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios conta com altar e peças de prata (MATTOS, 1978, p. 254).

Figura 4 – Natividade.



Nota: Prancha Nº 219, de 31 -10 – 1828. Matriz Nossa Senhora da Natividade, rua que liga o arraial ao antigo núcleo urbano. Na mesma rua localiza-se a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Pohl assinala os vestígios de um passado rico ligado a mineração e destaca a casa do comandante. Registra, ainda, que as portas da matriz são almofadadas.

Figura 5 - Arraial de Natividade.



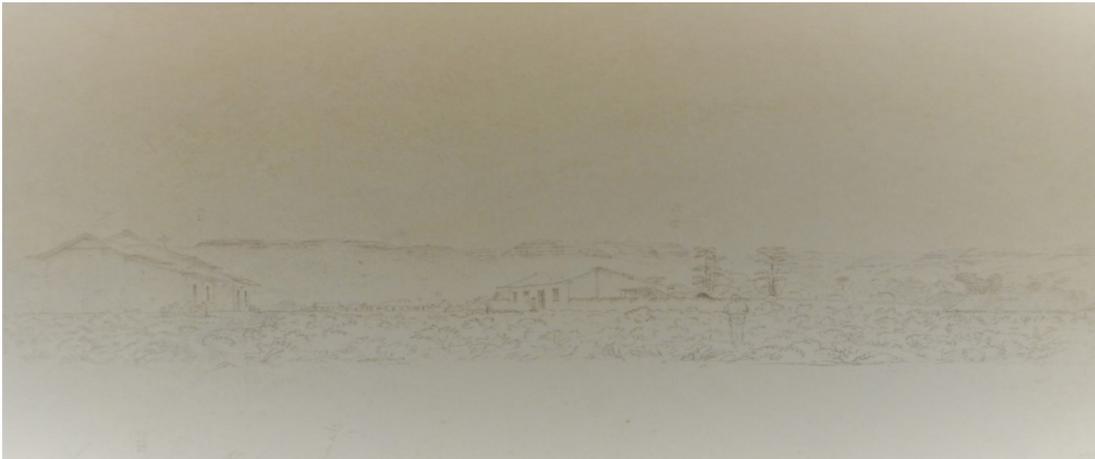
Nota: Prancha 220 de 01-11-1828 (Lápis). Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (inacabada). Segundo Pohl a construção da igreja foi obra dos pretos livres, que só concluíram a metade do projeto. Cunha Mattos afirma ter 188 casas e viu ali “uma espécie de civilização cortesã: gente muito limpa e bem tratada, mas toda ela inimiga do governo e do povo da comarca do sul.

Pohl relata que Natividade possui trezentas casas, todas térreas, construídas de tijolos crus e cobertas de telhas, enfileiradas uma ao lado da outra. Formam ruas largas, bastante regulares, orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são na maioria murados de pedras ou tijolos. A igreja matriz de Nossa Senhora da Natividade (figura 4), à época de Pohl encontrava-se interdita, necessitando de reforma. Naquele momento, os serviços religiosos estavam sendo realizados na capela de São Benedito, pequena para a população da época. Ele faz menção a uma terceira capela, a de Nossa senhora dos Terceiros, também pequena.

No entanto, diz Pohl, “a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (figura 5) superaria a todos os demais templos da capitania se fosse terminada. A edificação dessa igreja foi iniciada pelos negros livres, segundo uma audaciosa planta, mas só metade ficou concluída; por falta de meios, sobretudo pela diminuição da produção do ouro, a construção teve de ser abandonada. Obstinadamente, recusaram o oferecimento dos habitantes não negros de contribuírem em comum para o término do belo edifício”. (POHL, p. 191 – 93).

Gardner assinala que Natividade é irregularmente construída. Cita as quatro igrejas, segundo ele, inacabadas.

Figura 6 - Arraial do Carmo



Nota: Prancha nº 223 s.d. Igreja do Rosário

Segundo Pohl o arraial do Carmo (figura 6) foi abastado e populoso. Fica bem perto da Serra Geral e é rodeado de serras em semicírculos. Possui cento e cinquenta casas, uma ao lado da outra, em uma única rua; foi planejada uma segunda rua e iniciada parcialmente a construção de casas, mas pouco depois foi abandonada, restando apenas edifícios isolados. Em sua maioria as casas são de tijolos queimados e cobertas de telhas. Essa solidez das edificações coloca o lugar acima de muitas outras povoações, e o conjunto teria melhor aparência se as casas fossem pintadas de novo. Ambas as igrejas, de Nossa senhora do Carmo e de Nossa Senhora do Rosário, são construídas de tijolos.

Figura 7 - Arraial Porto Real (Porto Nacional).



Nota: Prancha nº 227 de 18 – 02 – 1829. Desenho a lápis. Porto Real onde Burchell se demorou por quatro meses). Largo da Capela Nossa senhora das Mercês; a Casa Régia do Conselho (onde morava o juiz) e se achava também a cadeia, a outra casa era do comandante

A primeira narrativa sobre Porto Real (figuras 7) foi do austríaco Jonhan Emmanuel Pohl em 1819. Segundo Pohl:

O arraial de Porto Real é uma das povoações mais novas do Brasil. O número de casas sobe a umas trinta e cinco, mas poucas são cobertas de telhas, sendo

a maioria coberta de palha de palmeira. Entre as melhores casas estão a que eu tomei [...] e a casa do comandante. A igreja recém-construída, porém, pequena. O vigário reside habitualmente no arraial do Carmo e vem dizer missa aqui, três ou quatro vezes por ano, durante as grandes festas religiosas. Aqui mora um comandante. Tem o posto de major (sargento - mor) e é encarregado do presídio, isto é, da proteção contra os índios. Tem de promover também, a ligação do correio, pelo rio Maranhão, até o Pará. Dez soldados formam a guarnição! E estes há quatro anos não recebem o soldo [...] A população dessa jurisdição é assim representada: Brancos – 101; Negros livres – 429; Mulatos – 483; Escravos – 844 (POHL, 1978, p. 228).

De Porto Real são quatro desenhos (figuras 8, 9 e 10). O primeiro esboço mostra o largo da matriz onde é possível ver a igreja das Mercês recém construída, cercada por algumas casas. Talvez um pouco mais que as trinta e cinco assinaladas por Pohl dez anos antes. No desenho, Burchell assinala que as “casas são cor de lama, salvo a igreja e entre os arbustos pés de cajá e mamão”. No desenho seguinte uma visão mais aproximada do largo da matriz, onde é possível ver os fundos da igreja Nossa senhora das Mercês e as casas, algumas delas cobertas de palha.

Na época da passagem de Cunha Mattos, Porto real possuía quarenta e sete casas e a capela de Nossa senhora das Mercês, um registro das embarcações que descem para a província do Pará. Do lado oposto do rio Tocantins estava Pontal sobre o qual ele fez o seguinte relato:

Situado na parte ocidental de uma grande serra do mesmo nome sobre o córrego do lava-pés, três e meia légua a oeste de Porto real e da margem esquerda do Tocantins. Tem quarenta e nove casas, a igreja de Sant’ana e Santo Antônio, está pobríssima e arruinadíssima igreja uma veneranda imagem do Senhor Crucificado de estatura natural. Tem uma infantaria de pardos e outra de pretos milicianos e uma de ordenanças (MATTOS, 1979, p. 117).

Figura 8 - Arraial de Porto Real.



Nota: Prancha Nº 227 de 18 – 02 – 1829. P. 148.

Figura 9 - Arraial de Porto Real.



Nota: Prancha n. 230 (s. d.) Lápis - Esboço da margem direita do Rio Tocantins, em Porto Real, que fica em terreno elevado e acima das maiores cheias em rampa muito doce e coberto de arvores carrasquenhas, segundo Cunha Mattos.

Figura 10 - Arredores de Porto Real.



Nota: Prancha n. 228, de 22-02-1829. Esboço a lápis de um rancho onde se construía embarcações, canoa; estas canoas têm seis pés de largura, 24 de comprimento, têm fundo bojudo e são movidas por remos em forma de pá; para proteção contra o sol arma-se na polpa um toldo de com folhas de bananeiras.

Mais ao norte da província de Goiás, na confluência dos rios Araguaia e Tocantins, os registros de São João das Duas Barras (figuras 11, 12 e 13), local escolhido pela coroa portuguesa para construção da sede da comarca do Norte. Sob a alegação de que o local indicado fazia-se distante da capital Vila Boa, Joaquim Teotônio Segurado, primeiro ouvidor geral da comarca, pediu permissão a coroa para construir a sede em local mais central, o que resultou na criação da Vila de São João da Palma.

Figura 11 - Registro de São João das duas Barras.



Nota: Prancha n. 247 de 18 – 05 – 1829. Segundo Cunha Mattos “O presidio (guarnição) de São João das Duas Barras achava-se localizado no alto da ribanceira do rio Araguaia, no ponto da confluência do rio Tocantins. A margem do rio onde se embarca e desembarca, é cheia de penedia, e ao tempo das águas, muito perigosa por causa dos rebojos.

Figura 12 - Registro de São João das duas Barras.



Nota: Prancha n. 248 s/d. Presídio de São João das Duas Barras no Araguaia, Cunha matos diz sobre o lugar: para ir ao quartel sobe-se o morro e então encontra-se um terreplano, em que no ano de 1823 existiam 6 peças de artilharia de calibre 3 e 42 praças militares e alguns degredados habitantes em choupanas dispostas em duas pequenas ruas.

Burchell, neste desenho a lápis indica a localização do quartel, do armazém, a igreja.

Figura 13 - Ilha da Saudade - Rio Tocantins.



Nota: Prancha n. 249 – Presídio de São João das Duas Barras - Ilha da Saudade. Segundo anotações do próprio Burchell: “moradias, rancho das canoas, lugar de se lavar e no horizonte Ilha da Saudade”.

Considerações finais

A primeira impressão que se tem sobre o urbanismo dos arraiais e vilas do norte de Goiás é que não passaram de pequenos aglomerados urbanos nascidos ao acaso da mineração do ouro do século XVIII. Essa imagem de povoados pobres, abandonados, habitados por uma relegada população foi cristalizada em grande parte da historiografia, em discurso que, de tão repetido, acabou por virar verdade, ou mesmo pela carência de estudo aprofundado dos documentos escassos.

O certo é que revisitar os viajantes estrangeiros, eliminando as opiniões e olhares próprios de uma cultura sem empatia aos trópicos, percebemos relatos que permitem uma compreensão sobre o processo de urbanização aplicado à colônia. Ao todo, esse processo nos parece um esforço em dotar arraiais e vilas com traçados comuns, modelos de uma urbanização que por mais simplificada, serviu de referência ao todo, um esforço de regularizar o que por vezes nasceu desordenado e uma engendrada necessidade de acomodação de propósitos exploratórios.

Nos arraiais e vilas do norte, praças, monumentos, rua, becos, ordenamento e alinhamento das casas, decoro urbano, posturas relativas às construções foram determinantes para a igual aparência do tecido urbano. Em Natividade, especialmente, é possível ver que o sítio atual é dotado de uma sistemática urbana que se vale das estratégias de ligação como ruas e becos para criar uma circulação coerente. A estratégias de lotes, de seus cercamentos, da disposição das fachadas são elementos de regulação do espaço urbano.

Em Porto Real é visível o ordenamento urbano regularizado em um núcleo principal edificado em posição estratégica considerando as cheias do rio, sem desconsiderar a necessidade de atendimento das demandas de uma cidade portuária. A praça, a igreja e a residência oficial do comandante foram os eixos centrais do processo de urbanização que foi se adensando com o tempo.

Importante realçar, e talvez resida aí o valor dos desenhos de Burchell e as demais narrativas de outros viajantes estrangeiros, a necessidade de revisão do discurso de total acaso e total ausência de racionalidade no ordenamento de vilas e arraiais do Norte colonial. Na bagagem dos mineradores, aportava um aparato administrativo encarregado da consolidação da expansão portuguesa nos sertões mineiros.

Referências

FERREZ, Gilberto. **O Brasil do primeiro reinado visto pelo botânico William John Burchell**. Rio de Janeiro, Fundação João Moreira Sales, 1981.

FLORES, Kátia Maia. **Estrangeiros no Tocantins do século XIX**. Palmas, Nagô, 2013.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.

MATTOS, José Raimundo da Cunha. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goyaz, seguido de huma descrição chorographica de Goyaz e dos roteiros desta província as de Mato Grosso e São Paulo**. Rio de Janeiro: Typographia Imperial, 1836.1979.

POHL, Johann Emmanuel. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte, Itatiaia, 1978.

REIS, Nestor Goulart. As principais cidades e vilas do Brasil: importância da vida urbana colonial. **Revista Oceanos**, n. 41, jan – março, 2000.

Arquitetura colonial e suas características presentes, no centro histórico de Porto Nacional-TO

José Djair Casado de Assis Júnior²⁶

Regina Barbosa Lopes Cavalcante²⁷

Antes de falar sobre a arquitetura colonial deve-se entender o período colonial. Ele pode ser entendido a partir de meados de 1530, quando o governo português enviou a primeira expedição colonizadora, até 1822 com a proclamação da independência, desassociando econômica e politicamente o Brasil de Portugal.

Neste período surgiram vários estilos arquitetônicos a exemplo do Barroco e do Rococó trazidos pelos jesuítas, sendo um gênero muito importantes nas arquiteturas das igrejas, chafarizes e outros. Contudo, por conta da sua exuberância, carregada por detalhes, este estilo não foi muito aplicado em residências.

A arquitetura colonial, também foi trazida pelos colonizadores, já que eram aplicadas as regras das cartas régias que vinham de Portugal. Este período ainda faz parte do anonimato na arquitetura, onde raramente se sabia quem era arquiteto que projetou tal edificação, pois esse serviço era feito pelos mestres de ofício.

Algumas cidades possuem grandes exemplares desta arquitetura como: São Luiz, Ouro Preto, Olinda, Salvador, Mariana e entre outras. No Tocantins consegue-se ver tais características deste período, no centro histórico de Porto Nacional e no centro histórico de Natividade, ambas têm seu centro histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN.

Apesar do descobrimento do Brasil ter sido em 1500, a arquitetura colonial brasileira começou especificamente em 1530, com a criação das Capitanias Hereditárias. O arquiteto Luís Dias foi o responsável pelo projeto da primeira capital do país, Salvador, fundada em 1549.

Vale ressaltar que a arquitetura e o urbanismo do período colonial estão interligados. As ruas apresentavam casas térreas e sobrados, que eram construídas sobre o alinhamento das ruas e sobre os limites laterais do terreno. No geral, as ruas não possuíam calçamento nem passeios, mas algumas vezes elas eram recobertas com pedras do local. As ruas eram definidas pelas edificações.

26 Mestre em Dinâmicas do Espaço Habitado pela Universidade Federal de Alagoas. E-mail: djairjunior@gmail.com.

27 Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Cesmac (2009). Atualmente trabalha na área de ambientação e construção civil. É mestra pela UFAL em Dinâmicas do Espaço Habitado (2013). Professora dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Agronegócio, Agronomia e Engenharia Civil do do Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos - Porto Nacional e coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa do Patrimônio Histórico e Artístico - GEPPHA. Coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo do ITPAC Porto. cavalcante.regina@gmail.com

Figura 2 - Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional, único sobrado da arquitetura colonial presente no centro histórico.



Fonte: Acervo Regina Barbosa Lopes Cavalcante, 2018.

Os lotes também se faziam uniformes com cerca de dez metros de frente e com grandes profundidades. As edificações não possuíam recuos frontais nem laterais. Nos fundos dos lotes ficavam os quintais que possuíam uma pequena edificação, onde se localizava o banheiro das residências.

Como já exposto, as edificações eram construídas de modo uniforme, sendo algumas vezes fixadas por padrões escritos na Carta Régia ou em posturas municipais. Possuíam um rigor métrico, além de alguns elementos como as esquadrias que se repetiam paralelamente.

Figura 3 - Residência localizada na praça da catedral e seu rigor geométrico quanto as esquadrias de acordo com a Carta Régia.



Fonte: Acervo Regina Barbosa Lopes Cavalcante, 2018.

Segundo Nestor Goulart, em seu livro *Quadro da Arquitetura no Brasil*, publicado em 1970, as

dimensões e números de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamentos com as edificações vizinhas foram exigências correntes no século XVIII. Revelam uma preocupação de caráter formal, cuja finalidade era, em grande parte, garantir para as vilas e cidades brasileiras uma aparência portuguesa.

As coberturas das edificações eram geralmente em duas águas, onde uma caía para rua e a outra para o quintal. Nas casas de esquina poderiam existir mais do que duas águas, a exemplo de algumas edificações presentes próximas a catedral, bem como o casarão dos Pedreiras. Uns estudos apontam que as telhas eram feitas “nas coxas”, ou seja, eram moldadas nas coxas dos escravos, logo elas não possuem sua forma e dimensão muito regulares.

Figura 4 - Desenho esquemático para representação das águas e dos alinhamentos das edificações com a rua e sem presença dos recuos frontais ou laterais.



Fonte: Reis Filho, 2014.

Era comum nesta época a presença de cimalthas , beira seveira ou cachorros , que davam detalhes as fachadas das edificações das famílias mais abastadas. Vale ressaltar que, em Porto Nacional, a presença da beira-seveira, só pode ser visualizada em uma edificação presente na poligonal de entorno.

Figura 5 - à esquerda: Cimalha localizada em edificação no centro histórico de Porto nacional.

Figura 6 - ao centro: Beira seveira localizada em edificação no centro histórico de Porto nacional.

Figura 7 - à direita: Cachorrada localizada em edificação no centro histórico de Porto nacional.

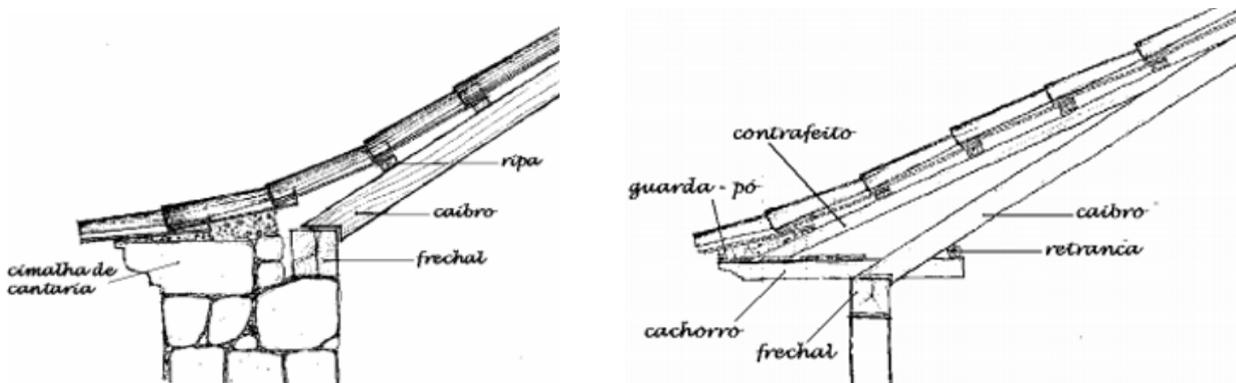


Fonte: Acervo Regina Barbosa Lopes Cavalcante, 2018.

O beiral servia para lançar a água o mais longe possível da edificação para proteção do adobe, possuindo uma leve mudança no caimento da água com alguns artificios como, por exemplo, o uso do contrafeito.

Figura 8 - à esquerda: Representação do beiral com a presença da cimalha.

Figura 9 - à direita: Representação do beiral com a presença do cachorro.



Fonte: La Pastina, 1999.

É muito comum ao estudar sobre arquitetura colonial confundir a beira seveira com o termo popularmente utilizado como “sem eira nem beira”, mas este termo não quer dizer apenas sobre a beira seveira mas sim também sobre a eira que segundo o livro Dicionário da Arquitetura Brasileira é um pátio ou terreiro. Nas casas deste período a eira era mais um cômodo, um pátio localizado aos fundos da edificação.

As plantas das edificações eram padronizadas podendo ser de porta e janela, meia-morada, morada inteira ou morada e meia. A exemplo de morada inteira podemos destacar, em Porto Nacional, as edificações que funcionavam o antigo Salão da Késsia e o antigo Café do Porto, ambas em frente a catedral.

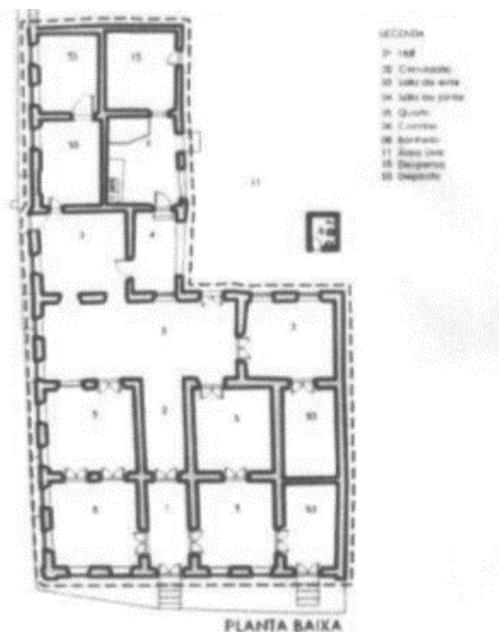
Já um exemplo de morada e meia é o casarão dos Pedreiras, que por ser uma casa de esquina as plantas se modificavam um pouco em relação as demais visto que possuíam uma planta com formato em “L”.

Figura 10 - Casarão Rosado ou casarão dos Pedreiras.



Fonte: Acervo Regina Barbosa Lopes Cavalcante, 2018.

Figura 11 - Planta baixa do casarão dos Pedreiras



Fonte: Porto, 2011.

As edificações possuíam compartimentos comuns como sala, cozinha, terraço voltado para o quintal e banheiros construídos fora das edificações. O diferencial para os dias atuais era a presença de alcovas, que eram pequenos quartos, e muitas vezes, sem ventilação externa. Uma curiosidade desta época é que era comum que o acesso ao quarto das meninas fosse pelo quarto dos pais.

Nos sobrados, o pavimento térreo, eram por vezes utilizado para o comércio e acomodações de escravos e animais. Já o pavimento superior era de fato o local que ficava a moradia. Esse pavimento superior possuía piso em tabuado ou assoalho de madeira.

Figura 12, à esquerda: Corte esquemático de um sobrado.

Figura 13, à direita: Planta baixa dos sobrados com seus respectivos ambientes (1-Loja, 2-Corredor, 3-Salão, 4-Alcovas, 5-Sala de viver, 6-Cozinha).



Fonte: Reis Filho, 2014.

Outros tipos de pisos encontrados neste período é a mezaneta, encontrada no térreo do museu e no prédio que atualmente funciona a COMSAÚDE, o ladrilho, o cimento queimado ou até mesmo o chão batido.

A respeito do método construtivo utilizado neste período, pode-se verificar que apresenta uma arquitetura vernacular, ou seja, utiliza de materiais locais. As paredes são responsáveis pela estruturação do prédio e podiam ser em alvenaria de adobe, taipa de pilão ou pau-a-pique. Em Porto Nacional, quando existiam fundações muitas vezes eram feitas de pedra canga. As paredes são rebocadas e pintadas com argamassa e pintura à base de cal.

Em Porto Nacional o adobe é o mais encontrado. Esse tipo de alvenaria consiste em

tijolo feito com terra crua. Crua porque não se utilizava fornos para “queimar” os tijolos, eles secavam ao sol, ganhando a dureza necessária para a construção. Ao barro de boa liga se misturava palha de capim, entre outras fibras, o que lhe dava maior resistência. As peças são travadas em seus cantos e nos encontros de paredes. Desta forma, apoiadas umas nas outras elas se mantêm de pé e firmes. As argamassas de assentamento de adobes e tijolões normalmente são a base de cal e areia, cal e barro, ou apenas barro (BONELLI, 2008).

No interior das edificações, as famílias mais abastadas faziam uso de forros de madeira, evitando assim que caíssem sujeiras dentro dos cômodos. Alguns exemplos de forros utilizados na época são: o treliçado (que era mais estético, pois possuíam aberturas que não bloqueava a entrada de poeira), o saia e camisa, o mata-junta e outros.

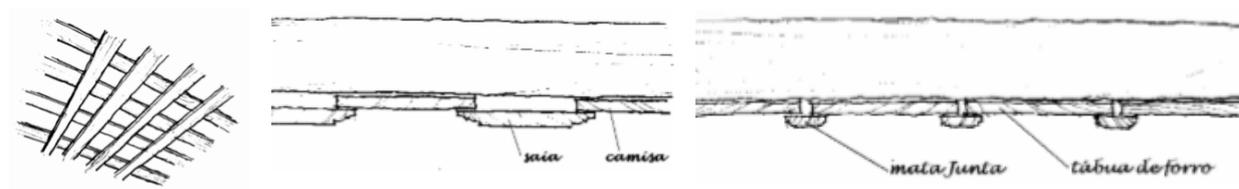
O tipo saia e camisa eram usados comumente e “este tipo permite boas soluções estéticas: as saias podem ser simplesmente superpostas às camisas ou nelas encaixarem-se em meia madeira”, já o tipo mata junta é uma variação do saia e camisa, porém de uma forma mais

econômica, por fim o treliçado é um forro simples “constituído de ripas pregadas em sentidos diferentes, com espaço entre elas que permite a ventilação do ambiente” (LA PASTINA, 1999).

Figura 14 - à esquerda: Representação de forro treliçado.

Figura 15 - ao centro: Representação de forro saia e camisa.

Figura 16 - à direita: Representação de forro mata-junta.



Fonte: La Pastina, 1999.

Já as esquadrias eram geralmente em duas folhas, e as portas poderiam possuir estas duas folhas no sentido horizontal. As bandeiras das esquadrias eram utilizadas para trazer, principalmente, ventilação para a edificação. Em Porto Nacional encontra-se muito a presença de muxarabis que são treliças nas janelas utilizadas para que as meninas pudessem ver quem estava passando na rua, mas quem estivesse fora das edificações não as vias, essa característica é de origem árabe, contudo foi muito utilizada no período colonial. E geralmente, quando uma edificação do período colonial possuía mais de uma porta, poderia sugerir-se que ali funcionou um comércio.

Figura 17 - à esquerda: Esquadria com a presença de bandeira decorada, vedação em duas folhas em madeira e duas treliçadas tipo muxarabis.

Figura 18 - à direita: Residência em frente a catedral.



Fonte: Acervo Regina Barbosa Lopes Cavalcante, 2018.

Uma curiosidade do centro histórico de Porto Nacional é que os arcos presentes na edificação da COMSAÚDE não são originais da sua construção, podendo tal fato ser visto em uma fotografia presente no documentário: Altar de Pedra Canga, onde mostra que a coberta do terraço que envolve o pátio central possuía pilares em madeira.

Figura 19 - Pátio central do antigo colégio das irmãs com a presença da imagem do Sagrado Coração de Jesus, funcionando atualmente com a COMSAÚDE.



Fonte: João Luiz Neiva, 2010.

Figura 20 - Atual pátio central da COMSAÚDE com a presença da imagem do Sagrado Coração de Jesus.



Fonte: Acervo Regina Barbosa Lopes Cavalcante, 2018.

Considerações finais

Conforme elucidado neste capítulo pode-se verificar uma grande quantidade de características da arquitetura colonial presentes na cidade de Porto Nacional, no estado do Tocantins, seja por seus detalhes na fachada, sua planta baixa, sua disposição no lote ou até mesmo a distribuição das suas esquadrias.

Esta arquitetura está marcada em inúmeras cidades do país que contribuíram para o desenvolvimento do Brasil através da plantação de café ou da cana, ou pela mineração e outros, sendo representada de diferentes formas conforme o poder aquisitivo e o material local. Estas cidades, em sua maioria, são tombadas pelo IPHAN seja por sua importância histórica ou arquitetônica, mas que sobretudo representam parte da história do Brasil.

Notoriamente é inquestionável a necessidade de se preservar as características da arquitetura colonial, não só na cidade de Porto Nacional, porém em todas as edificações do país fazendo com que a história e o modo de fazer desta arquitetura seja sempre lembrada e passada de geração para geração.

Referências

- BONELLI, Rômulo (Org.). **Manual de Conservação da Arquitetura Nativitana**. Natividade, 2008. 64p.
- CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Dicionário da arquitetura brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Romano Guerra, 2017.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Parecer Técnico nº 020/11** (DIVITEC – Superintendência do IPHAN/TO), 07 nov. 2011.
- LA PASTINA, José Filho. **Manual de Conservação de Telhados**. Brasília: IPHAN, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Man_ConservacaoDeTelhados_1edicao_m.pdf. Acessado em 18 de setembro de 2020.
- NEIVA, João Luiz. Idearte Audiovisual. **Altar de Pedra Canga**. 2010. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=auI48J4rKTw&ab_channel=IdearteAudiovisual. Acessado em 18 de setembro de 2020.
- PORTO, Marconio Ferreira. **Processo do tombamento no Tocantins**. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Brasília, Palmas.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

Patrimônio cultural: janelas do centro histórico de Porto Nacional-TO

*Dannyella dos Santos Luz*²⁸

*Rosane Balsan*²⁹

Introdução

Como bem afirma (Moreira, 2014), um povo pode ser conhecido através de seu patrimônio cultural e suas representações físicas. Ao longo do tempo, esses elementos que compõem uma cidade, ou paisagem urbana, podem ser deixados de lado, ou pouco reconhecido pelo seu povo. O que favorece sua degradação, pois sua importância é pouco conhecida.

A preservação das janelas que fazem parte da paisagem urbana, pode garantir conservação histórica, bem como, fomentar a manutenção das mesmas, através de políticas públicas.

O estudo das janelas do centro histórico tombado torna-se uma ferramenta para o entendimento cronológico dos acontecimentos na formação do lugar, entre o final de 1884, na sua fundação, até meados dos anos de 1940, data esta que, comporta edificações singulares da arquitetura colonial, traços da arquitetura árabe, portuguesa e românica e, através da realização de um inventário de janelas, no centro histórico de Porto Nacional, cidade do Patrimônio Cultural Brasileiro desde 28 de novembro de 2008, comportando em seu patrimônio físico, significados e representações simbólicas intangíveis que remetem a importantes momentos pretéritos e, ligados a personalidades que marcaram a história e cultura, tanto da região como da nação.

Para a catalogação das janelas, foram realizadas entrevistas com alguns moradores do centro histórico. O critério de seleção foi além do recorte temporal, bem como, a delimitação histórica, pois entendemos que a cultura de um povo pode ser conhecida através do seu patrimônio arquitetônico, visto que, a paisagem urbana é uma das representações físicas da identidade da cidade e de seus habitantes. No decorrer do tempo esses componentes formadores de uma cidade vão sendo pouco valorizados ou até mesmo esquecidos, ficando assim, sujeitos a degradação, devido à população desconhecer a sua importância. A preservação das janelas que fazem parte da formação do local, pode garantir a conservação da sua história, auxiliando para que elementos culturais não se percam com o passar dos anos, além de ser instrumento para que o governo determine suas políticas urbanas.

28 Graduada do Curso de Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal do Tocantins- UFT. Professora do Colégio Estadual Dr. Abner Araújo Pacini. dannyellaluz@gmail.com

29 Doutora em Geografia pela UNESP/ Rio Claro. Professora da Universidade Federal do Tocantins, Campus Porto Nacional. Coordenadora do Projeto de Extensão “Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional”. rosane-balsan@uft.edu.br.

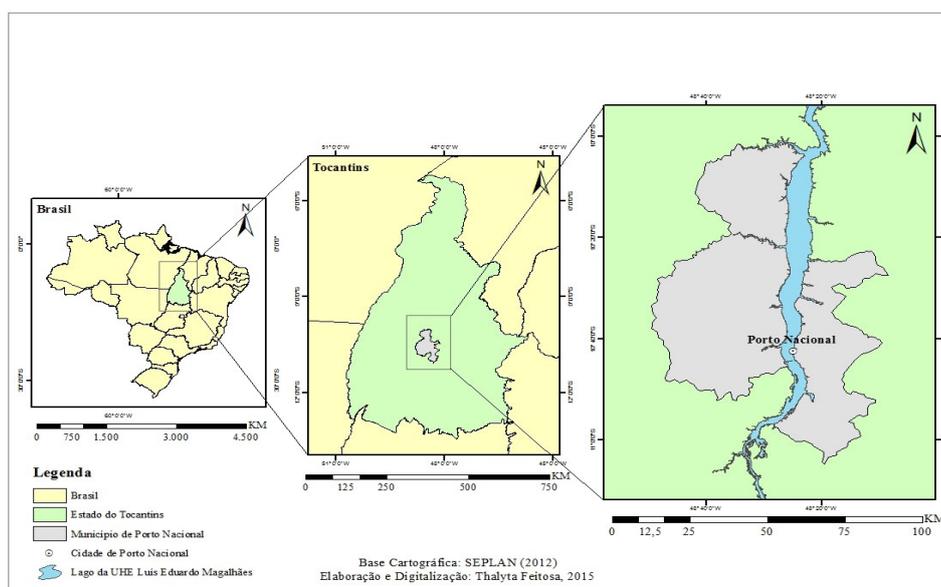
Vale enfatizar que, essa pesquisa também foi inspirada no documentário que aborda uma homenagem musical às janelas do centro histórico de Porto Nacional. (JANELAS, 2016). Apresentando as variedades de janelas presentes no centro histórico tombado de Porto Nacional. O documentário não abordava nenhuma informação sobre as mesmas como influência arquitetônica histórica. Visto isso, despertou-nos a curiosidade de aprofundar sobre o assunto. Por fim, a questão patrimonial e, sua relação com o conceito de patrimônio e com o sentido de bem cultural, nos motiva a preservar e nos leva ao entendimento do patrimônio como uma fonte, um fragmento, a partir do qual, é possível pensar sobre o modo de vida, o cotidiano de uma família, de uma comunidade ou mesmo de uma cidade.

A presente pesquisa teve como relevância social a contribuição de divulgar os conhecimentos para pesquisadores, estudantes e demais interessados nos tipos de janelas e, sua importância para a preservação e conservação desse patrimônio cultural material no centro histórico de Porto Nacional. Outro aspecto de relevância social é a contribuição direta para o uso das informações sobre o tema estudado no “Projeto Roteiro Geo- Turístico de Porto Nacional” que vem sendo desenvolvido desde 2014.

Caracterização de Porto Nacional-TO

O município de Porto Nacional-TO está localizado a aproximadamente 60 km da capital Palmas- TO (Figura 1). Algumas cidades do Tocantins, antes norte de Goiás, tiveram seu surgimento durante o ciclo de mineração no Brasil, Porto Nacional é um desses casos, a cidade que tem que tem hoje 157 anos de emancipação política, também tem mais de 200 anos de história.

Figura1 - Mapa de localização do município de Porto Nacional-TO.



Fonte: Feitosa, 2017.

Já foi denominada Arraial do Porto, Porto Real, Porto Imperial e hoje, Porto Nacional, nomes estes que, acompanharam a história do Brasil. Sabe-se que, o povo portuense nasce no

Arraial do Pontal, arraial que ficava a margem esquerda do Rio Tocantins e que, paulatinamente, essa população foi deslocando para a margem direita do rio, provocando a extinção do Arraial do Pontal.

Transformação da paisagem do centro histórico de Porto Nacional ao longo dos anos

O centro histórico de Porto Nacional foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –IPHAN, no ano de 2008. Sendo a segunda cidade do estado a ser tombada, a primeira foi Natividade- TO, em 1987. O tardio tombamento permitiu que, a sociedade fizesse uma série de mudanças nas edificações, perdendo a homogeneidade arquitetônica do centro histórico. O que fica evidente na observação, notamos casas totalmente descaracterizadas, com arquitetura contemporânea.

Algumas edificações, resistem o tempo e a modernidade das técnicas, nos remetendo ao passado. Milton Santos, em seu livro “A natureza do Espaço”, trata sobre as rugosidades encontradas nas paisagens atuais, ou seja, artefatos que remetem ao passado de um povo, evidenciando suas técnicas e divisões de trabalho. Santos enfatiza:

Chamamos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais do trabalho”. (SANTOS, 2006 p. 92).

Ao observamos o centro histórico de Porto Nacional, tais rugosidades tornam-se explícitas, nos artefatos utilizados nas construções das edificações, que expressam as características do tempo, nos métodos e materiais utilizados para construir.

Percebe-se que, a humanidade tem a capacidade de transformar o meio em que vive, que as paisagens naturais vão sendo modificadas por esse agente, resultando em novas paisagens, seja destruindo o natural, seja transformando-o. Então, notamos o surgimento da paisagem cultural, que é resultante da modificação do meio de acordo com a cultura de um povo.

Então, é importante perceber que, as paisagens atuais, são resultantes de um momento anterior, das divisões do trabalho, das práticas construtivas e dos materiais utilizados. E que, no tempo presente ainda são percebíveis.

Para alguns geógrafos, paisagem é a fisionomia de uma determinada área, levando em consideração os elementos que compõem esse lugar. Outros, no entanto, levam em consideração a ação do homem e da mulher nesse meio. Nos remetendo a duas paisagens de análise, a paisagem natural e a paisagem cultural. Para o geógrafo Carl Sauer:

A geografia baseia-se, na realidade, na união de dos elementos físicos e culturais da paisagem. O conteúdo da paisagem é encontrado, portanto, nas qualidades

físicas da área que são importantes para o homem e nas formas do seu uso da área, em fatos de base física e fatos da cultura humana (SAUER, 1998, p. 29).

Sabe-se que, ao analisarmos a paisagem de um lugar, além de seus elementos físicos evidentes, devemos perceber a ação do ser humano, pois há nesse processo a capacidade de transformação da paisagem.

Para Salgueiro (2001, p. 45), a geografia humana, leva em consideração ao estudar a paisagem, além dos aspectos físicos, os sentidos, como o meio é percebido e sentido por cada sujeito. É como se cada ser humano tivesse como olhar para o lugar e, compreendê-lo a partir de sua própria concepção.

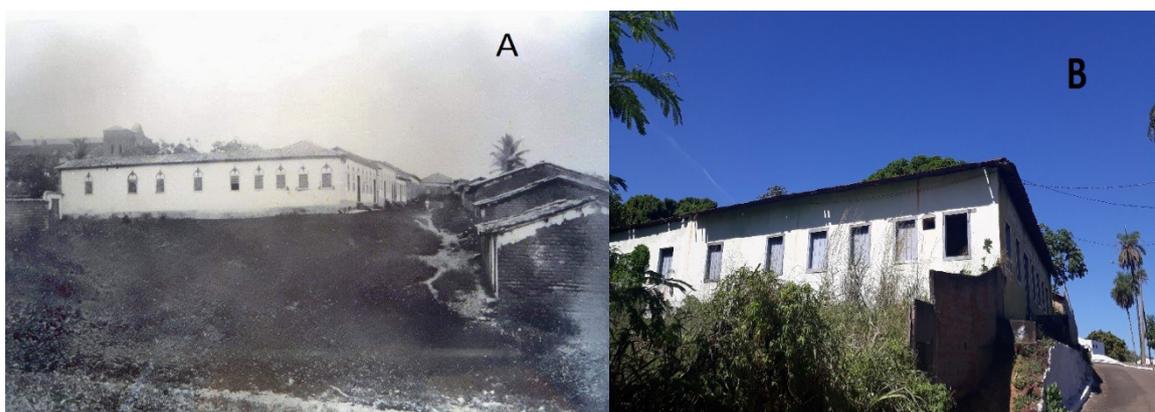
Nesse sentido, Tuan (2013, p.33), “ressalta a importância da arquitetura que remete ao sujeito o sentimento sobre o espaço e, ainda compara o ambiente construído com a linguagem, remetendo a esse poder de aprimorar a sensibilidade. ”

Observar-se a evolução de algumas janelas do centro histórico, bem como a transformação da paisagem, através de fotografias de uma mesma edificação em épocas diferentes. (Figura 2 e 3).

Nota-se, ao analisarmos o casarão do Coronel Josué de Oliveira Negre, em dois períodos diferentes, como há grande transformação da paisagem, isso ao longo de 104 anos. As janelas laterais continuam sendo o total de nove, mas perdeu o adorno superior. Na figura 3, não é possível ver as nove janelas, devido a presença de árvores e, uma edificação foi construída no local que, impossibilita a fotografia ser tirada no mesmo ângulo da figura 2.

Figura 2 – à esquerda: Casarão do Coronel Josué de Oliveira Negre em 1915 (A).

Figura 3 – à direita: Casarão do Coronel Josué de Oliveira Negre em 2019 (B).



Fonte: Arquivo pessoal– foto de 1915.

A Catedral Nossa Senhora das Mercês foi idealizada pelos freis dominicanos vindos da França, igreja que começou a ser construída em 1894, (ROTEIRO, 2019). Levou aproximadamente 9 anos para ser concluída e apresenta traços da arquitetura românica.

Nota-se, através das fotografias que, suas janelas receberam vidros, antes as janelas com formatos arredondados, traços da arquitetura românica eram tampadas por tecidos de algodão. Os vidros só foram inseridos na década de 20.

De acordo com Reis, a inserção dos vidros forma uma das primeiras modificações que ocorreram na catedral. “As primeiras alterações ocorridas foram a instalação de energia elétrica e a substituição nas janelas, dos tecidos pelos vidros coloridos trazidos de Belém do Pará.” (REIS,1983, p42). E ainda, destaca como essa modificação desagradou alguns fieis na época, pois as janelas trouxeram mais claridade para dentro da igreja.

Reis ainda menciona uma segunda modificação, a tentativa de colocar vitrais (figura 6), mas apenas uma janela foi contemplada devido à falta de verbas da igreja para tal ação. “A segunda tentativa de modificação nestas janelas, ocorreu na década passada. Os padres tentaram colocar vitrais que seriam produzidos por uma fábrica Paulista. Mas o orçamento não permitiu a conclusão do serviço e somente uma janela ficou pronta.” (REIS, 1983, p42).

Figura 4 - Catedral Nossa das Mercês tempo presente.



Fonte: Dannyella dos Santos Luz. 2019.

Procedimentos metodológicos e análise das entrevistas

A metodologia de pesquisa consistiu em procedimentos e etapas que foram desenvolvidas durante a realização desse trabalho, para alcançar os objetivos propostos e consequentemente os resultados finais da pesquisa.

A pesquisa foi realizada através de uma abordagem qualitativa, a entrevista com os moradores, deu-se através de um formulário, contendo nove questões, as primeiras três questões caracterizam quem é o entrevistado, idade, origem de nascimento, e quanto tempo mora na edificação, as demais seis questões, abordam diretamente sobre as janelas da edificação do (a) entrevistado (a).

As entrevistas visam analisar a opinião do entrevistado a respeito das janelas de sua edificação, bem como o sentimento que elas podem ou não gerar neles. E ainda, compreender como as janelas vêm evoluindo ao longo dos anos e, quais as interferências obtiveram. Para obtermos resultados consistentes a respeito das janelas.

Foram realizadas 8 entrevistas, feitas com moradores e pessoas que trabalham há mais de 5 anos em edificações do centro histórico tombado, tudo de acordo com as normas no comitê de ética, no qual essa pesquisa foi submetida e aprovada na Plataforma Brasil.

De acordo com as entrevistas analisadas, 70% dos entrevistados se identificaram do sexo feminino e 30% masculino, sendo estes, 75% maiores de 50 anos e 25% menores de 50 anos. Sobre a origem dos entrevistados, 63% deles nasceram em Porto Nacional que, na época era estado de Goiás, sendo hoje, estado do Tocantins, 25% nasceram no estado do Piauí, em cidades diferentes e 12% no Tocantins, mas em outras cidades.

Questionados sobre quantos anos residem ou trabalham nessa edificação, 50% deles moram ou residem há mais de 50 anos, 38% residem há mais de 10 anos e 12% há menos de 10 anos. Notamos assim que, metade dos entrevistados puderam observar de forma efetiva as transformações na paisagem no qual eles estão inseridos.

Ao serem questionados se gostavam das janelas de suas residências, todos disseram que sim, como podemos observar em algumas respostas:

E1: “Sim, porque mostra como os construtores visualizavam o período. ”

E2: “Sim, porque são simples, bonitas e ventiladas. ”

E5: “Sim, mas depois que mandei restaurar. ”

O lugar que vivemos, apresenta muitas vezes, em suas características arquitetônicas, traços típicos de nossa cultura. O lugar na visão humanista, é lugar de pertencimento, onde nos sentimos parte desse lugar, há então, uma relação em que envolve sentimentos.

De acordo com geógrafo Yi-fu Tuan, “A arquitetura continua a exercer um impacto direto sobre os sentidos e sentimentos. O corpo responde, como sempre tem feito, aos aspectos básicos do plano como interior e exterior, verticalidade e horizontalidade, massa, volume, espacialidade interior e luz. ” (TUAN, 2013, p144).

Questionados sobre quem construiu as janelas, eles disseram não recordar, mas em algumas respostas sugerem que, os freis dominicanos influenciaram na arquitetura local. Um dos inquiridos responde: “Frei Bartolomeu, autor da obra da catedral e COMSAÚDE. ” (E1).

Ainda sobre a questão das janelas, se haviam sido trocadas, alguns entrevistados disseram que não, que apenas foram restauradas, mas alguns disseram que sim, que passou por alterações devido à falta de segurança das janelas e que, havia receio de as casas serem invadidas por meliantes, como ressalta o seguinte entrevistado:

E3: “Era uma janela de uma folha, após a restauração da casa, mudamos a janela, isso há uns 17 anos. Mudamos a janela para nos dar mais segurança, pois agora podemos deixar as janelas abertas por conta da grade, porque antes qualquer pessoa podia pular para dentro da casa.”

Nosso entrevistado 5 relata que, sempre morou em Porto Nacional e viu as transformações ao longo dos anos, quando mudou especificamente para essa edificação, ele se propôs a restaurar a janela, pois a janela de sua residência havia perdido a característica original, antes era uma veneziana de madeira, foi trocada por “vitro” e, agora voltou a ser de madeira, porem foram acrescentadas grades para a proteção.

E5: “Essas janelas já foram trocadas, porque antes elas eram de madeira, uma veneziana, daí trocaram elas, colocaram de vidro, de vidro e ferro, aí eu mandei restaurar, e colocar de madeira de novo, com essas grades de proteção. ”

Nosso (a) entrevistado (a) 7, nos relatou que as janelas de sua casa nunca foram trocadas, porém houve necessidade de acrescentar grades de proteção.

E7: “Em 1991, foram acrescentadas as grades a essas janelas, elas nunca foram trocadas, mas tivemos que fazer isso, tentaram entrar aqui na nossa casa para roubar. ”

O centro histórico de Porto Nacional-TO, preserva casas e casarões da arquitetura colonial, alguns traços da arquitetura românica, traços português e também da arquitetura árabe, presentes em algumas janelas.

Foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), no ano de 2008. Sendo a segunda cidade do estado a ser tombada, a primeira Natividade- TO, em 1987. O tardio tombamento permitiu que, a sociedade fizesse uma série de mudanças nas edificações, perdendo a homogeneidade arquitetônica do centro histórico. O que fica evidente na observação, onde notamos casas totalmente descaracterizadas, com arquitetura contemporânea.

Então, é importante perceber que as paisagens atuais, são resultantes de um momento anterior, das divisões do trabalho, das práticas construtivas e dos materiais utilizados e que, no tempo presente ainda são percebíveis.

Nossa última questão é livre para que o entrevistado possa fazer comentários adicionais que deseja para acrescentar informações sobre as janelas, uns dos entrevistados relatou que já observou através de fotografias as transformações de algumas janelas e, exemplificou as janelas da cúria diocesana de Porto Nacional, nos dando as seguintes informações:

E1: “No caso da antiga escola de externato São José, hoje a cúria metropolitana, as janelas antigamente do prédio antigo, eram em forma românica ou redondas, igual do seminário. Após a desconstrução do prédio, do primeiro pavimento, do segundo pavimento, ficou só o térreo, se alterou para uma janela quadrada. Nesse período, se você pegar uma fotografia, você vai ver que a arquitetura era diferente, ela tinha uma característica igual ao do seminário, que são redondas”.

Tuan, em sua obra espaço e lugar aborda que, o meio ambiente está sempre em constante transformação, de acordo com os materiais disponíveis para aquele que é construtor, quando afirma que: “O meio ambiente natural nunca é estático ou uniforme. Os materiais disponíveis para o construtor humano variam, ainda que pouco, no tempo e lugar, forçando - o a pensar, adaptar, inovar” (TUAN,2013 p. 130).

Podemos observar as transformações ocorridas nas janelas da cúria diocesana, através das fotografias, transformações que se deram após a demolição do segundo piso, janelas que antes apresentavam uma arquitetura com traços românicos passaram a ser janelas com formato retangular. (Figura 7).

Figura 5 – Antes (A) e depois (B) da Cúria Diocesana de Porto Nacional-TO.



Fontes: Acervo do Laboratório de Geografia de Turimo/ UFT, 2019. Dannyella dos Santos Luz, 2019.

Ao analisarmos as janelas que compõe a arquitetura do centro histórico, conseguimos visualizar a presença física das técnicas utilizadas na construção das edificações, isso nos mostra que mesmo ao longo dos anos e, ainda com o avanço tecnológico, os traços culturais históricos ainda são evidentes nessa paisagem. Como enfatiza Lemos (2010), “assim como os diferentes artefatos que compõe a vida humana, a arquitetura mostra-se como a manifestação física de elementos e a sua autenticidade documental se dá pela preservação integral das edificações e das características que remetam aos seus elementos históricos e culturais intrínsecos e formadores”.

A função de uma janela é muito mais que estética ou de iluminação para uma casa, visto que, a janela também é um lugar de relações sociais. Onde os moradores têm acesso ao lado exterior da casa, conseqüentemente com os acontecimentos.

De acordo com Oliveira (2018 p.35), “a janela possui de uma característica importante, pois permite que o observador se posicione em local privilegiado, no qual o distanciamento permite a identificação dos ruídos que tomam conta da rua, do espaço público”.

As janelas podem ter diversas significações, como bem retrata Soares ao dizer que, a janela pode ser vista como o espelho da alma e espelho do mundo: “as janelas que permitem sair e ver o mundo, as janelas que trazem luminosidade para os interiores escuros (dos lugares ou de nós mesmos)” (SOARES, 2001, p.37). Enfatizando assim uma visão artística, a janela é como uma moldura, onde as relações sociais acontecem.

Algumas janelas do centro histórico de Porto Nacional apresentam aberturas verticais e entrelaçadas. De acordo com TÉCNICAS CONTRUSTIVAS (2010, p.1), tais características podem ser chamadas de gelosia ou rótula. Como afirma: “na verdade a palavra italiana gelosia significa ciúme, e designa mais o elemento que permitia as mulheres observarem o movimento das ruas sem serem vistas. ” Podemos identificar aqui o papel das janelas na preservação da privacidade das pessoas no ambiente interno da edificação. Destacamos aqui duas janelas encontradas no centro histórico que apresentam tais características (Figura 8).

Figura 6 - Janelas com abertura vertical, treliças.



Fonte: Dannyella dos Santos Luz, 2019.

A diversidade dos tipos de janelas é presente no centro histórico e ainda pode ser vista a olho nu por quem transita por esse espaço geográfico.

Características das janelas do centro histórico de Porto Nacional-TO

A janela é um elemento bastante conhecido, está presente em praticamente todas as edificações que conhecemos, ela fornece luz aos ambientes escuros, ventilação, bem como liga o sujeito que se encontra dentro da edificação, ao lado externo da mesma. Nota-se que as janelas possuem diversos formatos, algumas são retangulares, outras redondas, umas são feitas de madeira, outras de ferro ou vidro. Os materiais utilizados modificam de acordo com o tempo.

De acordo com Silva (2008, p.6), janela é “abertura de forma regular (retangular, quadrada, circular, oval, etc.) praticada numa parede para iluminar e arejar e facilitar a visibilidade para o exterior e o interior do edifício”.

Selecionamos algumas janelas do centro histórico de Porto Nacional que, julgamos importantes por demonstrar sua resistência ao longo dos anos, pois permanecem ao longo dos anos com suas características, bem como, alguns traços que destoam das demais edificações, com o intuito de classificação das mesmas. Sabemos que, as janelas têm um papel fundamental para uma casa, seja por trazer luz ao ambiente interno, seja por ligar-se aos acontecimentos exteriores.

Janela com traços arquitetônicos árabes, que apresenta elementos como, folha de treliças, abertura vertical, parte superior fixa (bandeira). (Figura 08).

Janela estilo colonial (Figura 09), apresenta elementos como peitoril, ombreira, folhas de madeira com abertura lateral, verga, encaixe meio-fio. A janela colonial apresenta característi-

cas rusticas. É importante ressaltar que, a janela colonial é retangular, verticalizada, pois assim contribui para preservar a estrutura da casa, pois a maioria das casas são feitas de adobe.

Janela veneziana de ferro e vidro (figura 09), apresenta aparência de madeira. Sabe-se que, algumas janelas de madeira foram substituídas por janelas de ferro, por questões de segurança.

Figura 7 – à esquerda: Janela em estilo colonial (A).

Figura 8 – à direita: Janela veneziana (B).



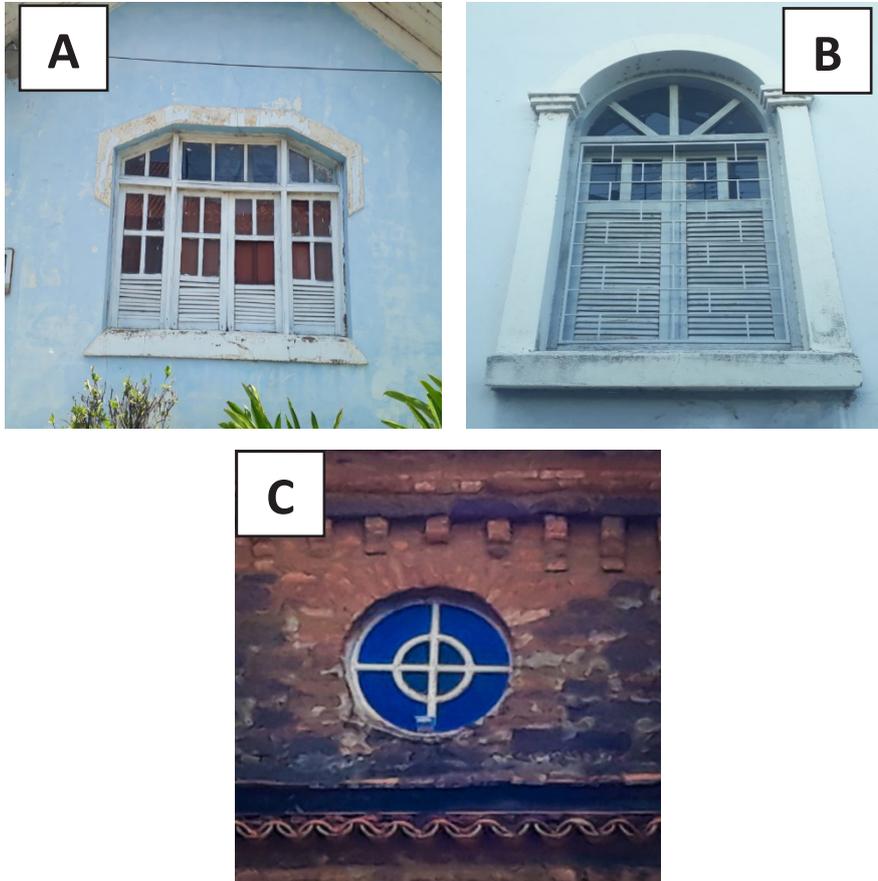
Fonte: Dannyella dos Santos Luz. Fotografia tirada em 22 de maio de 2019.

Ainda sobre a diversidade das janelas, percebemos (figura 10) três tipos distintos, como a janela com estilo arquitetônico português, uma veneziana, fabricada com madeira e vidro e levando em consideração as demais janelas e arquitetura ao redor dessa edificação, notamos que ela destoa em meio as outras, quem em maioria apresenta estilo colonial. Seguindo a sequência vemos a janela com traços arquitetônicos românicos, por apresentar um formato circular que remete aos arcos, uma veneziana de madeira e vidro, com grades de ferro para proteção e adornos nas laterais. E por fim, a janela conhecida como óculos, pois apresenta semelhança a óculos, essa janela é encontrada na Catedral Nossa Senhora das Mercês, tem função de levar luz aos lugares, a princípio ela não apresentava vidros que, somente na década de 20 foi acrescentado.

Figura 9 – à esquerda: Janela com estilo arquitetônico português (A).

Figura 10 – ao centro: Janela com traços arquitetônicos românicos (B).

Figura 11 – à direita: Janela tipo óculos (C).



Fonte: Dannyella dos Santos Luz. Fotografia tirada em 22 de maio de 2019.

Observamos que as características das janelas do centro histórico apresentam uma grande variedade de estilos e formas, remetendo-nos uma análise de formação da cidade ao longo dos anos, que são perceptíveis através da matéria prima na construção, seja pelas técnicas empregadas na edificação.

Considerações finais

O centro histórico de Porto Nacional, recorte geográfico dessa pesquisa, apresenta uma diversidade de tipos de janelas e de traços arquitetônicos. As janelas, em sua maioria do tipo colonial, revelam o papel desempenhado pela Igreja Católica na arquitetura religiosa e educacional início do século XX, demonstram traços arquitetônicos românicos, que ainda hoje pontuam a paisagem urbana do centro histórico.

Entretanto, as janelas coloniais com sistemas construtivos, baseado na madeira são predominantes, apresentando um caráter mais rude e popular.

Referências

- FEITOSA, Thalyta de Cássia da Silva. **As festas da cidade de Porto Nacional - TO: um olhar dos ativistas culturais**. (Dissertação de mestrado em Geografia). 2017. Disponível em: repositorio.uft.edu.br/handle/11612/48/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Feitosa%2C+Thalyta+de+Cássia+da+Silva. Acesso em 14. set. 2020
- JANELAS, Direção: João Luiz Neiva Brito. **Fotografia**: Carlos Fernando Martins Franco e Dellena Batista. 5:10 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Aau9mY6QD8c>. Acesso em: 10 fev. 2019
- LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010. 127 p. (Coleção Primeiros Passos; 51).
- MOREIRA, Pedro Couto; DE SOUZA SAAD, Denise; DE MELLO, Claudio Renato Camargo. **O inventário do patrimônio arquitetônico de Cruz Alta- RS**. Anais do III Encontro Internacional Cidade Contemporaneidade e Morfologia Urbana. 2014. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/cmu/files/2015/10/Anais-3o-CMU-2014.pdf#page=72>. Acesso em: 16 dez. 2019.
- OLIVEIRA, Rómulo. **Janela de classe e o olhar no olho da casa**. In: FORTUNA, Carlos. (Org.). As casas vistas de dentro e de fora. Ver. Cescontexto. n.21, julho de 2018.
- REIS, Regina Augusta. **A Catedral de Porto Nacional**. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Goiânia, 1983.
- ROTEIRO, Geo- Turístico: **Centro Histórico de Porto Nacional**. 3 ed. 2019. Folder Ilustrativo.
- SALGUEIRO, Teresa Barata. **Paisagem e geografia**. Finisterra, XXXVI, 72, 2001, p. 37-53. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1620>. Acesso em: 24 set 2019.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SAUER, Carl O. **A morfologia da paisagem**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; HOSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 12-74.
- SILVA, Susi Bianca de Jesus. **A janela**: Relações e Transformações no Contexto da História da Arquitectura Coimbra, 2008. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/7410>. Acesso em: 09 de out. 2019.
- SOARES, Rosana de Lima. **Telas e janelas, molduras das imagens**. Significação: Revista de cultura audiovisual. 2001. Disponível em: www.revistas.usp.br/significacao/article.view/65532. Acesso em: 14 jan. 2019.
- TÉCNICAS CONSTRUTIVAS, do período colonial-III. **Coisas da arquitetura**. 06 de nov. 2010. Disponível em: <https://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-do-periodo-colonial-iii/>. Acesso em: 08 maio 2019.
- TUAN, Yi-fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

Patrimônio histórico e música – Diálogo central, no centro histórico de Porto Nacional

Everton dos Andes³⁰

Introdução

A proposta de publicação de uma obra coletiva, de caráter científico e pedagógico, fundamentada em reflexões de personalidades do espaço acadêmico e cultural de Porto Nacional, organizada pela Professora Dra. Rosane Balsan, diretora do Projeto Roteiro Geo-Turístico no Centro Histórico, e, efetiva do Colegiado de Geografia da UFT - Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional, foi, em primeiro momento, o que nos motivou no sentido de escrever o presente artigo. A temática a ser abordada também contribuiu, significativamente, para amplificar a motivação em torno da escrita desse documento, uma vez que, além de Historiador e Letrado, formado pela UFT, sou cantor e compositor, e, trago na minha obra musical, essas referências, somadas ao sentimento pertencimento a esse lugar, com o qual me identifico profundamente.

O tema central desse artigo é o estudo da relação entre a produção musical de seis importantes compositores locais, e, o Centro Histórico da cidade de Porto Nacional, Tocantins. Nosso objetivo é analisar criticamente, a maneira como esses artistas se apropriam, culturalmente, desse espaço na cidade de Porto Nacional, e ainda, analisar o discurso musical desses compositores, e, a maneira como eles retratam esse espaço, antes, e, depois dos impactos ocasionados pela construção do Lago do Usina de Lajeado.

O Centro Histórico de Porto Nacional, foi tombado como Patrimônio Histórico Nacional, pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional – dia 27 de novembro de 2008. Inscrito no Livro de Tombo Histórico, artigo 4º do Decreto-lei, de 30 de novembro de 1937. A partir dessa data, Porto Nacional passou a integrar um seleto grupo de cidades brasileiras, condecorada com tal título e honraria, que se traduz, em responsabilidade da União, do Estado, Município, e, sociedade, no cuidado, manutenção e preservação do patrimônio edificado. O conjunto arquitetônico tombado em Porto Nacional, compreende 250 edificações, de estilo colonial, incluindo, também, a Avenida Beira-rio, e o contexto paisagístico do entorno.

O estudo da relação patrimônio histórico e música autoral, na cidade de Porto Nacional, torna-se relevante, à medida que, se reconhece o potencial desses escritos musicais como fonte primária, reveladora de aspectos pouco conhecidos da história social dessa localidade, bem como, os aspectos da geografia, da paisagem e, das personalidades que por aqui deixaram suas

30 Graduado em História e Letras Inglês, pela Universidade Federal do Tocantins, Especialista em História Social- UFT, e, Especialista em História da África, da Cultura Afro-brasileira e História do Negro no Brasil- UFT. evertondosandes@hotmail.com

marcas históricas, percepções, suas representações sociais e simbólicas. Além disso, as peças musicais analisadas no presente trabalho, retratam, com fidelidade, o pensamento e a visão desses compositores, na sua relação com a cidade, o rio, e, o meio rural, por onde transitam os versos dos autores sob análise.

Para construção do presente artigo, utilizamos como arcabouço teórico, o método da revisão bibliográfica, nesse sentido, nos ancoramos em algumas obras que ajudaram a fundamentar a presente análise. Revisitamos Carlos Drumond de Andrade, em sua obra “*Corpo*”. Nesse compêndio, Drumond nos apresenta o “*Favelário Nacional*”. (DRUMOND, 1987. p. 109). Utilizamos também, uma coletânea local, intitulada: “*CANTIGAS DA CLARIDADE*”, organizada por Elizeu Lira e Célio Pedreira. Essa obra reúne canções de quatro compositores portuenses. Revisitamos, ainda, a publicação científica de Everton dos Andes, produzida para o Curso de Especialização em História da África, da Cultura Afro-brasileira, e, História do Negro no Brasil – UFT, sob o Título: “*Sussa e Tambor – Produção Simbólica e Identidade Regional, na Construção Histórica do Tocantins*”. (DOS ANDES, In LOPES, 2011. p. 63-94). Essa publicação traz uma abordagem inédita, sobre a questão da produção musical autoral regional, e, estabelece evidência relações entre a produção simbólica e a construção identitária nessa região do Brasil. Em Cury (2004), fundamentamos o conceito de patrimônio histórico, a partir da leitura de Nascimento e Balsan (2014).

Para facilitar a compreensão dessa abordagem, dividimos a temática em pequenos capítulos, nos quais discorreremos sobre o tema delimitado nesse estudo.

No primeiro capítulo, apresentaremos o Centro Histórico de Porto Nacional, e, suas características fundamentais.

No segundo capítulo, apresentaremos um breve histórico a respeito da vida cultural e profissional dos seis músicos sob análise, suas características gerais enquanto compositores e agentes socioculturais nesta localidade.

O terceiro capítulo do presente artigo tratará a análise crítica de algumas obras de seis compositores portuenses, selecionados para essa pesquisa.

A guisa da análise, observamos, o modo como esses artistas descrevem e percebem a paisagem do centro histórico. Nossa impressão está fundamentada no discurso presente na obra desses autores. Observamos, ainda, a relação de afetividade, identificação e pertencimento desses artistas, com esse lugar coletivo, pertencente a quem mora ali, mas também, pertencente todos os moradores dos bairros e periferia, que sinta a necessidade de se apropriar de tal espaço público. Na verdade, o Centro Histórico de Porto Nacional, por força da lei de tombamento deste, como patrimônio histórico nacional, já pertence, de modo geral, a todo povo brasileiro, que pode, e, deve usufruir deste legado, do ponto de vista do turismo sustentável, e, da busca de conhecimento histórico sobre essa região privilegiada do Brasil Central, inserida no mapa do Brasil Colonial, em 1738, surgimento de Pontal (KARASCH, 2002).

No quarto e último tópico, apresentaremos a conclusão desta análise, ou seja, crítica geral, e, nossa percepção quanto a contribuição desses agentes culturais, para a construção da história social dessa cidade, e, do seu povo. O uso da música como fonte histórica, não é nenhuma novidade, no mundo da historiografia, inúmeros trabalhos já foram produzidos nessa perspectiva de análise.

O centro histórico: características e conceitos

O conceito de patrimônio histórico, segundo Cury, compreende: “Não somente, as construções isoladas de um valor excepcional e entorno, mas também, os conjuntos, bairros de cidades, e aldeias que apresentem interesse histórico e cultural” (Cury, 2004, p. 200).

Estabelecido o conceito de Patrimônio Histórico, convencionamos, a partir de agora, a denominar esse conjunto de edificações tombadas na cidade de Porto Nacional, de Centro Histórico.

O Centro Histórico de Porto Nacional, guarda características peculiares, além de grandes casarios, muitos em estilo colonial, considerando como colonial, as edificações, inspirada nos modelos arquitetônicos típicos do Brasil Colônia. Ruas estreitas, de nomes esquisitos, ao mesmo tempo bonito. Rua Grande, Rua do Recantão, Rua das Pombinhas, Rua da Baixa, Rua da Cadeia, Travessa da Colina, Rua do Cabaçaco, Rua do Pau D’óleo. Esses são alguns nomes populares desses endereços. A Catedral, é símbolo da religiosidade do povo do Norte. O casarão dos Pedreiras, símbolo de poder familiar, em tempos distantes. Caetanato, antiga escola das freiras. As marcas do estilo arquitetônico românico desenhado nos arcos e colunas do Caetanato, Seminário São José e, a própria Catedral, indica a influência francesa na arquitetura local. Esses espaços foram obras dos Dominicanos, responsáveis pela introdução da educação formal e da religiosidade nessa região. O Centro Histórico guarda segredos, lendas e causos de arrepiar os cabelos. A lenda da “Buiúna”, enterrada debaixo da Catedral, é nosso símbolo maior, no tocante ao patrimônio imaterial. Tem servido de elemento de composição artística e acadêmica para diversos trabalhos. O Rio Tocantins, emoldura a paisagem do Centro Histórico. Com o tombamento, a Avenida Beira Rio, foi considerada entorno, portanto, parte do Centro Histórico Tombado, o Rio, naturalmente, é parte desse cenário.

A construção do lago da usina de Lajeado, impactou de modo irremediável, o centro histórico de Porto Nacional. Várias ruas e casarios desapareceram, bem como, parte da paisagem que ladeava o leito do rio Tocantins. Esse impacto pode ser verificado na composição dos artistas locais, pós construção do Lago. Contudo, o Centro Histórico, exerce uma espécie de magia sobre a população local. É nesse espaço que nos encontramos com nossa própria história e a história de nossos ancestrais. Suas marcas estampadas em paredes de adobe, pedra canga e madeira. Coladas uma, às outras, apoiando-se na fraternidade das paredes. Centro Histórico do velho correto, derrubado na covardia das madrugadas, ainda hoje, lampeja em composições saudosista, de um tempo em que o Coreto era palco da expressão cultural portuense. Vejamos, nos capítulos a seguir, como essa temática é tratada por nossos compositores.

Os artistas

João Berckman

Vamos iniciar nosso diálogo, conhecendo um pouco mais a respeito da vida e da produção artística de nossos compositores.

Gostaria de apresentar aos leitores João Berckman, o popular Torres. Nascido em Porto Nacional, criado na rua do Cabaçaco. Cresceu nas barrancas do rio Tocantins. Viveu a infância entre a cidade velha e as águas do Porto da Manga e da Escadinha. Esses lugares fizeram parte da

infância e da memória da maioria dos garotos nascidos até meados dos anos oitenta. Para Ecléia Bosi (1994), amparada em Halbwachs, considera que: Cada indivíduo carrega suas lembranças pessoais. Entretanto, ele está inserido em um contexto social e cultural, e é nesse contexto que ele consolida suas lembranças. A **memória** individual sofre influências das diversas **memórias** que nos rodeiam.

Após concluir o ensino médio, no Colégio Estadual de Porto Nacional, hoje, Colégio Cem Florêncio Aires, Torres, mudou-se para São Luiz do Maranhão, onde cursou a faculdade de Odontologia. Formado, retornou a sua cidade natal, onde exerceu a profissão de odontólogo durante anos, até ser impedido de trabalhar por causa de um câncer que o afetou na garganta, impedindo-o de cantar, uma das suas habilidades prediletas. No entanto, Torres não desistiu da música, continuou tocando seu violão e lançou, até o momento, dois CDs solos, no gênero instrumental. No presente artigo, entretanto, analisaremos as canções escritas por Torres, durante os anos setenta e oitenta, fase áurea de sua produção musical. Nessa época, Torres integrava a Banda de Música local, e era tido como um dos maiores ativistas culturais da cidade. Integrou o Grupo Coreto, junto a este, participou e foi premiado em diversos festivais de música popular no antigo Norte de Goiás.

Célio Pedreira

O menino Célio Pedreira, nasceu nas barrancas do Rio Tocantins. Seus escritos denunciam a vida de garoto levado, percorrendo, descalço, a trilha entre o Recantão e as pitombeiras que se debruçavam sobre as ruas da velha Porto. Aluno do Colégio das Irmãs, ali constituiu várias amizades que o seguiram pela vida afora. O contato com a cultura popular, as folias, os tocadores, cantadores populares, ocorreu ainda em sua infância e juventude. Essas tradições são cultivadas secularmente pelo povo do Antigo Norte de Goiás, hoje, Tocantins. Pedreira bebeu dessa fonte, se encantou com os sons da folia. Na infância, produzia o próprio instrumento de brinquedo. A reciclagem era o caminho mais fácil para se construir uma guitarra ou um violão. Utilizando algumas latas de doce marrom glacê, se obtinha uma excelente bateria. E assim, surgia a fanfara e a banda dos meninos, conforme descreve o próprio Célio, em sua breve biografia, em: *Cantigas da Claridade* (Pedreira, 2005. p. 29). Inspirado pelo sucesso do grupo *Brasas 5*, e, influenciado pelos amigos, que, já tocavam de verdade, ingressou de vez no mundo da música e, em pouco tempo, revelou-se como grande compositor e poeta. Célio concluiu o ensino médio, e, fez o que a maioria dos jovens portuenses faziam, até a década de 70, ao concluir o ginásio em Porto Nacional, mudou-se para Alfenas, onde fez o curso de medicina. Formado, retornou à sua cidade, onde atua profissionalmente, como médico e professor no curso de medicina na Faculdade ITPAC, campus de Porto Nacional. A música e a poesia, no entanto, sempre tiveram espaço especial na vida do médico Célio Pedreira. Juntamente, com os amigos Elizeu Lira, João Berckman Torres, Raimundo Bento, e, Valtinho, formou a Banda Mestre André. Pedreira se destacou-se, ainda, como Secretário Municipal de Saúde de Porto Nacional, e, como Diretor de Cultura, da Secretaria de Estado da Cultura, no Estado do Tocantins. Célio, tem algumas publicações lançadas, dentre elas o Livro: *Portas*, que tive a honra de fazer uma dedicatória ao amigo, e grande poeta.

Bey Ayres

Bey Ayres, natural de Porto Nacional. Cresceu nesta cidade, entre as ruas estreitas do Centro Histórico, e, as barrancas do Rio Tocantins, o “Rio Turuna” que corre em suas veias. Bey Ayres, antes de deixar Porto Nacional, para ir estudar em Goiânia, deixou um legado musical de

grande valia e inestimável apreço pelos portuenses. O maior exemplo disso é a música “*Frevo do Cabaçaco*,” um grande sucesso, transmitido pela tradição oral por várias gerações, antes de ser gravada por interpretes portuenses. Além do “*Frevo do Cabaçaco*,” Bey Ayres deixou outras canções que marcaram época. Bey, tem sangue musical na família, irmão do músico Oscar Wilde, e, amigo de uma geração de grandes músicos que fizeram a cena musical em Porto Nacional, entre os anos 60 e 70. Após concluir o ensino ginásial em Porto Nacional, Bey foi atrás de outros sonhos, formar-se em arquitetura. Depois de formado, permaneceu em Goiânia, onde morou por muitos anos. Atualmente, Bey mora em Brasília, mas, nunca perdeu o hábito de vir a Porto, no período de férias. Provavelmente, sente falta do rio que banhou a sua infância de menino do interior. Bey figurinha carimba nos principais eventos culturais do mês de julho em Porto Nacional, sempre que pode, retorna para rever os amigos, relembrem suas histórias e, cantar um pouco, que ninguém é de ferro!

Everton dos Andes

Natural de Porto Nacional, filho de Francisca Maria da Silva e, Argemiro Pereira Assunção, músico e escrivão vitalício do Cartório do Registro Civil de Porto Nacional. Everton dos Andes iniciou-se nas artes através da prática da capoeira. Nesse universo tomou contato com os instrumentos de percussão, o canto de roda, e, a ginga da dança dos deuses. Everton dos Andes, desde cedo enveredou-se pelo caminho da composição e, da participação nos festivais de música, como estratégia para mostrar e popularizar o seu trabalho de composição autoral. Em 1982, participou do seu primeiro Festival da Canção, na cidade de Dianópolis. Foi nos festivais que Everton dos Andes se consagrou como importante compositor tocantinense.

Everton dos Andes graduou-se em História e Letras Inglês, pela Universidade Federal do Tocantins, é Especialista em História Social, UFT, e, Especialista em História da África, da Cultura Afro-brasileira e História do Negro no Brasil, UFT. Atuou como professor da UMA, Universidade da Maturidade, e, como professor de história, produção de texto, e, inglês, em cursos pré-vestibulares.

Como músico, cantor e compositor, Everton dos Andes conquistou diversos prêmios e condecorações. Recebeu no ano de 2000, a condecoração de Cavaleiro da Ordem do Mérito do Estado do Tocantins, a maior condecoração concedida a um cidadão tocantinense. Assim como recebeu a comenda Dr. Francisco Aires, pelos relevantes serviços prestados à sociedade portuense. Recebeu, da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, a homenagem de Destaque, na luta contra o racismo e o preconceito no Estado do Tocantins, 2018. Everton dos Andes, participou do Projeto Pixinguinha, 2005, ao lado de Miúcha e Quarteto Maogany. Participou do Projeto Brasil-França, realizando uma temporada de shows em Paris. Lançou três CDs Solo: Suciologia, Música Negra, e, TecnoSussa.

Como ator, Everton dos Andes atuou em dois filmes: *Cadê Profiro...* e *A Massa Que Faz O Pão*, ambos Hélio Brito. Atuou como diretor de figuração e elenco regional, na Série *O Escolhido*, da Netflix, 2018 e 2019. As canções de Everton dos Andes, já foram utilizadas como trilha sonora de vários filmes (*A dois Passos do Paraíso*, de Caio Bretas), documentários (documentário 21, de João Luiz Neiva), e programas de Televisão, *Caldeirão do Hulk*, Globo, 2011.

Na qualidade de escritor, Everton dos Andes, já publicou dois livros. O primeiro, uma coletânea lançada pela Universidade Federal do Tocantins (*Entre o Costume e a Lei – Des-*

cortinando a História Afro-brasileira. Organizado pela Professora Doutora em História, Maria Aparecida de Oliveira Lopes.

Everton dos Andes foi diretor e apresentador de dois programas televisivos: Expresso Cultura, no Canal SBT, e, o programa Papo Reto, com Everton dos Andes, na TV Nacional. Everton dos Andes foi Coordenador Estadual Música, na Secretaria de Estado da Cultura, 2011. Everton dos Andes é um dos poucos artistas brasileiros que teve oportunidade de participar como delegado, de todas as Conferências Municipais, Estaduais e Nacional de cultura.

Sitõe

Antônio de Fátima Matos, popularmente, conhecido como Sitõe. Natural do Piauí, nasceu na cidade de Cristino Castro, e mudou-se para Porto Nacional, em 02 de novembro de 1964. Sitõe cresceu em Porto, mais especificamente, no Setor Vila Nova, onde tornou-se uma referência de dedicação, retidão e coerência com seus ideais artísticos e profissionais. Desde a infância, já compreendia a necessidade do trabalho para o sustento da família. De origem humilde, teve de trabalhar cedo. Nesse percurso, foi lenhador, oleiro, auxiliar de serviços gerais, para garantir a bolsa de estudos, na escola das freiras, conforme relata, em sua breve biografia, publicada em: *Cantigas da Claridade* (MATOS, 2005, p.43). Nas horas vagas, dedicava-se à música, outra paixão que o acompanha, pela vida inteira. Sitõe foi influenciado pelo universo rural, expresso nas rodas de folia e festas de santos e divindades. Tradição típica dessa região. O canto dos foliões, a roda, a linguagem brejeira, rural, peculiar desse universo popular. Todos esses elementos influenciaram o garoto da periferia de Porto Nacional, que tinha o sonho de ser Músico e Engenheiro Agrônomo.

A vivência com amigos que também se dedicavam à música, possibilitou a Sitõe, a oportunidade de aprender tocar violão. Logo em seguida, iniciou o trabalho de composição. A partir de então compôs um conjunto de canções de qualidade excelente, inclusive, várias dessas canções foram premiadas em diversos festivais de música, nos anos setenta e oitenta. Caminheiro, é uma de suas canções mais popularizadas.

Após a conclusão do ginásio, nome da época, Sitõe mudou-se para Goiânia, em 1978, e, retornou, formado em 1987. Sitõe dedicou-se à profissão de Engenheiro Agrônomo, e, é um profissional liberal autônomo bem-sucedido. De certa maneira, há uma coerência entre a profissão de Sitõe e sua obra, visto que, ambas têm como tem central a terra, a produção, o homem do campo, o sertão, a ruralidade. Esses elementos sempre estiveram presentes, de modo preponderante, na obra desse compositor, como veremos adiante.

Elizeu Lira

Elizeu Lira nasceu no campo, na fazenda “Vão Grande”, imediações da Serra do Carmo, mas foi batizado e criado em Porto Nacional, mais precisamente, no setor Umuarama, ligado à Vila Nova, na parte norte da cidade. Segundo o próprio Elizeu, em sua breve autobiografia, no compendio *Cantigas da Claridade* (LIRA, 2005. p. 11), publicação coletiva, lançada pela editora Pote de Barro, ele foi um garoto pobre, como a grande maioria dos seus amigos de infância, filho de família de lavradores. Quando criança trabalhou em olarias, cortando tijolo, foi engraxate, jogador de futebol, menino traquina das barrancas do rio Tocantins. A música estava predestinada a entrar na vida de Lira, posto que, seu pai era um excelente tocador de viola de buriti, instrumento muito popular nessa região. Assim, nascia no menino o desejo de não apenas aprender a tocar um instrumento, mas, expressar suas ideias e o pensamento político social. Na infância

e juventude, Elizeu dividia os momentos de trabalho e lazer, com os estudos. Muito dedicado, concluiu o ensino médio e partiu para Brasília, em busca de formação acadêmica. Na Capital do Brasil, Elizeu Ribeiro graduou-se em Geografia, e tempos depois, retornou à sua terra natal, para assumir o cargo de Professor Universitário, na FAFING – Faculdade de Filosofia do Norte de Goiás, em meados dos anos oitenta. Elizeu investiu na carreira acadêmica, hoje, doutor em Geografia, é professor efetivo da Universidade Federal do Tocantins.

A música, no entanto, jamais deixou de ser uma prioridade na vida do Professor Elizeu. Ele atua, constantemente, fazendo shows, participando de festivais, e, interagindo com amigos e parceiros musicais na cidade de Porto Nacional, e, circunvizinhança. Lira integra a Banda Mestre André, juntamente, com os amigos, Célio Pedreira, João Berckman Torres, e o baterista, Valtinho.

Profundo admirador da cultura popular, Lira é participante assíduo das Festas do Carmo, hábito guardado desde a infância, quando era trazido pelos tios no período de férias. Essas vivências provavelmente, influenciaram a criação musical desse artista popular, talvez isso explique, o fato de a música produzida por Elizeu Lira, transitar entre o cotidiano da vida urbana e a expressão da ruralidade, isso será demonstrado mais adiante, no momento da análise de seus escritos musicais. Além disso, publicou, pela editora Pote de Barro, o livro *Cantigas da Claridade*, obra, sobre a qual nos debruçamos para garimpar algumas informações que subsidiam e fundamentam teoricamente esse humilde e despretensioso texto.

Patrimônio histórico e música: diálogo criativo

Iniciamos esse tópico, revisitando a obra de Carlos Drumond de Andrade. Em “*CORPO*”, Drumond canta com maestria de grande poeta, as favelas cariocas: “*Quem sou eu para te cantar, favela, que cantas em mim e para ninguém a noite inteira de sexta-feira*”. (DRUMOND, 1984. p. 109). A leitura de Drumond, é indispensável àqueles que desejam conhecer o mundo das favelas, suas origens e importância no contexto social brasileiro. Por outro lado, demonstra que essa tendência votada para cantar o lugar, não é particularidade dos artistas portuenses, grandes nomes da literatura nacional já fizeram isso.

Centro Histórico de Porto Nacional, lugar onde arquitetura e música se encontram, na obra do compositor portuense. Cenário de ruas estreitas e casario que se abraça, e, se agarra em paredes de adobe, e, pedra-canga. Batentes, portais, janelas e treliças para guardar a memória do tempo em que as moças pouco apareciam na rua. A Cidade Velha é assim, carrega nos ombros a leveza da Praça das Mercês, e, a nostalgia do Recantão, de onde se vê o rio que já não corre mais. As edificações do Centro Histórico, misturam dois estilos arquitetônico, o Românico, presente nas grandes edificações, tais quais, a Catedral, o Caetanato, O Seminário São José, e também, o Colégio Sagrado Coração de Jesus. Esse estilo se caracteriza pelos arcos e colunas. O casario, é dominado pelo estilo colonial. Essa paisagem singular tem encantado gerações, em particular, os músicos. Nesse trabalho selecionamos uma série de canções de compositores locais, com o objetivo de analisar o discurso desses autores, suas opiniões e a relação destes com esse espaço de sociabilidade.

Para iniciar, apresentamos para vocês a canção Frevo do Cabaçaco, de autoria de Bey Ayres. Essa música foi criada no início dos anos 70, de uma fase que antecede a formação do Lago em Porto Nacional.

No Porto Velho tem uma rua pioneira. Que corre junto ao Tocantins. Dos Coronéis ficou o nome numa placa, mas na boca do povo, só te chamam Cabaçaco. Recanto de poeta e seresteiro, onde os velhinhos passam a vida sossegados. Moleque corre atrás da bola o dia inteiro. Jogo de dama, toda tarde na calçada. No Cabaçaco, velhice não é tristeza. Balões fogueira, quando em noite de luar. Rua da Cadeia, Catedral, Coreto Velho. Cabaçaco, a vida inteira, nós iremos te amar”

Essa canção foi criada no final dos anos setenta, e logo se popularizou entre o povo de Porto Nacional. O próprio título da canção já estabelece uma relação direta com o Centro Histórico: “*Frevo do Cabaçaco*”. Cabaçaco é o nome de uma das mais famosas ruas de Porto Nacional, localiza-se nas imediações da Catedral. O nome cabaçaco, suscita controvérsia, quanto à questão da origem, há pelo menos três versões para se tentar explicar a origem desse nome diferenciado. Mas, esse não é o nosso tema. Observe que a canção não dissocia a cidade do rio: “*No Porto Velho tem uma rua pioneira, que, corre junto ao Tocantins*”. Logo na primeira estrofe o autor já estabelece essa conexão. Veja, na frase seguinte, o compositor, rebusca a voz do popular, aquela que determina o sentido das coisas, apesar das convenções sociais. Perceba que a rua tem um nome formal: Coronel José Pedreira, mas, “*na boca do povo te chamam cabaçaco*”. Por meio dessa canção podemos compreender as formas de sociabilidades vividas na cidade velha entre os anos 50 e 80. A canção nos dá pistas: “*Jogo de dama toda tarde na calçada*”. Nessa Porto Nacional, aludida na canção, velhos são meninos, eternos brincantes ao fim da tarde. O autor passeia pelo Centro Histórico “*Rua da Cadeia, Catedral, Coreto Velho, Cabaçaco, a vida inteira, nós iremos te amar*”. Essa relação de apropriação do espaço geográfico urbano, como elemento para constituição de suas temáticas, é uma constante na obra de diversos compositores portuenses. O Frevo do Cabaçaco, é um exemplo clássico dessa tendência verificada em diversas composições do cancioneiro local.

Célio Pedreira compôs “*Essa Cidade*”, uma canção para enlaçar a cidade ao rio: “Minha cidade à noite é bela. Se seu olhar por ela velar. Como um luar no leito do rio. Como o tanger de sinos. Anunciando a Catedral. Minha rua ainda é aquela. Se o seu coração. Nela ver canção. Como um casarão e suas janelas. Em procissão vendo um porto passar. E o tempo voa no jacumã da cano”. (PEDREIRA, 2005. p. 32).

No primeiro verso o artista canta a beleza noturna da cidade. Em seguida, associa a cidade ao rio. O rio é o que nos emoldura e enquadra no melhor cenário da velha Porto Nacional. O luar no rio, e, os sinos da catedral, compõe a harmonia perfeita, para a música dos quintais da cidade antiga. O poeta canta o Centro Histórico, e, sua rua “Minha rua ainda é aquela”. Com sutileza, o compositor abre portas e janelas dos velhos casarões, para que todos possam conhecer nossa morada. Os movimentos das procissões singram ruas estreitas, como uma canoa guiada pela correnteza rio abaixo “vendo um porto passar”. Nessa canção o compositor traça um panorama rico em imagem, sons e movimento. A rua, o sino da catedral, a procissão escorrendo pela rua, a canoa, o jacumã e a correnteza. Esses elementos dão movimento, sonoridade e beleza à canção.

Torres, em parceria com Elizeu Lira, rebuscaram no patrimônio imaterial, a relação com o Centro Histórico. A música: “Porto, Carnavais e Lendas”, resgata a memória da lenda da

Buiúna. Nesta canção os compositores evocam os poderes místicos da lendária cobra Buiúna. Para os letristas, somente a Buiúna teria poderes para ressuscitar os lugares perdidos para o suposto “progresso”, “desenvolvimento”. Estamos falando da formação do Lago, e os impactos causados por esse projeto à cidade de Porto Nacional. Essa canção reflete o momento pós construção da usina. Através desses versos podemos notar a falta que faz, ao povo ribeirinho, a sua antiga paisagem, os seus lugares de memórias inesquecíveis. Vejamos:

No carnaval do Porto. Quem manda é o povo. Pierrôs e colombinas. Homens, mulheres e meninos. Vamos buscar a Buiúna, com seu poder de Querubim. Ressuscitar o Buraquin. Vamos Buscar a Buiúna. Com seu poder de Dragão. Ressuscitar o Buracão. Vamos abraçar o Coreto. A praça e o Cabaçaco. No Porto Velho. A gente dança no compasso” (BERCKMAN, 2005. p. 64).

Porto Nacional é uma cidade festeira. Povo alegre, efusivo. O carnaval, aludido na canção, é marca de nossa tradição de festejar na rua. No coreto, nas praças da cidade velha. O Centro Histórico, desde tempos remotos, conforme se pode verificar em fotografias de época, é palco para a folia de Momo. Atualmente, o Cortejo da Caçada da Buiúna e, os Bonecos Gigantes, espetáculo criado por Everton dos Andes, em 2001, configura-se como uma das principais atrações do Carnaval Portuense.

Elizeu Lira, compôs Porto da Manga, música gravada por Mestre Nona. Essa canção constituiu-se como uma exaltação aos lugares, hoje, simbólicos, que marcaram a memória do “*rio dos afogados*”. Lugares que faziam parte dos entornos e da composição da paisagem do Centro Histórico. “No Porto da Manga, eu cantei, na velha escadinha, chorei. Perdemos quase tudo, não ganhamos nada. Nossa casa nosso rio, não existe mais...” (CD: MESTRE NONA CANTA PORTO, 2018. Faixa 08). Essa cantiga representa a indignação do povo local, em razão e tantas perdas e tão pouco ganho. O patrimônio natural, arquitetônico, o patrimônio simbólico perdido, não tem preço, entretanto, poderia ter havido uma compensação mais justa para com a cidade. Aos artistas portuenses, restou o protesto e a eternização dessa injustiça em canções, prosa e poesia.

O Frevo da Buiúna, de Everton dos Andes e Marcio Bello, é outra canção criada no período pós construção do lago. A letra é curta, mas, bastante contundente. Adotada pelos foliões e carnavalescos, hoje em dia, essa música tornou-se hino popular do carnaval portuense. *O Frevo da Buiúna*, surgiu como uma denúncia e protesto contra a destruição do Coreto da Praça da Catedral. Vejamos a letra:

Frevo da Buiúna: “*Bagunçaram o coreto. O coreto caiu. Destamparam o buraco. E a Buiúna saiu! Cuidado com a “Buiúna”, que ela pode te pegar. Pega daqui! Pega de lá!*”

A letra inicia-se com um adágio popular “Bagunçaram o coreto!” Essa frase não foi escolhida ao acaso, ela guarda o verdadeiro sentido do que estava acontecendo na cidade, naquele momento histórico. Havia uma corrente muito forte, favorável à destruição tanto do coreto, quanto de outros casarios e ruas da cidade velha. Na opinião dessas pessoas, isso deveria ser feito em nome do progresso, que, na verdade, só servia a meia dúzia. Por outro lado, havia a turma da resistência. Esse grupo de resistência, formado principalmente por artistas locais, encabeçou passeatas, manifestos, e ações diversas, no sentido de alertar a população para o prejuízo histórico que a cidade sofreria. Participei ativamente desse movimento, hoje, coloco-me na posição de observador participante. O embate, entretanto, foi vencido pelo grupo que destruiu

o coreto e diversas casas que compunham o entorno da catedral, bem como a Praça das Mercês, além de algumas ruas, na margem do rio. É fato que perdemos o coreto, uma perda inestimável, não resta dúvida, por outro lado, ganhamos um cancionário vigoroso, constituído de canções feitas em protesto contra essas intervenções, hoje, vistas como extremamente desnecessárias, e rudes. A música *Frevo da Buiúna*, rebusca no imaginário, no simbólico, no imaterial, a fórmula para espantar a cultura da destruição do patrimônio histórico “*Cuidado com a Buiúna, que, ela pode te pegar!*” (CD – SUCIOLOGIA, 2001 – FAIXA 11).

O período pós formação do lago da usina de Lajeado, tem sido bastante fértil, no que diz respeito ao surgimento de composições que revisitam essa temática e os lugares simbólicos imersos nesse debate. A canção, *Entre Carmo e Pontal*, é outro exemplo desse veio. Essa música foi gravada em 2005, no CD *Música Negra*, de Everton dos Andes. Nessa obra o ouvinte viaja pela História de Porto, desde o surgimento de Pontal, passando pelos períodos “Porto Real, Porto Imperial, e, Porto Nacional.” O autor associa a cidade ao rio, logo no primeiro verso: “*Na beira do Rio Tocantins, entre Carmo e Pontal, nasceu Porto. O remo de Félix Camôa, trás a história na proa, para quem quiser cantar. Porto que já foi Real, Porto Imperial, Porto Nacional.*” (DOS ANDES, 2005. CD: *Música Negra*. Faixa 11). Observe que o autor localiza geograficamente Porto Nacional “*Entre Carmo e Pontal.*” Na verdade, essa referência é uma dica para demonstrar que Porto Nacional e Pontal, foram contemporâneas. Essa referência desmistificaria o dito popular, que, afirma que, Porto Nacional teria surgido depois da destruição de Pontal, em função de um fulminante ataque indígena. A brasilianista Mary Karash, apresentou documentos, resgatados no Museu Ultramarino de Lisboa, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, e, dos Censos da Capitania de Goyáz. Entre diversos documentos, pode-se verificar o senso urbano – 1779 -1804 – indicando existência de Pontal e Porto Real (KARASH, 2002. p. 165-166).

Na canção “*Entre Carmo e Pontal,*” o autor descreve a paisagem de Porto, suas ruas, e seus encantos: do pôr do sol ao novo dia, do Cabaçaco, a alegria de viver! Porto, é tão doce amar você! Porto, que me viu cantar, não há de me ver sofrer! É bom demais, viver aqui! Acordar com a Catedral e, curtir, a Avenida Beira-rio.” (DOS ANDES, 2005. CD *Música Negra*).

Nesses versos, temos uma verdadeira declaração de amor a Porto. Ao mesmo tempo em que fala da alegria de se viver no Cabaçaco. Ao ligar, Catedral e Avenida Beira-rio, o autor inclui a citada avenida, no mapa do Centro Histórico, afinal, a Avenida Beira-rio, também compõe o cenário de entorno desse Patrimônio, e foi tombada, juntamente com os demais casarios e monumentos.

Em oposição a essa tendência de se cantar a cidade velha, visivelmente marcante, na obra de vários compositores portuenses, temos Antônio de Fátima, o popular Sitõe. A obra de Sitõe é ambientada fundamentalmente no meio rural, no sertão, na roça de toco, nos gerais. Enquanto a maioria das canções analisadas são um convite para um mergulho na cidade, no Centro Histórico. Sitõe propõe um retorno ao campo, uma espécie de volta ao sertão brejeiro, onde o trovador possa cantar liricamente para sua amada. Na composição “*Maria Simplicidade*” o autor deixa claro o seu convite, e, incentivo “*Vem Maria, sai da cidade e vem morar no meu sertão.*” (MATOS, 2005, p. 46). Observe que o compositor se inclui na proposta, e, se coloca como sertanejo “*Vem morar no meu sertão.*” Em seguida ele convida os amigos “*Vem compadre, traga os meninos, venha ver a plantação.*” O sertão surge no texto como um lugar de fartura e fraternidade, onde o pão é dividido com o irmão. Isso pode ser confirmado na frase

seguinte “*Durante o ano todo temos tudo com fartura, para dar para quem vier, para servir quem não tiver.*” (MATOS, 2005. p. 46). Sitõe guarda em suas canções o vínculo com suas origens ancestrais e familiares. Não por acaso, escolheu o curso de agronomia, assim, ficaria mais próximo da terra.

Considerações finais

Chegamos ao fim da nossa narrativa, mas, não no fim da história, aliás, esse é apenas um episódio de uma longa história escrita por esses e outros grandes compositores locais, não mencionados aqui, devido a delimitação do tema em recorte. Aqui abre-se um caminho, uma porta e, diversas janelas para que outros pesquisadores possam se debruçar, com o intuito de lançar novas luzes sobre esse cenário e essa temática tão pouco explorada pela historiografia local.

Após analisar as canções aqui apresentadas, podemos afirmar que o compositor local, parece sentir uma espécie de necessidade visceral, no sentido de se reportar, em especial, a esse espaço urbano denominado: Centro Histórico de Porto Nacional e, ao Rio Tocantins. Esses espaços fazem parte da vida das pessoas que moram em Porto Nacional.

As canções produzidas antes do Lago, são mais leves, as temáticas giram em torno da exaltação do lugar. Por outro lado, as canções produzidas depois da formação do lago, são carregadas de memória, nostalgia, e, reminiscência, às vezes dolorosa e lenta. É dessa maneira que os compositores de Porto Nacional, se expressam nessa nova realidade que os cerca. As gerações mais novas são despidas desse tipo de sentimento, posto que, não tiveram oportunidade de conhecer essa paisagem em tempos de outrora, antes da formação do Lago.

A perda do Coreto, doeu como uma punhalada nas costas. Entretanto, a criatividade dos artistas locais, tem tentado compensar essa perda, com canções, prosa, e, poemas, de nossos cantadores mais atentos. Muitos dos lugares vislumbrados nas obras analisadas, fazem parte da “Porto Submersa, ” no entanto, esses lugares, já foram, num passado recente, importantes espaços de sociabilidades, onde o povo portuense confraternizava-se, e, também, recebiam turistas de diversas partes do país.

Escadinha, Carreira Comprida, Ilha Porto Real, Porto da Manga, Ilha de Cícero Elias, Milagrim, a Velha Gameleira da Barra e, o Porto da Balsa, já não existem mais. “*Perdemos tudo, e não ganhamos nada...*” (LIRA, 2018. CD Mestre Nona Canta Porto. Faixa 08), esse é o lamento triste do poeta, cantando suas perdas irreparáveis. O papel desenvolvido por essas e outras canções, é primordialmente, o de manter viva essas memórias, tão cara a nossa gente. Pode-se afirmar que essas canções são verdadeiros documentos primários. Fontes inesgotáveis de informações que dão conta da paisagem, vivências, modo de vida, interações sociais, e, todo esplendor que emana, magicamente, de uma cidade envelhecida pelo tempo, e, renovada, constantemente, pelas mãos, nem sempre sábias, das gerações que aportam nesse Porto.

Referências

- ANDRADE, Carlos Drumond de. **Corpo Rio de Janeiro**. 11 ed. Editora Record. 1987.
- BOSI, Ecléia. Educação, **Memória e História**: Possíveis enlacs. Periodicos.ufpa.br› revista margens › article. 1994.
- CURY, Isabelle (org.). **Cartas patrimoniais**. 3ª ed., Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, 407 p. Apud in: NASCIMENTO e BALSAN (2014).
- DOS ANDES, EVERTON, In LOPES. **Entre o costume e a lei**: Superando o silêncio e descor-tinando a história afro-brasileira (Maria Aparecida de Oliveira Lopes, org.). Porto Nacional. Ed. Premier, 2011.
- KARASCH, Mary. Guiné, Mina, Angola and Benguela. **Cambridge University Press**. 2002.
- LIRA, Elizeu Ribeiro, PEDREIRA, Raimundo Célio, MATOS, Antônio de Fátima, BERCKMANS, João Torres. **Cantigas da Claridade**. Porto Nacional: Ed. Pote de Barro, 2005.
- NASCIMENTO, Núbia Nogueira de; BALSAN, Rosane (2014). **Processo de patrimonializa-ção no centro história de Porto Nacional-TO**. Nemad.webnode.com: Porto Nacional, 2014.

Comsaúde 51 anos - História e ações culturais no centro histórico de Porto Nacional

*Íbis Alan de Souza*³¹

*Marcos Amaral Lotufo*³²

Começo minhas palavras tentando resumidamente falar de Porto Nacional, mas com a real intenção de deixar falar uma grande personalidade partícipe da história dessa cidade, Marcos Amaral Lotufo, que vem nos mostrar o viés cultural de sua vida, suas visões e contribuições para os movimentos culturais nessa região.

Porto Nacional sempre foi uma cidade cheia de encantos e de uma cultura muito rica. Nascida na época do ouro, Porto Nacional, que ainda era Porto Real e posteriormente Imperial, era estrategicamente um ponto de ligação às minas encontradas em monte do Carmo e região. De seu porto aconteciam travessias, desde o primeiro canoeiro, Félix Camôa, que era um ponto de conexão entre as duas margens do rio, até grandes balsas que transportavam produtos para Belém e outras regiões.

Foi nesse cenário que surgiu a Escola das Irmãs Dominicanas, vindas da França, que construíram um belíssimo prédio no centro histórico de Porto Nacional, e com ela uma educação que também ajudaria no processo cultural da comunidade.

Entre 1968 e 1969 foi criado a COMSAÚDE, e pelo ideal humanitário e comprometimento social, conseguiu a doação do prédio da antiga Escola, a qual se tornou sua sede até a atualidade. História de vida e vivências que não poderiam deixar de existir sem os registros e atuação de Marcos Amaral Lotufo e Edith, sua esposa.

Marcos nos conta aqui, sua história, visão de cultura, trabalhos desenvolvidos e observados durante sua estadia no interior do Brasil, em Porto Nacional.

Com vocês, Marcos Amaral Lotufo!!!

Vocês, que estão tendo acesso a este texto, talvez o façam na expectativa de encontrar um texto científico, o resultado de uma pesquisa, uma descoberta inovadora ou alguma coisa do gênero.

Me desculpem.

Me faltam condições para um trabalho dessa envergadura, porém como pessoa atuante no campo da cultura, participante ativo durante quase 11 anos das atividades da COMSAÚDE e

31 Graduado em História pela Fundação Universidade Federal do Tocantins (2012), especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia (2012). ibisalan@hotmail.com.

32 Possui graduação em Design pela Gesamthochschule Kassel (1974) e especialização em Design Gráfico pela Gesamthochschule Kassel (1984). malotufo@gmail.com.

como seguidor desde sempre das coisas de Porto Nacional, me sinto à vontade para expor aqui minhas memórias e reflexões a este respeito.

Sobre minha pessoa e formação, devo dizer que sou paulistano, filho de uma classe média bem resolvida, frequentei escolas particulares e percebi, já adulto, que todas as dificuldades pelas quais eu havia passado, eram ‘nada’ em comparação com o que pude encontrar na existência que vivi desde então, por pessoas com as quais tive o privilégio de conviver e com quem aprendi a ser quem sou.

Pude estudar na Alemanha e foi lá que fui alertado para um Brasil do qual eu havia sido poupado até então.

Foi lá que conheci minha companheira de vida, Edith, e pude conhecer ideias de mundo novas para mim, entre elas as de Paulo Freire.

Aos poucos, muitas coisas foram clareando. Lá, no meio de tanta gente bacana, comecei a entender que o processo de aprendizagem não termina nunca e pude me abrir para um mundo que ainda continua em construção.

A possibilidade de nos transferirmos para Porto Nacional, após o término dos estudos, foi se tornando uma realidade. Passamos a nos dedicar, junto com outros colegas, a conhecer a realidade do Brasil em plena ditadura, a acompanhar o trabalho que se desenvolvia em Porto Nacional pela equipe de saúde que para lá se transferira em 1968. A COMSAÚDE havia sido fundada em 1969 como Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação e entre os sócios fundadores estavam Heloisa e Eduardo, minha irmã e seu marido e era com eles que mais conversávamos, trocando cartas que transitavam por sete dias entre remetente e destinatário.

Em 1972 pudemos vir da Alemanha para uma estadia de 1 mês em Porto Nacional, quando tivemos o primeiro contato visual com a realidade sobre a qual nos debruçávamos, ainda na Alemanha e para onde retornamos com muitas fotos e relatos na bagagem. Nosso foco era a Cultura na visão de Paulo Freire e isso como fator importante também para a saúde da comunidade.

A equipe que compunha a COMSAÚDE, nessa época, era: Dra. Heloisa Lotufo Manzano e Dr. Eduardo Manzano, a Assistente Social Martha Campos (Tauil), Dr. Pedro Tauil, Dr. Antônio Carlos Azevedo, Professora Eleonora e a Enfermeira Ivanildes. Apesar de todos demonstrarem uma compreensão ampla de cultura, era com a Martha que mantínhamos conversas mais direcionadas. A equipe, com todo o trabalho diário do Hospital, demonstrava claramente a preocupação em entender e respeitar os costumes vigentes. No livro ‘Nas Barrancas do Tocantins’, Eduardo e Heloisa trazem alguns relatos riquíssimos destes primeiros anos de atendimento e que testemunham esta postura.

Em 1975, concluídas nossas formações, viemos para Porto Nacional; o Agrônomo Harald Rohjan, a Assistente Social Uschi Schroeder, a Arte Educadora Edith Lotufo, eu (Comunicador visual) e nosso filho David (1 ano).

Apesar de toda preparação pela qual passamos, logo percebemos que tínhamos muito a aprender. Alguns costumes de alimentação, o calor, as diarreias, a verminose, os hábitos diários de relacionamento, o convívio social etc., tudo era novidade é como diz a expressão ‘na prática a teoria é outra’. O que havíamos aprendido, deveria ser reaprendido.

Conto com frequência um caso acontecido comigo. Em nossa primeira visita, 1972, conhecemos os moradores do Ribeirão dos Potes e fizemos amizade com o Sr. Sérgio Fortunato e Dona. Romualda. Foram eles que nos guiaram pelos ‘barreiros’ da região e nos mostraram sua técnica e habilidade na construção de potes e moringas. Sabedor da existência abundante de argila, na região, me preparei, fiz cursos e recolhi informações para que pudesse desenvolver um trabalho nessa área. Acompanhado de Seu Sérgio saí colhendo amostra de argila nas diversas olarias, todas identificadas com data, hora e localização da coleta. Mandei-as para o Instituto de Pesquisas Técnicas da USP, em São Paulo, para análise. Seu Sérgio pegava uma pequena porção, amassava na mão, cheirava, encostava nos lábios e dizia: -“esta argila é boa para fazer tijolo, mas não da para telha e nem pote; ela queima vermelha e com fogo de madeira dura”. Em 3 meses recebi os resultados da minha pesquisa que, basicamente, confirmava a informação que Seu Sérgio já havia me passado. Pude compreender que o homem sabia tudo de cerâmica e eu podia confiar nessa sabedoria.

Teria muitas passagens como esta para contar, mas no momento acho importante usar este exemplo para conhecermos melhor as relações entre o conhecimento e a sabedoria, o que pode nos ajudar a entender também nossa cultura.

A atividade da COMSAÚDE, que frequentemente se confunde, neste período, com a atividade da Unidade Mista, estava voltada para o trabalho com as camadas menos favorecidas, embora não fizesse essa diferença no atendimento hospitalar.

Sem televisão, com pouca recepção de rádio, sem jornais e assim, com pouca influência externa, os costumes se mantinham e a cultura local prevalecia. Algumas novidades vindas, geralmente, do Sul iam causando pequenos danos. Assim, embora a água descansada em um pote seja mais fresca e agradável, pudemos testemunhar sua substituição por jarros plásticos que em pouco tempo de uso estavam encardidos e imprestáveis para o uso. As lajotas, nos pisos das casas passaram a serem substituídas por piso cerâmico esmaltado, as grandes janelas de madeira foram sendo substituídas por esquadilhas de metal e vidro, deixando o calor (luz) passar e bloqueando a circulação do ar e telhas de cerâmica foram sendo substituídas por cobertura de ‘fibrocimento’, rebaixando o pé direito das casas. Também aqui não pretendo discorrer sobre essas questões, mas usá-las para buscar uma compreensão do entendimento que temos de cultura.

Figura 1 - Parteiras ‘curiosas’, em encontro de atualização com Enf. Berenice e Dr. Álvaro.



Fonte: Marcos Amaral Lotufo, 1977.

No atendimento da Unidade Mista, entre outros, gostaria de citar o trabalho com as parteiras ‘curiosas’. Mulheres de grande importância na vida dessas cidades, haviam herdado essa sabedoria por gerações e muita prática. Elas foram reconhecidas e incorporadas ao serviço, somando e passando informações importantes para o trabalho.

Nos deparamos, com muita frequência, com situações em que os moradores dos bairros periféricos diziam não saber nada, não saber fazer nada ... quando nos aprofundávamos um pouco mais na conversa, encontrávamos seres incríveis, de uma sabedoria fantástica. Na ‘roça’ conheciam as plantas que curavam, plantavam o algodão com o qual, depois de descaroçar no descaroçador construído por eles mesmos, cardar com a carda própria, fiar no fuso ou na roda, tecer e costurar as redes eram enfeitadas com a varanda de ‘tramóia’ ou renda fina feitas no bilro e mais uma vez vou parar por aqui, mas essa lista poderia ser enorme e revelar a riqueza pouco reconhecida dessa extraordinária cultura.

Mais uma vez ênfase a importância de reconhecermos, nessas histórias, nossa cultura.

Quando chegava o início das chuvas, a ‘finca’ era o jogo da vez. Um estilete pontiagudo garantia brincadeira para um dia todo e aqui, vou deixar que o cineasta e pesquisador João Luiz Neiva conte o resto nos seus belos documentários “Ruas e Quintais” que podem ser vistos na página da Idearte. Posto aqui o link para o primeiro da série, onde poderão ser encontrados os demais e muito sobre nossa cultura.

Assista “Ruas e Quintais” em <https://www.youtube.com/watch?v=QZPy5IFGHj4&t=502s>.

Quando tomei a decisão de seguir por este rumo, o fiz de forma consciente, na intenção de não me tornar excludente, uma vez que o nosso ‘Centro Histórico’, mesmo com sua peculiaridade, não poderia existir sem o entorno, extensão e marco cultural de nossa sociedade.

A COMSAÚDE percebia que Porto Nacional se urbanizava rapidamente e, com nossa chegada, com mais tempo para nos dedicarmos às questões específicas da cultura, o apoio pode ser maior e a realização de novos projetos tiveram vez.

É de aceitação inquestionável, por grande maioria da população brasileira, que a chamada ‘cultura erudita’ seja tida como “a” cultura universal a ser adotada como tal. Com isso muito de nossa cultura e de nossa sabedoria foi se perdendo ou sendo seriamente ameaçada. Era e ainda é, corrente, de que o que vem de fora é melhor e, assim como a jarra plástica, a música, a dança, a moda, a alimentação, a diversão e tudo o mais advindo de fora, vai, aos poucos, substituindo os nossos hábitos e costumes regionais.

A aculturação é um processo natural e com a globalização tudo foi acelerado. É fato. Mas esse processo precisa ser criticado para que a evolução seja harmônica e não invasiva.

Já na época de nossa chegada a Porto Nacional, apesar de nos avaliarmos como pessoas conscientes, pudemos perceber o quanto tínhamos a aprender para podermos contribuir com um desenvolvimento humano desejável. Tínhamos ciência de que éramos chegantes e formados em uma cultura totalmente diferente e por isso, tínhamos que, antes de mais nada, viver a vida local, respeitando crenças e costumes. A autocrítica era uma constante.

Figura 2 - Catedral Nossa Senhora das Mercês, Porto Nacional.



Fonte: Marcos Amaral Lotufo, 1979.

Logo percebemos o Centro Histórico com uma joia rara da arquitetura a ser preservada. As casas e os casarões, o antigo ‘Colégio das Irmãs’ - Sagrado Coração de Jesus já conhecido como Caetanato (‘Pensionato de Dona Caetana), a Catedral e seu entorno e toda a memória que guardavam, o Tocantins e os banhos, devidamente separados e respeitados, dos homens e das mulheres.

Algumas ações foram desencadeadas, sempre em parceria com moradores e instituições como o ‘Colégio das Irmãs’ e a Prefeitura Municipal, na busca de uma conversa aberta e con-

sequente tentativa de reconhecimento dessa cultura e seus valores, que agora eram também os nossos, relativizando as influências externas.

Vou enumerar alguns eventos e iniciativas com as quais estivemos envolvidos, descrevendo algumas delas posteriormente: Restauração e reforma do Caetanato (sede da COMSAÚDE) Retrospectiva fotográfica, Tesoura Mágica, Candeia, Gincana histórica, Oficinas de teatro, Festivais de Música, Feirinha de Artesanato e a Associara, Pamonhadas Culturais, Jornal “O Jacumã”, “Brincadeiras”, Semana Cultural, convite, junto com as Irmãs para que os artesãos dessem aulas de arte e trabalhos manuais, no Colégio Sagrado Coração de Jesus, Representação da Via Sacra, a Acato e outras que, provavelmente, se esconderam na minha memória. Hoje algumas destas ações tiveram continuidade e foram se aprimorando e novas surgiram com alcance muito grande; cito algumas como o “Tambores do Tocantins” tendo Márcio Bello na coordenação, grupos de Capoeira coordenados pelo Mestre Penugem, a produtora Idearte idealizada e conduzida pelo João Luiz, a “Cabaça Cultural” sob coordenação de Rogério, Ibis, Rodrigo e outros, a banda “Mestre André” composta por Elizeu, Torres, Sitõe e Célio com repertório especialíssimo e com ênfase na música regional e autoral, a Pote Editora com Célio e Elizeu além de outros, o Gruconto que teve em um de seus iniciadores o Iramar e outras.

A COMSAÚDE teve sempre grandes parceiros, muitos dos quais assumiram com total independência alguns desses eventos ou começaram novas iniciativas, às quais a COMSAÚDE sempre procurou apoiar, quando ao encontro de suas finalidades.

Figura 3 - Antigo Colégio Sagrado Coração de Jesus, carinhosamente chamado de Caetanato, por ter se tornado o pensionato de D. Caetana, hoje sede da COMSAÚDE, antes da reforma.



Fonte: Marcos Amaral Lotufo, 1977.

Figura 4 - Caetanato, hoje sede da Comsaúde, reformado.



Fonte: Arquivo COMSAÚDE, 2015.

Assim o Caetanato, prédio histórico que havia sido Convento e Colégio das irmãs dominicanas e que estava sem manutenção, foi readquirido pelas irmãs e doado à COMSAÚDE, depois de se convencerem de sua importância histórica. A COMSAÚDE fez a restauração de parte e conservação geral. Passou a abrigar a sede da COMSAÚDE e de outros projetos, além de sediar eventos esporádicos.

A Retrospectiva Fotográfica contou com a participação de pessoas como Moacir, Bey, Marco Aurélio, Célio Costa, Maria José, Terezinha, Célio e outros. Tratou-se de uma exposição de fotos antigas coletadas com a população e que foram devolvidas após o evento.

Figura 5 - Concurso “Tesoura Mágica”, final realizada na sede do Light Clube.

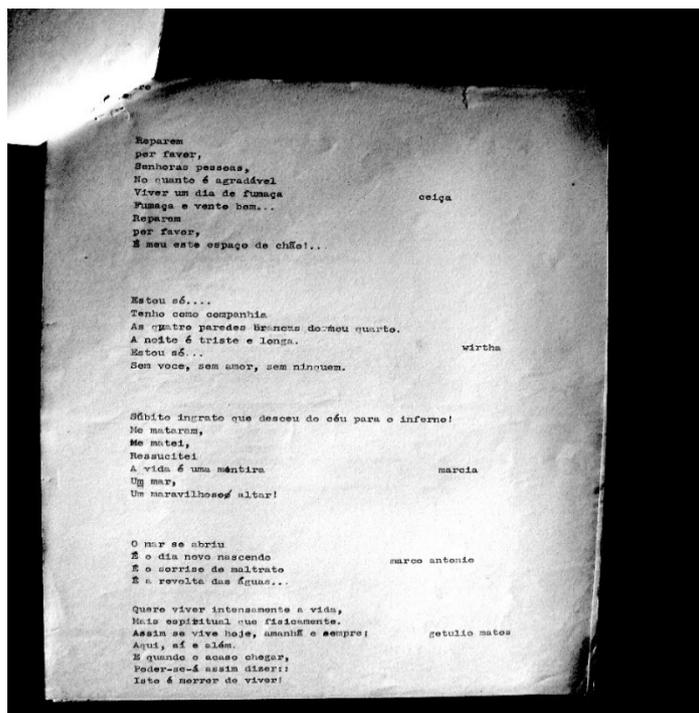


Fonte: Marcos Amaral Lotufo, 1978.

O Concurso Tesoura Mágica, de costura, contou com um número grande de inscritos e aconteceu após cursos de corte e costura, envolvendo tanto os moradores do centro como dos bairros.

Candeia foi um evento cultural acontecido no Caetanato. Constou de apresentações musicais e literárias, na forma de um sarau. Foram poemas e músicas autorais e contou com grande participação de público.

Figura 6 - Candeia, sarau realizado no Caetanato, em parceria de jovens portuenses.



Fonte: Marcos Amaral Lotufo, 1978.

Para a Gincana Histórica “Você conhece Tua cidade?” Foram feitas fotografias de detalhes arquitetônicos da cidade, Centro Histórico, tais como janelas, beirais, portas, cremalheiras etc. e cada grupo deveria percorrer a cidade e anotar o local.

Com a chegada do Iramar, um agitador cultural de múltiplas habilidades, as ações culturais tomaram grande impulso, tendo começado com oficinas e culminando com o surgimento de grupos de teatro p.ex., ativos até hoje, como o “Chama Viva”.

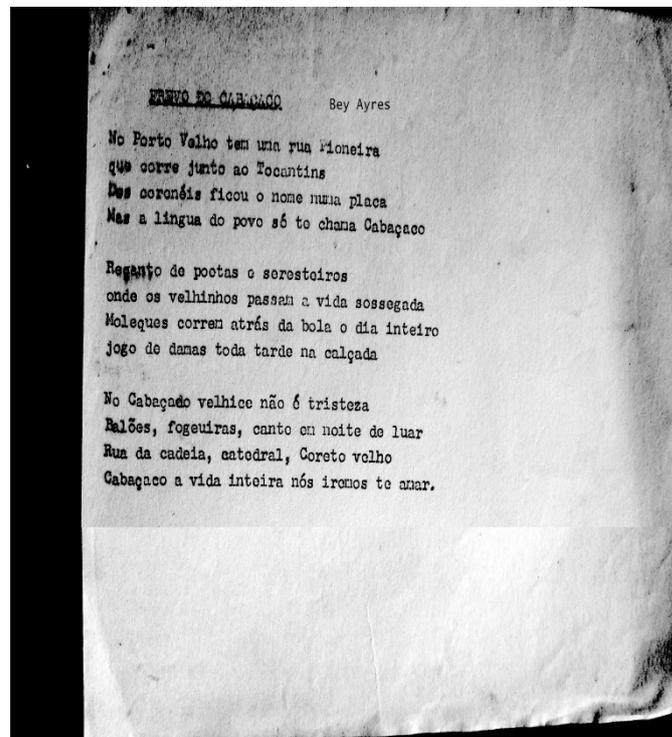
Figura 7 - José Iramar conduzindo oficina de teatro.



Fonte: Marcos Amaral Lotufo, 1983.

Nessa época tiveram início os Festivais de Música, com participação grande de toda a cidade tanto como competidores como plateia. Desse período ficaram na memória inúmeras composições de sucesso e que cantavam a cidade, seus moradores, seus encantos e suas tradições. Menciono aqui “Frevo do Cabassaco” de Bey Ayres.

Figura 8 - Base da música ‘Frevo do Cabassaco’ de Bey Aires.



Fonte: Marcos Amaral Lotufo, 1978.

Figura 9 - Aldair Gomes Carvalho, Coordenadora da Feirinha, em trabalho com D. Luzia das Bonecas, D. Albertina (tramoia) e D. Joana (bordadeira).



Fonte: Marcos Amaral Lotufo, 1979

Do trabalho com os artesãos nasceu a Associara – Associação dos Artesãos e Artífices e consequentemente a “Feirinha”, local de exposição e vendas de artesanato, além das feirinhas que passaram a acontecer na praça do coreto e outros pontos da cidade. As peças dos artesãos portuenses eram admiradíssimas em grandes centros como Brasília, Goiânia e São Paulo, onde passaram a ser comercializadas.

Figura 10 - Encontro informal ‘brincadeira’, em torno do Coreto, na Pça. Nossa Senhora das Mercês.



Fonte: Marcos Amaral Lotufo, 1978.

As ‘Pamonhadas’ e ‘Brincadeiras’ aconteciam esporadicamente no Caetanato ou nos bairros em casas alternadas onde músicos como o Mestre Raimundo Lira, Teotônio da Rabeca, Joaquim Pinto, os repentistas e cordeleiros Zé Ceará e Dona Chicô, Joaquim do Couro, também rabequeiro e vários outros faziam a vez e punham todos para dançar.

A Via Sacra se tornou tradicional e foi coordenada por muitos anos pelo Oidê, tendo sempre consigo jovens da comunidade. A Via Sacra é representada em frente e nos arredores da Catedral Nossa Senhora das Mercês.

Figura 11 e 12 - Primeiras representações da Via Sacra na frente da Catedral N. Sra. Das Mercês e concentração no Caetanato.



Fonte: Marcos Amaral Lotufo, 1979

O Jacumã, jornal cujo conteúdo era todo produzido em Porto Nacional, pelos moradores e trabalhado pela jornalista Jaqueline Lemos, era impresso na OCO-COMSAÚDE (Goiânia) e distribuído em Porto Nacional.

Uma atividade que considero bastante importante e que está sendo veiculada já a alguns anos, são os registros fotográficos. Cerca de dez mil imagens estão disponíveis para quem se in-

teressar e pode ser adquirida na sede da COMSAÚDE. As imagens que ilustram este depoimento fazem parte desta série.

Figuras 13 e 14 - Atividades no Pátio Cultural: Pintura de silhuetas, coordenada por Edith Lotufo e 2º. Festival da Música Popular Portuense.



Fonte: Marcos Amaral Lotufo, 1984.

A Semana Cultural que estreou o Pátio Cultural, foi um dos projetos importantes e que tiveram continuidade se tornando aquisição da cidade.

O convite, proposto pela Edith, e feito pelas Irmãs para que os artesãos dessem aulas de arte e trabalhos manuais, no Colégio Sagrado Coração de Jesus, foi de grande importância para o reconhecimento dos mesmos e para que a população do centro tomasse conhecimento dessas técnicas. A importância dessa medida pode ser testemunhada pela condecoração, entre outros, de Dona Romualda pelo poder municipal.

Figuras 15 e 16 - Dona Romualda Fernandes Furtado, ceramista, em 1977 e recebendo comenda em 2005.



Fontes: Marcos Amaral Lotufo; 1977. Edith Hedwi Lotufo , 2005.

A Acato foi criada por jovens da cidade como ‘escola de samba’ e parafraseava as escolas cariocas se denominando ‘Acadêmicos do Tocantins’ tendo sido desenvolvido emblema, flâmulas e bandeiras para brincar o carnaval portuense em tempo de chuvas, mas com grande participação.

Figuras 18, 19 e 20 - Carnaval de 1980, grupo da Acato com a logomarca criada por Bey Aires e passistas brincalhões.



Fonte: Marcos Amaral Lotufo, 1980.

Bem, vocês verão que cito nomes sem sobrenomes na maioria das vezes e isto se dá por não saber muitas vezes, mas não posso deixar de dar crédito a pessoas fundamentais na história cultural da cidade.

A intensão deste texto não é a de fechar o assunto, mas retomá-lo abrindo portas e janelas de nossa memória estimulando pesquisas mais abrangentes e profundas, ao mesmo tempo em que tenta lançar uma visão do conceito ‘cultura’ que muitas vezes não é assim compreendida.

Abraços.

Em 14 de setembro de 2020. Marcos Amaral Lotufo.

Referências

COMSAÚDE 51 ANOS DE RESISTÊNCIA. **Idearte Audiovisual – YouTube**. João Luiz Neiva. Porto Nacional-TO. (2min57s). 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DJTafre3enU>. Acesso em: 15 set. 2020.

GODINHO, Durval da Cunha. **História de Porto Nacional**. Goiânia, 1988.

LOTUFO, Edith Hedwig: **Memória de uma experiência intercultural em torno do artesanato de Porto Nacional, Tocantins entre 1975 e 1981**. Programa de Pós-Graduação em Artes e Cultura Visual. (Dissertação de mestrado), Universidade Federal de Goiás. 201 pg. 2015.

LOTUFO, Edith Hedwig; LOTUFO Marcos Amaral. **Acervo Fotográfico Pessoal**. [sem data].

MANZANO, Heloísa Lotufo; MANZANO, Eduardo. **Nas barrancas do Tocantins: Memórias de um casal de médicos**. Goiânia: América, 2005, 242p.

MANZANO, Eduardo. **Tocantins: novo Estado, antigas Lutas**. Goiânia, 2009, 132 pg.

SILVA CAMPOS, Marta. **As Festas do Carmo**. Goiânia, 1988, 60pg.

Posfácio

ADVERTÊNCIA PARA ALÉM DE UM ROTEIRO GEO-TURÍSTICO

É seguro que o mergulho do leitor ou leitora neste proposto roteiro deseja uma beleza que só as profundidades podem desvendar. Também o leitor ou leitora dado a correntezas pode alcançar proveito genuíno. Outrossim, para aqueles ou aquelas com um pendor de apreciar as esquinas ou vilas inteiras, cá alcançam cidades diversas em um único Porto.

Quero dizer que os ensaios depositados aqui estão para além de um roteiro, são, na verdade, peças de um intrincado jogo de damas (como nos bons moldes que se jogava na calçada da venda de Fortunato ou na porta da rua do cabaçaco), no qual as peças se movimentam algumas vezes por vontade própria, de maneira ligeira ou durando séculos, onde os jogadores nem sempre terminam um lance e outras vezes querem para si o tabuleiro. São ensaios densos que procuram desvendar a vida em suas incertezas dentro de um sertão que reconhecemos cerrado.

Uma cidade é feita de muitos movimentos independentes e incrivelmente juntos. Mais que um roteiro, a presente obra é como assim uma festa em que cada qual tem um presente ímpar para entregar, invariavelmente buscado em tantos e ricos passados. Música, dança, cinema, desenho, arquitetura, igrejas, quintais, poesia, ruas, casas, janelas, noites e madrugadas, manhãs, escolas, gente e um rio dentro de um lugar sincero em beleza.

Nosso conselho é que o leitor ou a leitora não tome a obra como um roteiro, mas como esse rio que vive passando e não abandona nunca suas margens, ainda quanto afogado. A obra deve ser percorrida como uma rua, que uma vez traçada, pode ter moradores que entram e saem, mas as casas haverão de permanecer, mesmo ausentes. De tal maneira que o conteúdo que ora apreciamos, pode seguir além de um roteiro, pode ser um caminho, basta que novos olharem se juntem no mesmo rumo, que a voz dos foliões do divino se façam presentes e o canto das lavadeiras da passagem real volte a ser ouvido, que possamos escrever, juntos, a pedagogia das mulheres negras que criam a vida pulsante das gentes daqui. Podemos juntar vaqueiros e padres na mesma labuta de retraçar as trilhas dessa gente tocantina, que os povos indígenas habitem suas terras primevas, que as fazedeiras de bolos retornem com suas brasas e refaçam os sabores da tapioca, de tal forma que aprendamos como abrir um resertão no mesmo cerrado.

Célio Pedreira³³

33 Graduado em medicina Farmácia- Bioquímica pela Universidade Federal de Alfenas- UNIFAL (1988). Graduado em Medicina pela Universidade José do Rosário Vellano- UNIFENAS (1994). Especialista em Gastroenterologia pela Federal Brasileira de Gastroenterologia- FBG. Professor dos cursos de Medicina da Universidade Federal do Tocantins- UFT e Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos- ITPAC Porto. r.celiopedreira@gmail.com.

Sobre os autores

Antonio Miranda dos Santos: Graduado em Licenciatura plena em História pela Universidade do Tocantins- UNITINS. Especialista em História Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Mestre em Geografia pela UFT. Professor da Rede Pública de Ensino do Estado do Tocantins. Tem experiência na área de patrimônio cultural, tanto na esfera estadual como na esfera federal, onde atuou como técnico e gestor em patrimônio da Secretaria de Cultura do Tocantins e do Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional. E-mail para contato: santosmirandaa@gmail.com.

Ary Henrique Moraes de Oliveira: Professor do curso de Pós-graduação Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação da Universidade Federal do Tocantins. Doutor em Engenharia de Sistemas e Computação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail para contato: aryhenrique@uft.edu.br.

César Evangelista Fernandes Bressanin: Graduado em História pela Fundação Universidade Federal do Tocantins (2003). Especialista em Pedagogia Escolar e Docência do Ensino Superior (2004) pela UNINTER-IBPEX (Curitiba-PR). Mestre em Educação - Universidad Del Norte, Assunção, PY (2007); Mestre em História (Cultura e Poder) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2015). Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Técnico em Assuntos Educacionais da Fundação Universidade Federal do Tocantins, desde 2007. Tem experiência na área de História e da Educação com ênfase nos seguintes temas: ensino de história, história da Educação, Instituições Escolares, história do Cristianismo e da Igreja Católica, História das Ordens e Congregações Religiosas, religião e religiosidade, escola, educação escolar, gestão escolar, família. E-mail para contato: cesarfernandes@uft.edu.br.

Dannyella dos Santos Luz: Graduada em Licenciatura em Geografia, Universidade Federal do Tocantins (UFT). Bolsista PIBic/CNPq desde 2017. Integrante do NEUCIDADES - Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades. Voluntária no projeto de extensão Roteiro Geo-turístico de Porto Nacional/TO desde 2017. E-mail para contato: dannyellaluz@gmail.com.

Deocleci dos Santos Dias: Graduando em Ciência da Computação da Universidade Federal do Tocantins. Possui curso-técnico-profissionalizante em Técnico em Informática pelo Colégio Técnico de Bom Jesus da Universidade Federal do Piauí (2016). Ensino médio pelo Colégio Técnico de Bom Jesus da Universidade Federal do Piauí (2016). Tem experiência na área de Ciência da Computação. E-mail para contato: deocleci.santos@uft.edu.br.

Everton dos Andes: Graduado em História e Letras Inglês, pela Universidade Federal do Tocantins, Especialista em História Social- UFT, e, Especialista em História da África, da Cultura Afro-brasileira e História do Negro no Brasil- UFT. E-mail para contato: evertondosandes@hotmail.com.

Gabriela Otaviani Barbosa: Licenciada plena em Letras/ Libras pela Universidade Federal de Goiás (2013). Mestra em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Santa Catarina (2017). Atualmente é professora assistente do curso de Letras: Libras da Universidade Federal do Tocantins - Campus Porto Nacional. Pesquisadora no seguinte projeto de pesquisa: “Inventário da Língua Brasileira de Sinais da região de Palmas - Tocantins”, sob a coordenação do professor Carlos Roberto Ludwig. Tem experiência em Linguística, com ênfase: Estudos linguísticos em Libras, Escritas de Sinais, Ensino de Libras para surdos como L1 e ouvintes como L2 e Literatura surda. E-mail para contato: gabriela.otavini@gmail.com.

Genias Brandão de Alencar: Graduação em Letras/Inglês pela Universidade Estadual do Piauí (2006). Especialização em Língua Inglesa pela Faculdade de Tecnologia Equipe Darwin (2010). Trabalhou como professor efetivo de Língua Inglesa no ensino médio pelo Estado do Maranhão. Atualmente é professor de Língua Inglesa do Instituto Federal do Piauí - Campus Uruçuí. Mestrando em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a inovação pela Universidade Federal do Tocantins - PROFNIT - UFT. E-mail para contato: geniasbrandao@gmail.com.

Glenda Michele Botelho: Graduada em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Goiás (2007). Mestrado (fevereiro de 2011) e Doutorado (setembro de 2014) em Ciência da Computação pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) da Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é Professora Adjunto II do curso de Ciência da Computação e do mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Atua nas áreas de processamento de imagens e inteligência artificial, focando principalmente em análise de dados/imagens e aprendizado de máquina. E-mail para contato: glendabotelho@uft.edu.br.

Íbis Alan de Souza: Graduado em História pela Fundação Universidade Federal do Tocantins (2012). Especialista Latu Sensu em Metodologia do Ensino de História e Geografia (2012). Colaborador nas pesquisas com Doença Falciforme em Comunidades Quilombolas, realizadas no Laboratório de Fisiologia e Hematologia Comparada da Fundação Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional - TO. Possui DRT de ator desde 2011 desenvolvendo trabalhos na área das artes cênicas e audiovisual. Atualmente é Diretor presidente da ONG - COMSAUDE (Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação) de Porto Nacional-TO e Conselheiro Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. E-mail para contato: ibisalan@hotmail.com.

Kátia Maia Flores: Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Goiás (1986), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1997) e doutorado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006) e Pós-doutorado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016). Atualmente é professora associada da Fundação Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de História, atuando principalmente nos seguintes temas: história ambiental, Cultura popular, Patrimônio Cultural e Ambiental, história cultural e história - viajantes estrangeiros e História da Arte. Atualmente desenvolve pesquisas e atividade de ensino e extensão ligadas à Cultura Popular, Patrimônio Cultural e fotografia. E-mail para contato: katia@mail.uft.edu.br.

José Djair Casado de Assis Júnior: Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas (2009). Pós-graduado em Gestão da Construção Civil pela Faculdade Integrada Tiradentes (2011). Mestre pelo programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - Dinâmicas do Espaço Habitado, pela Universidade Federal de Alagoas (2014). Professor no Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos - Porto Nacional (2014). Arquiteto e urbanista concursado da Prefeitura de Palmas, atuando na área de mobilidade urbana (2015). Coordenador do curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Pesquisa e Ensino Objetivo (2018). E-mail para contato: djairjunior@gmail.com.

Juliana Ricarte Ferraro: Graduada (licenciatura e bacharelado) em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998). Mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2002). Especialização em Restauro e Conservação de Documentação Gráfica pela Faculdade Senai de São Paulo (2003). Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo/USP. Professora Adjunto III da UFT - Universidade Federal do Tocantins, no curso de História. Atuando principalmente nos seguintes temas: História Cultural, Leitura, Livro e Manuais Escolares, Educação e Ensino de História, Patrimônio Histórico, Conservação e Restauro de Documentação Gráfica e Arquivos. E-mail para contato: juferraro@uft.edu.br.

Laíres José Gonçalves da Silva Ribeiro: Graduada em Tecnologia em Logística pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (2017). Possui MBA em Gestão Pública pela UNOPAR (2020). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (2020). Assistente em administração da Fundação Universidade Federal do Tocantins, desde 2014. Membro do Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades (NEUCIDADES) da Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional e colaboradora do Projeto Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional TO. E-mail para contato: lairesgoncalves@uft.edu.br.

Lígia da Silva Melo: Graduada em Pedagogia e Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário de Anápolis/GO (2003) e Centro Luterano de Palmas/CEULP/TO (2017). Pós-graduada “Lato Sensu” em Gestão, Orientação e Supervisão escolar e Psicopedagogia Institucional e Inclusiva pela Faculdade Suldamérica (2011) e Faculdade Integrada de Araguatins FAIARA

(2017). Atualmente servidora pública no município de Palmas/TO como professora PIII nível superior, atuando na área administrativa. E-mail para contato: ligiamelo.palmas@gmail.com.

Marcos Amaral Lotufo: Graduado em Design - Gesamthochschule Kassel (1974) com especialização em Design Gráfico em 1984 na mesma Universidade. Atualmente é coordenador geral - Oficina Cultural Geppetto. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em DESIGN de Comunicação. E-mail para contato: malotufo@gmail.com.

Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida: Graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1975). Mestrado em Educação Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1991). Doutorado em História pela Universidade de Brasília (2009). Atualmente é professora adjunta da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, Memória, Formação de Professores, atuando principalmente nos seguintes temas: História e Memória da Educação, Cultura Escolar, formação de professores, educação do campo, história oral e cultural, história da educação mineira (noroeste) políticas educacionais, curso de pedagogia, grande sertão mineiro, Gênero, diversidade étnico-cultural e patrimônio cultural. E-mail para contato: zeneide.cma@gmail.com.

Marielle Rodrigues Pereira: Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Tocantins (2007). Mestra em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (2011- 2013). Doutoranda em Arquitetura pela Universidade Técnica de Lisboa. Professora efetiva no curso de Engenharia Civil na Universidade Federal do Tocantins. Pesquisadora em arquitetura de terra, técnicas retrospectivas, restauro e intervenções arquitetônicas e urbanísticas contemporâneas em áreas de interesse histórico, cultural e ambiental. E-mail para contato: marielle@mail.uft.edu.br.

Marinalva do Rego Barros Silva: Graduada em História pela Faculdade de Filosofia do Norte Goiano (1988). Especialização em História Econômica. Mestrado em Educação pela Universidade de Brasília - UnB. Doutorado em Artes pela UNESP-SP. Tem experiência nas áreas de História e de Educação, com atuação nos seguintes temas: educação, interdisciplinaridade, representações sociais, subjetividade, etnografia, cultura popular. Trabalha na Universidade Estadual do Tocantins, UNITINS, desde 2007. Professora da Universidade Aberta do Brasil (UAB Brasil), de 2012 a 2018. Professora e pesquisadora convidada da Faculdade ITOP, desde 2016. E-mail para contato: barrosnalva@gmail.com.

Mateus da Silva Rosário: Graduando em Ciência da Computação da Universidade Federal do Tocantins. Possui curso-técnico-profissionalizante em Técnico em Agrimensura pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins Campus Palmas (2017). Ensino médio pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins Campus Palmas (2017). E-mail para contato: mateus.rosario@uft.edu.br.

Noeci Carvalho Messias: Graduada em História (Licenciatura) e Serviço Social (Bacharelado). Especialização em Cultura Afro-Brasileira. Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural (Área de concentração em Antropologia) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2004). Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (2010). Tem experiência na área de Antropologia e pesquisa de campo atuando principalmente nos seguintes temas: Educação patrimonial e ambiental, patrimônio cultural, gestão de cidades, Movimentos Sociais, religiosidade e festas populares. Atuou e desenvolveu pesquisa com os povos indígenas das etnias Krahô, Karajá e Javaé, no Estado do Tocantins. Atuou como pesquisadora no Projeto para Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais do IPHAN, no município de Natividade- TO. É professora adjunto I, no curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental, na Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail para contato: noeci@uft.edu.br.

Núbia Nogueira do Nascimento: Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Goiás- UFG (2009). Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Tocantins- UFT (2014). Doutoranda em Geografia, Universidade de Brasília (UnB). Foi Coordenadora da Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins Campus Porto Nacional - TO e integrante do Projeto Financiado pelo MEC - PROEXT 2009/2012 na linha do Patrimônio Cultural Brasileiro. Possui experiência em Normalização de Trabalhos Acadêmicos (TCCs) conforme as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Áreas de Interesse: Técnicas de Pesquisa, Turismo Cultural, Patrimônio Histórico Cultural e Memória, Ensino de Geografia, Educação a Distância (EaD) e Educação inclusiva. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Informação, Comunicação e Memória/UFT. E-mail para contato: nascimento.nubia@hotmail.com.

Pablo Amaury Pereira Lima: Graduando em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins. Membro do Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades (NEUCIDADES) da Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional. Bolsista do Projeto Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional TO. E-mail para contato: pabloamaury77@gmail.com.

Regina Barbosa Lopes Cavalcante: Graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Cesmac (2009). Mestra pela UFAL em Dinâmicas do Espaço Habitado (2013). Atualmente trabalha na área de ambientação e construção civil. Professora dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Agronegócio, Agronomia e Engenharia Civil do do Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos - Porto Nacional e coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa do Patrimônio Histórico e Artístico - GEPPHA. Coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo do ITPAC Porto. E-mail para contato: cavalcante.regina@gmail.com.

Rosane Balsan: Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas (1997). Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005). Criou e Coordenou o Programa de Extensão da Terceira Idade do Cassino da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (2007). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia do Turismo,

Patrimônio Cultural e Geografia Regional. Atualmente é professora associada, nível 2, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Porto Nacional. Coordenou e participou dos Projetos Financiados pelo MEC - ProExt 2009, ProExt 2010, ProExt 2011, ProExt 2015 (na linha temática de Preservação do Patrimônio Cultural). Realizou o estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF - 2016). Coordenadora do Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades - NEUCIDADES e responsável pelo Projeto Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional-TO. E-mail para contato: rosanebalsan@uft.edu.br.



EDUFT

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

